



*(RE)DESENHAR EM
PAISAGEM CULTURAL DA HUMANIDADE*

Reconversão e Reabilitação de antigas Casas do Douro para um complexo turístico

Aida Raquel Madureira Costa

(Licenciado)

Projeto para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Interiores e Reabilitação do Edificado

Orientação Científica:

Professora Doutora Isabel Maria Augusto de Sousa Rosa

Documento Definitivo

Lisboa, FAULisboa, 12 de dezembro, 2019

ESTE DOCUMENTO SEGUE O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

Resumo

A proposta de projeto estudada na presente dissertação de Projeto Final de Mestrado, encontra-se localizada em território classificado como património cultural da Humanidade, em edificado, localizado na Vila de Pinhão, que integra a organização vinhateira da Casa do Douro.

Neste sentido, é proposto uma intervenção de reabilitação fundamentada em conceitos de: preservação, identidade, história memória e tradição conjugados com os valores naturais, únicos, da paisagem envolvente.

Através da leitura do território correspondente à região do Douro, torna-se possível a elaboração e redefinição programática da Vila de Pinhão, com base na regeneração social, cultural e turística, encontrando um equilíbrio entre os programas propostos ao nível de funcionalidades e as pré-existências com o objetivo de potencializar as aptidões naturais do local.

Foi tomado como objeto principal de estudo e intervenção o edifício da Casa do Douro e respetivas cubas de armazenamento do vinho. Na abordagem projetual, é proposta uma redefinição total da funcionalidade, sendo uma função de carácter inclusivo, turístico e de habitação temporária.

Entendidas as principais singularidades do edificado e com base na análise de conceitos, pretende-se instaurar um novo programa que permita aumentar a oferta turística da região, potencializando o crescimento económico e garantindo vitalidade ao interior, sem descurar a identidade própria do/s edifício/s.

PALAVRAS CHAVE: REABILITAÇÃO | PATRIMÓNIO CULTURAL | HABITAÇÃO TEMPORÁRIA | CASA DO DOURO | REGIÃO VINHATEIRA DO DOURO
(267 PALAVRAS)

Abstract

The object of this Msc Final Project is located at Pinhão village on Douro region, which is humanity and cultural heritage classified territory by UNESCO. The building on this proposal integrates the Casa do Douro's patrimonial heritage, an importante winemaking organization from 20th century.

A rehabilitation intervention is proposed based on concepts of preservation, identity, history, memory and tradition mixed with the unique natural values of the surrounding landscape. Based on the understanding of Douro Valley region it is possible to draw a programmatic redefinition on the village through the social, cultural and touristic analysis. It's possible to find a balance between the required functionality and the pre-existences aiming the natural features enhancement of the building.

The main purpose of this project it's the study and intervention proposal the Casa do Douro's building at Pinhão and the adjacent wine storage facilities. The approach it's based on a full redefinition of the building's functionalities making them inclusive, touristic and suitable for temporary housing.

Once understood the main features of the building and the conceptual analysis, a new program aiming the response to the increasing touristic fluxes and enhancing the local economical growth is proposed. This will bring life to remote areas of the country without neglect the building's identity.

Agradecimientos

“Assinei” o contrato com a vida, de me tentar desenvolver sempre, agradecer faz parte.

Gratidão: sentimento de lembrança e agradecimento por um bem recebido em relação ao autor.

Quero aqui, em poucas palavras, lembrar todas as pessoas que, de uma maneira ou de outra me ajudaram a terminar este curso, e assim agradecer-lhes.

Ao meu pai e à minha mãe que me deram rumo e sempre me proporcionaram as ferramentas necessárias para chegar aqui, por me passarem valores fortes e por deixarem claro que posso ser o que quiser. Ao meu irmão Bruno, à Marta, e aos meus sobrinhos, Beatriz e Tomás, por estarem presentes e por serem também arquitetos e me ajudarem quando necessário.

À minha prima, Ana, que está comigo desde que me lembro de ser gente. Aos meus primos, Pedro e Rafael, sei sempre que posso contar com cada um deles. Ao Luís, um agradecimento especial pela motivação invertida e por toda a paciência para me aturar.

Ao Pedro, porque com ele cresci e me tornei a pessoa que sou hoje, aos seus pais e à sua família. Obrigada.

Há uns anos ouvi uma frase, “eu não vim para a faculdade fazer amigos, eu vim para fazer o curso”, hoje a pessoa que o disse, é uma das minhas amigas mais chegadas, obrigada por me acompanharem, com elas entendi a definição de amizade, de entreajuda e de companheirismo, elas são as pessoas que este curso me deu e que vou levar comigo sempre, Séfora, Cristiana e Joana. Obrigada também ao André e ao Fabrício por todos os momentos de boa disposição. À Sofia, por ser quem é e por se lembrar sempre de mim. À Nicole pela sua energia, presença e capacidade de superação que me inspira.

À Andreia, pela sua maturidade e capacidade metódica, que me ajudou a encontrar o caminho que precisava.

À professora Isabel Rosa, que me guiou com toda a sua paciência, sabedoria e experiência.

<i>Resumo</i>	II
<i>Abstract</i>	VI
<i>Agradecimentos</i>	VIII
CAPÍTULO I. LOCALIZAÇÃO.....	1
1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	2
2 CONTEXTO HISTÓRICO.....	4
A VILA DE PINHÃO.....	6
CAPÍTULO II. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E PAISAGÍSTICO.....	13
1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	14
2 PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO.....	15
2.1 Breve noção de Património Arquitetónico.....	15
3 PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO.....	19
3.1 Breve noção de Património Paisagístico.....	19
3.2 Património, Paisagem e Caminho-de-ferro.....	24
3.3 A paisagem do rio Douro/" Património da Humanidade".....	26
4 VALORIZAÇÃO ARQUITETÓNICA E PAISAGISTA.....	29
4.1 Conceitos e Normativas na Conservação, Restauro, Reabilitação e Revitalização Patrimonial.....	29
4.1.1 Conservação.....	29
4.1.2 Restauro.....	32
4.1.3 Reabilitação.....	34
4.1.4 Revitalização.....	36
CAPÍTULO III. TURISMO DE NATUREZA.....	39
1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	40
2 TURISMO DE NATUREZA EM PORTUGAL, CONCEITOS E NORMATIVAS.....	41
2.1 Breve noção de sustentabilidade.....	41
2.2 Turismo Sustentável.....	42
2.3 Turismo de Natureza.....	44
CAPÍTULO IV. SUSTENTABILIDADE.....	47
1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	48
2 ARQUITETURA SUSTENTÁVEL EM PORTUGAL, CONCEITOS E NORMATIVAS.....	49
2.1 Breve noção de arquitetura sustentável.....	49

2.1.1 Os materiais.....	50
2.1.2 Breve abordagem à sustentabilidade na reabilitação.....	50
CAPÍTULO V. O VINHO.....	53
1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	54
2 BREVE HISTÓRIA DO VINHO.....	55
2.1 O vinho na atualidade.....	58
CAPÍTULO VI. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS.....	65
1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	66
2 CASOS DE ESTUDO.....	67
2.1 Armazéns da Estação Ferroviárias de Peso da Régua, 2008.....	67
2.2 Reabilitação das Caves Graham's, 2011.....	69
2.3 Sio silo studentboliger, 2001.....	72
2.4 Lumipod, 2019.....	74
CAPÍTULO VII. PROGRAMA.....	79
1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	80
2 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	81
3 COMPLEXO TURÍSTICO.....	84
3.1 Casa principal.....	86
3.2 Alojamentos.....	91
3.3 Edificação nova.....	93
3.4 Arranjos exteriores.....	95
CAPÍTULO VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
1 Breve conclusão.....	100
CAPÍTULO IX. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103
CAPÍTULO X. ANEXOS.....	111

Índice de figuras

Figura 1 – Localização geográfica da Vila de Pinhão	2
Figura 2 – Paisagem Vila de Pinhão (fotografia de Autor, 2019).....	3
Figura 3 – Rio Pinhão (fotografia de Eduardo Saraiva, 2017)	4
Figura 4 – Vila de Pinhão, (fotografia de Foto Alves (Chaves) cf. marca de água).....	4
Figura 5 – Ponte de cantaria, no Pinhão, 2019 (fotografia de Autor)	4
Figura 6 – Estação do Pinhão (fotografia de Autor, 2019)	5
Figura 8 – Rua António Manuel Saraiva, Pinhão (fotografia de autor, 2019)	6
Figura 7 – Limites geográficos da Vila do Pinhão (esquema de autor, 2018)	6
Figura 9 – Painel de azulejo, Pinhão (fotografia de autor, 2019)	6
Figura 10 – Painel de azulejo, Pinhão (fotografia de autor, 2019)	6
Figura 11 – Esquema de áreas e número de habitantes, Vila de Pinhão (Figura de autor, 2019)	7
Figura 12 – Paisagem típica da região do Douro (fotografia de autor, 2019)	8
Figura 13 – Alçado Oeste Casa do Douro, 2019 (fotografia de autor)	10
Figura 14 – Alçado Sul Casa do Douro, 2019 (fotografia de autor).....	10
Figura 15 – Perspetiva Casa do Douro, 2019 (fotografia de autor)	10
Figura 16 – Alçado principal Casa do Douro, 2019 (fotografia de autor)	10
Figura 19 – Cubas de vinho, 2019 (fotografia de autor).....	11
Figura 18 – Casa do Douro, 2019 (fotografia de autor)	11
Figura 17 – Pormenor Casa do Douro, 2019 (fotografia de autor)	11
Figura 20 – Cidade de Paris (fotografia de autor, 2016)).....	16
Figura 21 – Museu do Louvre (fotografia de autor, 2016))	16
Figura 22 – Interior do Museu do Louvre (fotografia de autor, 2016)).....	16
Figura 24 – Rio Douro (fotografia de autor, 2019).....	19
Figura 23 – Alto Douro Vinhateiro (fotografia de autor, 2019)).....	19
Figura 25 – Linha de caminho-de-ferro do Pinhão (fotografia de autor, 2019).....	24
Figura 26 – Locomotiva,(fotografia de The Transporter library - UK, 1969).....	24
Figura 27 – Comboio turístico na estação do Pinhão (fotografia de autor, 2019)	25
Figura 28 – Região do Douro (fotografia de autor, 2019))	26
Figura 30 – Pinhão (fotografia de autor, 2019)).....	27
Figura 29 – Região do Douro (fotografia de autor, 2019))	27
Figura 31 – Pinhão (fotografia de autor, 2019)).....	27

Figura 32 – Paisagem Vila de Pinhão ((fotografia de autor, 2018).....	54
Figura 33 – Paisagem Vila de Pinhão (fotografia de autor, 2018).....	54
Figura 34 – Quinta dos Canais, 1890 (fotografia de autor desconhecido).....	55
Figura 35 – Barco Rabelo (fotografia de casa Alvão, coleção do instituto dos vinhos do douro e do porto, i.p.)	56
Figura 36 – Quinta do Tua, 1905 (fotografia de autor desconhecido).....	56
Figura 37 – O cais de caminho de ferro da Quinta de Malvedos ,1905	57
Figura 38 – Quinta do Vallado, 2019 (fotografia de quinta do Vallado).....	58
Figura 39 – Quinta do Vallado, 2019 (fotografia de quinta do Vallado).....	58
Figura 40 – Quinta do Bomfim, 2019 (fotografia de quinta do Bomfim)	59
Figura 41 – Quinta do Bomfim, 2019 (fotografia de quinta do Bomfim)	59
Figura 42 – Armazém Quinta do Portal (fotografia de Quinta do Portal).....	60
Figura 43 – Armazém Quinta do Portal (fotografia de Quinta do Portal).....	60
Figura 44 – Adega Mayor (fotografia de autor, 2017)	61
Figura 45 – Adega Mayor (fotografia de autor, 2017)	61
Figura 46 – Herdade do Freixo (fotografia de autor, 2017).....	62
Figura 47 – Herdade do Freixo (fotografia de autor, 2017).....	62
Figura 48 – Estação do Peso da Régua, 2008 (fotografia SIPA)	67
Figura 49 – Armazém ferroviário da Régua, 2008 (fotografia SIPA)	67
Figura 50 – Armazém ferroviário da Régua, 2008 (fotografia SIPA)	67
Figura 53 – Armazém ferroviário da Régua (fotografia de autor, 2019).....	68
Figura 52 – Armazém ferroviário da Régua (fotografia de autor, 2019).....	68
Figura 51– Armazém ferroviário da Régua (fotografia de autor, 2019).....	68
Figura 54 – Entrada e receção, 2019 (fotografia de FG+SG).....	70
Figura 55 – Restaurante, 2019 (fotografia de FG+SG).....	70
Figura 57 – Sala de provas, 2019 (fotografia de FG+SG)	70
Figura 56 – Vista do armazém para a loja, 2019 (fotografia de FG+SG).....	70
Figura 60 – Maquete habitação, Sio Silo (fotografia de HRTB).....	72
Figura 58 – Sio Silo, 2001 (fotografia de HRTB)	72
Figura 59 – Esquiço Sio Silo (fotografia de HRTB)	72
Figura 61 – Habitação Sio Silo, 2001 (fotografia de HRTB)	73
Figura 62 – Habitação Lumipod, 2019 (fotografia de Eric Baldwin)	74
Figura 63 – Habitação Lumipod, 2019 (fotografia de Eric Baldwin)	74
Figura 64 – Habitação Lumipod, 2019 (fotografia de Eric Baldwin)	74

Figura 65 – Habitação Lumipod, 2019 (fotografia de Eric Baldwin)	75
Figura 66 – Planta esquemática de análise da pré-existência	82
Figura 67 – Planta de conjunto.....	84
Figura 68 – Corte longitudinal, casa principal.....	86
Figura 69 – Esquiço planta nível 0 casa principal, primeiras abordagens	87
Figura 70 – Planta nível 0, casa principal, funções	87
Figura 71 – Esquiço planta nível 1 casa principal, primeiras abordagens	88
Figura 72 – Planta nível 1, casa principal, funções	88
Figura 73 – Planta nível 1, casa principal, funções	89
Figura 74 – Planta nível 3, casa principal, funções	90
Figura 75 – Esquiço, primeiras abordagens ao desenho do interior das habitações	91
Figura 76 – Tipologias habitações.....	91
Figura 77 – Desenho em perspetiva, primeiras abordagens ao desenho do interior das habitações	92
Figura 79 – Desenho em perspetiva, primeiras abordagens ao desenho do interior das habitações	92
Figura 78 – Desenho em perspetiva, primeiras abordagens ao desenho do interior das habitações	92
Figura 81 – Planta nível 1, edifício de apoio, funções.....	93
Figura 80 – Planta nível 0, edifício de apoio, funções.....	93
Figura 82 – Esquiço, primeiras abordagens edifício novo em planta	94
Figura 83 – Esquiço, primeiras abordagens edifício novo em planta	94
Figura 84 – Planta arranjos exteriores, edifício novo	94
Figura 85 – Esquiço, primeiras abordagens praça principal	95
Figura 86 – Esquiço, primeiras abordagens praça principal	95
Figura 87 – Esquiço, primeiras abordagens praça principal	95
Figura 88 – Planta de arranjos exteriores, praça principal.....	96

CAPÍTULO I. LOCALIZAÇÃO

1| CONTEXTUALIZAÇÃO

A região do Douro tem vindo a ser objeto de diversos estudos e projetos que procuram combater o despovoamento, o envelhecimento da população e o declínio de sectores que outrora foram muito relevantes para o desenvolvimento da região, como a agricultura. O diagnóstico económico e social das regiões do interior encontra inúmeras semelhanças por todo o país. Vários projetos têm surgido no país ao longo das últimas décadas e que visam inverter as tendências anteriormente identificadas como por exemplo as “Aldeias Históricas” (dividido em duas fases entre 1994 e 2002) na Beira Interior e as “Aldeias de Xisto” (entre 2002 e 2007) na região centro de Portugal continental. É neste registo que surge o interesse por uma vila, situada no centro da região demarcada do Douro Vinhateiro: a vila do Pinhão, no concelho de Alijó e que Miguel Torga descreveu como sendo o “miocárdio do Douro, “o cósmico e cosmopolita Pinhão”.

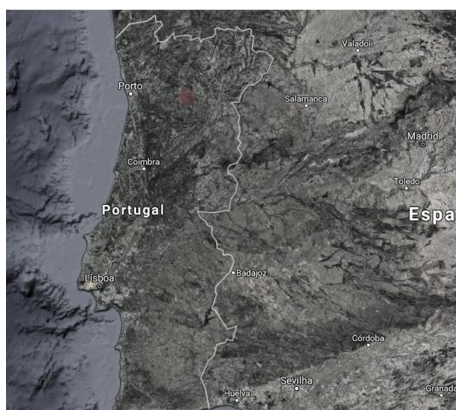


Figura 1 – Localização geográfica da Vila de Pinhão

Geograficamente esta vila situa-se no centro da região do Alto Douro Vinhateiro (figura 1). A sua localização conferiu-lhe elevada importância por ser um local de passagem, prestação de serviços e apoio à exploração da vinha. Atualmente, do ponto de vista turístico, é quase obrigatório a passagem por este local. É também por este motivo, para além do facto de se inserir numa paisagem patrimonial como já foi referido anteriormente, que se torna imperativo procurar ter um olhar mais atento sobre a revitalização arquitetónica.

É neste contexto que surge a ideia de realizar a presente dissertação de Projeto Final de Mestrado nesta vila, (figura 2). Trata-se de um local com elevada importância cultural uma vez que a paisagem do Alto Douro Vinhateiro, onde se insere a vila do Pinhão, foi classificada património Cultural da Humanidade pela UNESCO, em setembro de 2001. No entanto, seria expectável que esta nomeação pudesse contribuir para inverter o processo de desertificação, o que não se verificou. A acentuada retirada por parte da população mais jovem que prefere cidades mais dinâmicas e atrativas continua e intensifica-se na atualidade.

(RE)DESENHAR EM PATRIMÓNIO CULTURAL DA HUMANIDADE
Reconversão e Reabilitação de antigas Casas do Douro para um complexo turístico

Como plano de ação para promover o aumento da oferta de emprego e por consequente contribuir para a inversão da desertificação faz sentido considerar a realização de intervenções arquitetónicas que surjam como polos atratores e impulsionadores da economia da região do Douro, *“Portugal é, cada vez mais, o litoral costeiro, onde se concentra a grande maioria da população (...)”*¹. Numa tentativa de combater este facto que se tornou comum, é proposto que se reabilite e revitalize alguns pontos estratégicos desta região.



Figura 2 – Paisagem Vila de Pinhão (fotografia de Autor, 2019)

¹ Cristóvão, Artur, (2010), *Aldeias Vinhateiras: Requalificação Urbana, Turismo e Desenvolvimento Local no Douro*, in Pasos, vol.8, nº4, p.521

2| CONTEXTO HISTÓRICO

Pelos desenhos das encostas da tão característica paisagem do Norte interior, surge o rio Pinhão (figura 3).



Figura 3 – Rio Pinhão (fotografia de Eduardo Saraiva, 2017)



Figura 4 – Vila de Pinhão, (fotografia de Foto Alves (Chaves) cf. marca de água)



Figura 5 – Ponte de cantaria, no Pinhão, 2019 (fotografia de Autor)

O rio nasce na serra da Cabreira a cerca de trinta quilómetros do local onde acaba por desaguar, no icónico, rio Douro. Este rio acabaria por dar o nome à vila que se desenvolveu nas suas imediações, a vila de Pinhão. A povoação que hoje é vila, começou por se desenvolver na margem direita do rio Pinhão, em meados de 1134. Era essencialmente uma pequena comunidade com ligação ao rio e ao transporte de pessoas e animais entre as margens de ambos os cursos de água, rio Pinhão e rio Douro. Só a partir do século XVIII com a delimitação da Região Duriense pelo Marquês de Pombal é que o Pinhão ganhou reconhecimento, uma vez que era aqui que a denominada Estrada Real, que fazia a ligação das pessoas provenientes do sul que tinham a intenção de se deslocar ao norte, terminava (figura 4).

Mais tarde, com o desenvolvimento da produção de vinho, foi necessária a criação de pontos estratégicos, a

(RE)DESENHAR EM PATRIMÓNIO CULTURAL DA HUMANIDADE
Reconversão e Reabilitação de antigas Casas do Douro para um complexo turístico

localidade do Pinhão assumiu-se como um, onde surgiram serviços e apoio logístico a essa atividade. Tal facto potencializou a construção de uma ponte em cantaria (figura 5), que, unindo as duas margens separadas pelo rio Pinhão, tornou possível a expansão da vila para a margem esquerda, aumentando-a e obtendo deste modo um maior desenvolvimento.

Em 1880 foi finalmente inaugurada a estação de caminhos-de-ferro (figura 6), que veio confirmar a apetência natural deste local como ponto de passagem e paragem. É deste modo, através da produção de vinho e do transporte do mesmo que se desenvolve económica e socialmente a vila que é considerada o centro geográfico da região demarcada do Douro.

Após o surgimento da linha férrea a ponte rodoviária veio confirmar o Pinhão como o centro de serviços da região vinhateira, hoje conhecida como Cima Corgo. A pequena povoação funcionava como “ponte” que conecta São João da Pesqueira, Tabuaço, Vila Real, Sabrosa, Alijó, Porto e até o país vizinho Espanha, por Salamanca através do comboio.



Figura 6 – Estação do Pinhão (fotografia de Autor, 2019)

A VILA DE PINHÃO

O Pinhão pertence ao concelho de Alijó, com uma área que não ultrapassa os 300 hectares considerando-se deste modo um território relativamente pequeno, consequência do facto de se ter desenvolvido nos últimos oitenta anos (figura 7 e 8).

Esta vila foi durante vários anos considerada um importante entreposto comercial e centro económico do Vinho do Porto. Apesar de ter existido um período de crescimento e desenvolvimento observou-se que a certa altura e com passar dos anos esta tendência inverteu-se e esta vila viu a sua densidade populacional diminuir, tendo atualmente apenas 648 habitantes, segundo os censos de 2011 (figura 11). *“As aldeias vinhateiras do Douro são espaços marcadamente rurais, estreitamente ligados à história da vinha e do vinho em processo de decréscimo populacional ...”*²

No entanto a vila conta com cerca de 400 mil turistas por ano (*Gazeta Rural, nº269, 30 de abril, 2016, p.3*) que procuram conhecer as paisagens típicas do Alto Douro, a sua estação ferroviária ímpar, que contém importantes painéis de azulejo produzidos pela mítica Fábrica Aleluia de Aveiro, e as quintas vinícolas (figura 9 e 10). Para além dos visitantes que chegam de comboio, esta vila é também destino de inúmeros cruzeiros que navegam as águas do rio Douro.

O clima, neste local, integra-se nos valores típicos da zona ecológica Atlântico-Mediterrânea/Sub-Mediterrânea sendo que se observa invernos geralmente sem neve e amenos, enquanto que no verão se verificam temperaturas altas propícias a secas.

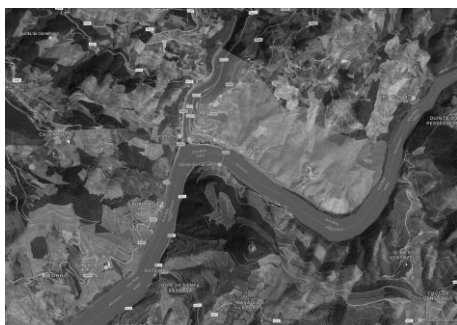


Figura 7 – Limites geográficos da Vila do Pinhão (esquema de autor, 2018)



Figura 8 – Rua António Manuel Saraiva, Pinhão (fotografia de autor, 2019)



Figura 9 – Painel de azulejo, Pinhão (fotografia de autor, 2019)



Figura 10 – Painel de azulejo, Pinhão (fotografia de autor, 2019)

² Cristóvão, Artur, (2010), *Aldeias Vinhateiras: Requalificação Urbana, Turismo e Desenvolvimento Local no Douro*, in Pasos, vol.8, nº4, p.520

(RE)DESENHAR EM PATRIMÓNIO CULTURAL DA HUMANIDADE
Reconversão e Reabilitação de antigas Casas do Douro para um complexo turístico

PORTUGAL
(país)



ÁREA: 92 256 km²
HAB: 10 562 178

VILA REAL
(distrito)



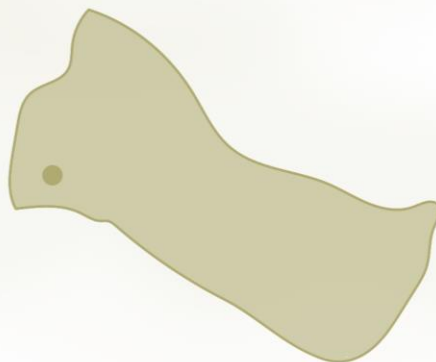
ÁREA: 378,80 km²
HAB: 51 850

ALIJÓ
(concelho)



ÁREA: 297,60 km²
HAB: 11 942

VILA DE PINHÃO
(local de intervenção)



ÁREA: 3 km²
HAB: 648

Figura 11 – Esquema de áreas e número de habitantes, Vila de Pinhão (Figura de autor, 2019)

4| CASA DO DOURO

A Casa do Douro é uma instituição fundada em 1932 na região do Alto Douro Vinhateiro, com o objetivo de proteger os pequenos e médios vitivinicultores num contexto económico complexo e difícil. As cíclicas crises que afetavam a lavoura nesta região resultaram numa vontade generalizada de criar uma organização capaz de dar resposta às necessidades do sector. Em Portugal, tal como no resto do Mundo vivia-se um período de grande instabilidade financeira e social decorrente do pós-primeira Grande Guerra a que se seguiria o crash bolsista de 1929. Em Portugal surgiam as primeiras tendências ditatoriais que culminaram no estabelecimento do Estado Novo.



Figura 12 – Paisagem típica da região do Douro (fotografia de autor, 2019)

(RE)DESENHAR EM PATRIMÓNIO CULTURAL DA HUMANIDADE
Reconversão e Reabilitação de antigas Casas do Douro para um complexo turístico

A fundação da Casa do Douro foi, não só um marco no contexto económico da região, mas, também na arquitetura pelo facto de, terem surgido edifícios em diversos locais estratégicos e com variadas funcionalidades. Apesar de atualmente estes edifícios não possuírem as funções originais e que estiveram na base da sua construção. Muitos destes edifícios encontram-se inclusivamente ao abandono. A vocação turística que o Douro tem experienciado nos últimos anos poderá conferir uma nova vida a estes espaços.

Não foi ainda realizado um inventário fidedigno/completo de todos os edifícios que foram construídos com este propósito, uma vez que os vários documentos foram perdidos no tempo e algumas das edificações demolidas. Acresce a conhecida situação administrativa da Casa do Douro





Figura 13 – Alçado Oeste Casa do Douro, 2019 (fotografia de autor)



Figura 14 – Alçado Sul Casa do Douro, 2019 (fotografia de autor)



Figura 15 – Perspetiva Casa do Douro, 2019 (fotografia de autor)

Um destes edifícios situa-se na vila do Pinhão, localidade icónica e central da região demarcada do Douro. O edifício localiza-se sensivelmente no centro da vila, confinado a norte com a linha férrea do Douro e a Sul pela Avenida Marginal junto ao rio Douro (figura 13 a 18).

A respeito da arquitetura, pode dizer-se que apresenta influências do construtivismo russo, com uma grande cornija greco-deco, reduzidas pilastras caneladas na entrada e agrupamentos de janelas simétricas. Enquanto esteve em utilização este edifício serviu de armazém, escritórios e habitação. Para além deste edifício existem ainda outros armazéns e uma vasta extensão de terreno, que provavelmente serviria para a *stockagem* das pipas (figura 19).



Figura 16 – Alçado principal Casa do Douro, 2019 (fotografia de autor)

(RE)DESENHAR EM PATRIMÓNIO CULTURAL DA HUMANIDADE
Reconversão e Reabilitação de antigas Casas do Douro para um complexo turístico

O que conferia o elemento comum a grande parte destes edifícios seria a cor ocre tão típica da região.

Atualmente, esta instituição encontra-se em processo de revitalização por parte do Estado, num processo que se arrasta há vários anos e sem previsão de data em que fique concluído, tentando pagar as suas dívidas à custa da venda do seu valiosíssimo espólio de vinhos e das suas propriedades. Perante este cenário, o singular património edificado da Casa do Douro encontra-se devoluto ou destruído.



Figura 17 – Pormenor Casa do Douro, 2019 (fotografia de autor)



Figura 18 – Casa do Douro, 2019 (fotografia de autor)



Figura 19 – Cubas de vinho, 2019 (fotografia de autor)

CAPÍTULO II. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E PAISAGÍSTICO

1| CONTEXTUALIZAÇÃO

Tudo é património, no sentido em que, qualquer atividade realizada pelo ser humano pode ser reconhecida e usada como memória, no entanto é necessário que exista uma seleção de quais os objetos que valem a pena resguardar e preservar, de modo a que seja possível preservar a memória, mas também evoluir e criar novas memórias. No passado, criou-se a ideia de que, tudo o que era “velho” seria bom. Esta ideia não está, de todo correta. Trata-se apenas do conceito de memória, o ser humano tem a capacidade de se apegar e criar laços de empatia, não só com outros seres humanos, mas também com objetos materiais.

Na origem desta palavra, património era algo deixado dos pais para os filhos, em género de herança familiar. Hoje em dia é um conceito bem mais complexo, que foi evoluindo com a sociedade. *“Património. Esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. (...) prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório.”*³

Mais especificamente, a expressão, “património histórico” tornou-se uma das *“(...) palavras-chave da tribo mediática [que] remete para uma instituição e para uma mentalidade.”*⁴ Nos dias de hoje a relação que se verifica entre a sociedade e o património histórico deixou de ter um carácter prazeroso, pois exige uma aprovação e reconhecimento por parte de um conjunto geral de indivíduos, o que acaba por gerar conflitos, as “massas” tornam-se detentoras de decisões que, por vezes, colocam em causa a sobrevivência de determinados elementos patrimoniais importantes.

³ Choay, F. (2000). *A Alegoria do património*. 4 ed. Lisboa: Edições 70, p.11

⁴ Choay, F. (2000). *A Alegoria do património*. 4 ed. Lisboa: Edições 70, p.11

2| PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

2.1| Breve noção de Património Arquitetónico

Em 1837, foi criada em França a primeira Comissão dos Monumentos Históricos. Por esta altura existiam três grandes categorias de monumentos: vestígios da antiguidade, edifícios religiosos da idade média e alguns castelos. Após a Segunda Guerra Mundial foram anexadas diferentes formas na arte de edificar: *“Desde então, todas as formas da arte de edificar, (...) foram anexadas sob novas denominações: arquitetura menor, expressão oriunda de Itália usada para designar as construções privadas não monumentais, (...) arquitetura vernacular, expressão oriunda de Inglaterra usada para distinguir os edifícios característicos dos diversos territórios; arquitetura industrial das fábricas, das estações, dos altos-fornos, reconhecida em primeiro lugar pelos Ingleses.”*⁵

Os edificados e lugares, que hoje são classificados como património, nem sempre o foram, uma vez que o público geral e as entidades responsáveis pela sua conservação os negligenciavam. Tal situação resultou em demolições e perdas de um grande número de elementos que hoje em dia seriam classificados como património, exemplo disso foram as duas grandes guerras mundiais, em que a destruição de património aconteceu em grande número. Foi então que a comissão encarregue do “património do século XX” decidiu elaborar uma tipologia e critérios para que não se perdesse qualquer testemunho histórico. Outros países, não europeus, começaram a “aderir” à preservação dos elementos históricos, tais como o Japão ou os Estados Unidos. Este último foi o primeiro a proteger o seu património natural em contraste com o desinteresse pelo património edificado.

Os critérios e tipologia para a definição de “algo” como património mundial foram decididos em diversas conferências: a primeira teve lugar em Atenas em 1931,

⁵ Choay, F. (2000). *A Alegoria do património*. 4 ed. Lisboa: Edições 70, p.12



Figura 20 – Cidade de Paris (fotografia de autor, 2016)



Figura 21 – Museu do Louvre (fotografia de autor, 2016)



Figura 22 – Interior do Museu do Louvre (fotografia de autor, 2016)

a segunda em Veneza no ano de 1964 e quinze anos mais tarde, em 1972, oitenta países dos cinco continentes tinham assinado a Convenção do Património Mundial que consiste em: *“(…) estabelece quais os bens naturais e culturais que podem vir a ser inscritos na Lista do Património Mundial, fixando os deveres dos Estados membros quanto à identidade desses bens, assim como o desempenho para a proteção e preservação dos mesmos. Ao assinar a Convenção, cada Estado compromete-se não só a assegurar a conservação dos bens que se localizam no seu território como a proteger o seu património cultural e natural. A característica mais original desta Convenção é a de reunir num mesmo documento, noções de proteção da natureza e de preservação de bens culturais.”*⁶. Desde então até aos presentes dias, juntaram-se mais de 186 países a esta Convenção, Portugal aderiu em 1979.

Após todas estas preocupações com a preservação dos elementos históricos surgiram contestações por parte dos arquitetos que, invocavam o direito à criação. Defendiam uma coexistência entre os estilos, articulados num mesmo espaço, de forma a que se continue a evolução das metrópoles, as “regras” da preservação tornaram-se demasiado rígidas impedindo a liberdade da criatividade, sendo que é necessário encontrar um equilíbrio entre a preservação da memória e a continuação da evolução arquitetónica.

*“A sedução de uma cidade como Paris resulta da diversidade estilística das suas arquiteturas e dos seus espaços, que não devem ser travados por uma conservação intransigente, mas continuados: é o caso da pirâmide do Louvre.”*⁷ (figuras 20 a 22).

O domínio do património deixa de ser apenas limitado a edifícios singulares e passa a abranger conjuntos edificados, tecido urbano, aldeias e cidades.

É importante considerar-se, o património natural e cultural como um aliado que provoque e impulse o turismo e o crescimento económico, em alternativa ao seu esquecimento e menosprezo. Elementos do

⁶ <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>

⁷ Choay, F. (2000). *A Alegoria do património*. 4 ed. Lisboa: Edições 70, p.16

património natural e cultural devem ser conservados e utilizados para fins positivos para a região envolvente uma vez que são reconhecidos como únicos e de elevada importância. *“O conceito de Património, desde o início da segunda metade do século passado tende a expandir-se a toda a gama de manifestações culturais, onde o homem se revela nas suas atividades e na sua interação com o meio natural. É um conceito de património que abrange não apenas monumentos, mas também conjuntos edificados, sítios, paisagens naturais e/ou culturais, ou ainda territórios na sua globalidade. Como memória coletiva, uma memória que, por ser singular e específica de cada país, região ou lugar, merece ser preservada e continuada. Num Mundo globalizado, um país ou região afirma-se pela sua singularidade e diferença através do seu património.”*⁸

É neste sentido que a comunidade deverá ter a obrigação social de preservar locais desta importância e singularidade, preservando memórias que muitas vezes são apagadas, perdendo-se um pouco da identidade que define um lugar.

⁸ Paulo, Luísa, (2009), *“A Reabilitação do Património como fator de Desenvolvimento Local: O modelo de Aldeia Sustentável”*, Tese de Doutoramento em Arquitetura na Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, p.12

3| PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO

Caminhar é, de algum modo, uma dança com calma (mas nem sempre). A vida é uma coreografia.⁹

3.1| Breve noção de Património Paisagístico

O objeto deste projeto final de mestrado tem uma localização privilegiada, inserida num local com uma paisagem pertencente ao património cultural da Humanidade, classificado pela UNESCO em 2001 (figura 23 e 24). A singularidade deste local conduz a um necessário entendimento sobre o conceito de património paisagístico por forma a melhor enquadrar a proposta de intervenção.



Figura 23 – Alto Douro Vinhateiro (fotografia de autor, 2019))



Figura 24 – Rio Douro (fotografia de autor, 2019)

⁹ Cardoso, Isabel Lopes, (2013), *Paisagem e Património – Aproximações Pluridisciplinares*, ed. Porto Dafne, p.53

Foi durante as décadas de 1970 e 1980 que a noção de património começou a ganhar imposição junto da sociedade, culminando na era em que “tudo é património”, e que resultou no surgimento de um importante sector da economia assente no turismo cultural.

Atualmente não se pode passar ao lado da crescente informatização e digitalização de grande parte dos elementos que nos rodeiam. A autora Anne Cauquelin no texto *Paisagem e virtual, dois mundos separados* tenta encontrar um elo entre estes dois modos de pensar, o virtual e a paisagem, apesar de encontrar algumas características em comum chegou à conclusão que não adiantava persistir em conectar aquilo que é notoriamente diferente. Entre as características em comum, Cauquelin destaca três: a *imersão*, a *anopticidade* e a *lógica dos signos*, em que compara os crentes religiosos com os cibernautas.

“Imersão. (...) A igreja românica, com as suas paredes inteiramente pintadas, oferece o mesmo tipo de universo completo, fechado, sem saída para o mundo exterior. O envolvimento é total. Tal como o internauta, que decifra quase sem refletir os ícones do seu ecrã como se estes fossem absolutamente transparentes ao que pretende saber ou fazer, o crente desconhece o mecanismo que liga o código à linguagem e que está na base daquilo que vê, mas intui-lhe facilmente o sentido.

Anopticidade. As paredes da igreja impõem-se como o «fundo» que contém e retém o espaço envolvente. (...) como o ecrã do computador. Este dispositivo impede a fuga para além daquilo que é apresentado (...) O crente e o internauta estão fechados no cubo espacial do monumento religioso (...) ou do ciber-site (...) O efeito de fascínio é total.

Lógica dos signos. (...) Aquilo que designamos por «simbólica medieval» é um sistema que obedece a um regime lógico do signo extremamente elaborado. (...) por baixo da superfície lisa dos nossos ecrãs de computador, a fácil manipulação dos «ícones» esconde um sistema

complexo e indecifrável para o utilizador, que constitui o domínio reservado aos novos clérigos: os informáticos.”¹⁰

Esta relação entre paisagem e virtual existe no sentido em que este ciberespaço permanecerá presente no quotidiano como um recurso pontual e útil, com tendência a tornar-se numa segunda natureza, a entrar de tal forma e a envolver-se na vida de cada indivíduo que dificultará a observação e a vivência do mundo exterior e da paisagem como um todo.

Avançando mais profundamente no conceito de paisagem, o autor Jean-Marc Besse, citado por Isabel Cardoso em *Paisagem e Património*, utiliza uma abordagem bastante mais poética. Relaciona o estar no mundo diretamente com o estar na paisagem. A paisagem faz parte do quotidiano no sentido em que antes de serem “objetos” de intervenção e criação, são espaços em que o ser humano está diretamente implicado.

“As paisagens não devem ser consideradas como se estivessem separadas da nossa vida quotidiana. As nossas paisagens não são excecionais. São, normalmente, bastante vulgares, fazem parte, quer no plano individual quer no plano coletivo, daquilo a que chamamos a nossa vida e o nosso ser. Não são, exclusivamente, horizontes para contemplar ou territórios para transformar.”¹¹

Para além da ideia, levada ao extremo, de que tudo é paisagem, o autor defende que um local é mais do que uma simples localização no espaço. Estar presente fisicamente e habitar uma casa, uma cidade, uma paisagem parte do princípio que, além de que é realizada uma qualquer atividade, proporciona também vivências, histórias e acontecimentos. Existe uma linha temporal que torna o espaço efetivamente habitado.

“(…) três aspetos fundamentais da prática de habitar:

¹⁰ Cardoso, Isabel Lopes, (2013), *Paisagem e Património – Aproximações Pluridisciplinares*, ed. Porto Dafne, p.25 - 28

¹¹ Cardoso, Isabel Lopes, (2013), *Paisagem e Património – Aproximações Pluridisciplinares*, ed. Porto Dafne, p.33

- *Para habitar é preciso ter espaço (...). No espaço habitado, coexistem a intimidade e a liberdade.*

- *O interior traz consigo o testemunho da vida, da história que acontece, dos gostos, dos habitantes (...). O lugar marca-nos e nós marcamos o lugar. (...) O que significa, no fim de contas, que não habitamos «em geral» ou no abstrato, mas habitamos no e com o espaço e a matéria. (...).*

- *Habitar é, (...) uma questão de tempo. (...) Habitar é ter hábitos, é repetir um determinado número de gestos num mesmo lugar. (...) Habitar é estar num espaço de tempo que nós próprios ajudámos a criar: estar numa forma de tempo e dar uma forma ao tempo.”¹²*

Este autor, Jean-Marc Besse utiliza uma expressão que impõe uma ideia fundamental que acaba por direcionar a proposta de intervenção e a maneira de pensar o que é a paisagem: *“O homem está no mundo e o mundo está no homem: a paisagem é o nome e o local dessa circulação entre homem e mundo, dessa mistura.”¹³*

Acaba por reforçar ainda mais a ideia de que tudo o que nos envolve é paisagem, pois considera que a relação que o homem tem com o mundo se designa paisagem.

Outra abordagem possível é a de Karine Sporta, em que a autora faz a comparação entre a geografia (paisagem) e a coreografia (dança). Ambas as vertentes são efémeras, vivas e em constante mutação, cujos movimentos não conseguem ser previsíveis. Esta comparação além de nos mostrar que o paisagista trabalha com uma matéria sensível mostra-nos que habitar não se aplica apenas a habitação propriamente dita, mas também, de um modo extensivo, às relações que o homem mantém com o mundo.

“O coreógrafo, tal como o paisagista ou o jardineiro, trabalha sobre uma matéria viva, mutante, cujos movimentos não podem ser previstos. Como eles

¹² Cardoso, Isabel Lopes, (2013), *Paisagem e Património – Aproximações Pluridisciplinares*, ed. Porto Dafne, p.38-39

¹³ Cardoso, Isabel Lopes, (2013), *Paisagem e Património – Aproximações Pluridisciplinares*, ed. Porto Dafne, p.34

desenvolve uma aproximação não verbal, sensível ao mundo que necessita de uma criatividade e de uma invenção sempre renovadas."¹⁴

Após esta abordagem sobre a maneira do ser humano se relacionar com a paisagem, torna-se imperativo fazer referência à relação no sentido visual. Existem três formas diversas de olhar a paisagem, a vista vertical, a vista lateral e a vista ascendente. Estas comprometem situações espaciais distintas, que acabam também por se diferenciar na visualização de cada indivíduo. Esta reflexão acaba por mostrar o nível de diversidade que pode existir na paisagem e que corresponde à diversidade dos modos de habitar o mundo por parte de cada ser humano.

"Seria necessário criar o hábito, nesta perspetiva, de não mais considerar o espaço (e, em particular, o espaço geográfico) como um absoluto, como um quadro globalizante, neutro, no interior do qual é metida toda a realidade, os mundos, os homens, etc. Tornou-se necessário aligeirar o conceito de espaço e, em particular, pôr em relação o espaço e a atividade: o espaço é "o espaço-da-atividade"."¹⁵

¹⁴ Cardoso, Isabel Lopes, (2013), *Paisagem e Património – Aproximações Pluridisciplinares*, ed. Porto Dafne, p.41

¹⁵ Cardoso, Isabel Lopes, (2013), *Paisagem e Património – Aproximações Pluridisciplinares*, ed. Porto Dafne, p.44

3.2| Património, Paisagem e Caminho-de-ferro

A vila do Pinhão é atravessada pela linha de caminho-de-ferro do Douro, que faz ligação entre importantes cidades e vilas da região, bem como à área metropolitana do Porto (figura 25 e 27). Esta conexão teve grande importância no desenvolvimento e crescimento populacional nos finais do século XIX e início do século XX. As redes de transporte, além de terem um papel importante no impulso económico, sendo obras de carácter público, têm a capacidade de alterar a paisagem de forma significativa e intervir na definição das dinâmicas territoriais. Uma vez construídas passam a fazer parte integrante da paisagem. Como tal, faz sentido fazer uma breve abordagem à relação entre o património, paisagem e caminho-de-ferro.

O caminho-de-ferro, além da transformação que a própria construção confere à paisagem, vem também alterar a maneira de a ver. Até ao seu surgimento não existia nada que igualasse a velocidade de deslocação (figura 26).



Figura 25 – Linha de caminho-de-ferro do Pinhão (fotografia de autor, 2019)



Figura 26 – Locomotiva,(fotografia de The Transporter library - UK, 1969)

Em Portugal apenas em 1863 ficou concluída a totalidade da linha férrea que permitia a ligação entre Lisboa e a fronteira, mas no final de 1907 já se tinham construído 2388 quilómetros de via férrea em bitola europeia e 365 quilómetros em bitola métrica. Estas construções, para que ficassem mais económicas, eram realizadas o mais retilíneo possível obrigando à abertura de túneis e à construção de pontes e aquedutos, resultando em *obras de arte* do caminho de ferro.

Esta nova maneira de deslocação passou a ser um importante elemento estruturante da organização geográfica, alterando a noção de espaço e de tempo, determinando regras de viagem e fixando perspetivas de visualização da paisagem, *“A viagem de comboio obrigou a uma nova forma de olhar a paisagem, não só porque impôs perspetivas pré-definidas, mas também porque a paisagem passa em frente dos olhos do passageiro a um ritmo até então desconhecido.”*¹⁶



Figura 27 – Comboio turístico na estação do Pinhão (fotografia de autor, 2019)

¹⁶ Cardoso, Isabel Lopes, (2013), *Paisagem e Património – Aproximações Pluridisciplinares*, ed. Porto Dafne, p.132

O caminho-de-ferro conferiu uma revolução na economia, na mobilidade populacional, na paisagem e no sector turístico. *“Hoje é reconhecido o valor patrimonial das obras públicas, nomeadamente aquelas que estão ligadas ao caminho-de-ferro. A esse valor patrimonial junta-se o seu valor paisagístico. A partir do momento em que são construídas, adquirem “uma expressão geográfica permanente” e passam a fazer parte da paisagem. A desativação de várias linhas de caminho-de-ferro provoca uma nova alteração da paisagem e coloca muitas vezes em risco o património ferroviário.”*¹⁷

3.3| A paisagem do rio Douro/” Património da Humanidade”

Está à vista as características que tornam a paisagem do Douro tão peculiar. O facto desta região estar diretamente ligada à produção de vinho torna-a esculpida em prol do mesmo. É marcada pelos socacos e vinhas o que torna a paisagem ímpar. É por estes motivos que a paisagem do Douro é considerada Património Cultural da Humanidade, sendo que estão aqui reunidas as condições que a tornam tão singular (figuras 28 a 31).



Figura 28 – Região do Douro (fotografia de autor, 2019))

¹⁷ Cardoso, Isabel Lopes, (2013), *Paisagem e Património – Aproximações Pluridisciplinares*, ed. Porto Dafne, p.145



Figura 29 – Região do Douro (fotografia de autor, 2019)

“A região vinhateira designada por Região Demarcada do Douro é uma das regiões vitícolas mais importantes, ricas e conhecidas no mundo. Inscreve-se numa área de características climáticas, morfológicas, litológicas e pedológicas originais que se estende por mais de 2500 km², no troço montante do vale do rio Douro nacional. A vinha ocupa cerca de 400 km² de solo de 172 freguesias dos distritos de Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda. (...) O arranjo paisagístico imposto pela inserção do vale do rio Douro é, sem dúvida, o sinal da diferença, que, climaticamente e mesologicamente, define esta região.”¹⁸

Esta paisagem foi e é atualmente “desenhada” através da mão humana. Contra todas as hipóteses de sucesso o Homem, através da perseverança e audácia conseguiu “vencer” as encostas íngremes, solos pobres e



Figura 30 – Pinhão (fotografia de autor, 2019)



Figura 31 – Pinhão (fotografia de autor, 2019)

¹⁸ Almeida, Carlos A. Brochado, (2011) *História do Douro e do Vinho do Porto, História Antiga da Região Duriense*, Vol. I., introdução

acidentados e tornar esta terra possível de ser trabalhada, adaptando-a às necessidades agrícolas, modelando-a e permitindo o cultivo da vinha. A região do Douro é efetivamente uma região única no mundo o que a torna reconhecida pela UNESCO. Nestes locais é necessária uma atenção especial ao projetar uma vez que é empírico respeitar a paisagem, sem nunca permitir que se perca a identidade da região.

Como já foi referido, este local reúne condições climáticas e ambientais específicas, o que pode condicionar a escolha dos materiais. Entre os que melhor se adaptam neste local estão os xistos, os granitos, os quartzitos e as rochas carbonatadas. Estes materiais são conhecidos pela sua resistência à erosão. Na definição dos materiais para o projeto será importante ter em conta estas premissas.

4| VALORIZAÇÃO ARQUITETÓNICA E PAISAGISTA

“O passado é encerrado em limites precisos, surgindo, no mesmo momento, um novo espaço-tempo de distância para com a contemporaneidade. A noção de antiguidade adquire uma dimensão estética, a apreciação da beleza do passado introduz a necessidade de garantir a preservação de valores cuja consciência é, então, adquirida de forma intensa e definitiva pela cultura ocidental.”¹⁹

4.1| Conceitos e Normativas na Conservação, Restauro, Reabilitação e Revitalização Patrimonial

4.1.1| Conservação

Ao longo dos tempos as definições dos conceitos de conservação e de restauro andaram lado a lado. A diferença entre ele é ténue o que acaba por gerar “confusão” originando teorias diversas e até opostas. Ao preservar uma obra arquitetónica é imprescindível que seja tido em conta importantes valores, estéticos, históricos, documentais, funcionais, económicos e de segurança.

Um grande leque de estudiosos aponta para o surgimento do conceito de conservação, como o conhecemos atualmente, na Revolução Francesa (1789 – 1799). Neste período verificou-se um rápido processo de degradação e desaparecimento de inúmeras obras de arte e monumentos. Com o objetivo de salvaguardar e de fazer frente a esta tendência destrutiva levantaram-se questões para as quais era importante encontrar respostas. Que monumentos proteger? De que maneira os proteger? Como classificar as obras de arte? Instituiu-se nesse período uma série de medidas e discussões sobre o tema para que, de alguma forma fosse possível reverter a perda de importantes marcos históricos e controlar o vasto património cultural.

¹⁹ Aguiar, José (2005), *Cor e cidade histórica, estudos cromáticos e conservação do património*, 2ª edição Porto: FAUP publicações, p. 36

“As tradições são postas em causa pela modernidade, mas, no momento em que se anuncia um mundo novo, (re)descobre-se o valor do que se perde.”²⁰

Este sentimento de nostalgia e de vontade de preservar e transmitir para futuras gerações a memória do passado deu origem a diversas teorias e reflexões sobre a conversação e restauro entre as quais o restauro romântico, o restauro estilístico e a conservação estrita.

Os italianos, juntamente com os franceses defendiam o conceito de restauro enquanto que os ingleses “proclamavam” métodos mais rigorosos e tradicionais defendendo a conservação ou restauro romântico.

Em Itália foram bastantes as obras em que se aplicou a metodologia do restauro. Destacam-se importantes objetos arquitetónicos tais como o Arco de Tito, em que as obras de restauro foram realizadas por Stern, e o próprio Coliseu, em Roma, obras realizadas por Stern, Giuseppe Palazzi, Camporesi e mais tarde Valadier. Estas intervenções tiveram como objetivo o preenchimento dos elementos em falta em que, numa visão mais afastada se entenda a unidade da obra, mas ao fazer uma análise mais pormenorizada se perceba que o objeto foi efetivamente alvo de uma intervenção. Uma definição de restauro bastante atual para a época.

“Por restauro arqueológico, na Itália da primeira metade do século XIX, irá então entender-se o completamento ou a consolidação de monumentos, desenvolvidos com base em rigorosas análises prévias que permitem validar a sua recomposição. Trata-se de um processo no âmbito do qual se empregam elementos originais, através da anastilosis, e se procede ao preenchimento das lacunas por meio de reproduções simplificadas e distinguíveis; sem atingir, portanto, uma excessiva similitude formal, o que poderia conduzir à falsificação histórica, mas também sem uma excessiva diferenciação, que poderia perturbar a leitura estética do monumento.”²¹

²⁰ ²⁰ Aguiar, José (2005), *Cor e cidade histórica, estudos cromáticos e conservação do património*, 2ª edição Porto: FAUP publicações, p. 38

²¹ ²¹ Aguiar, José (2005), *Cor e cidade histórica, estudos cromáticos e conservação do património*, 2ª edição Porto: FAUP publicações, p. 40

No início do século XIX, em França, os defensores do restauro estilístico acreditavam que restaurar seria reconstruir ou reintegrar as partes em falta tornando o processo de restauro uma “cópia” com o objetivo de ser o mais fiel possível da obra original.

“O objetivo central da política de salvaguarda francesa desse período consistia na preservação dos valores históricos de carácter nacionalista transmitidos pelos monumentos; assim, o maior interesse da conservação seria a garantia da sobrevivência da identidade da própria matéria ou substância que as formalizava. No quadro desta conceção, uma cópia fiel adquiria um valor similar, ou muito próximo, de um original.”²²

O principal defensor desta teoria, em que não existia espaço para criatividade nem opinião pessoal no restauro, foi Viollet-le-Duc. Este defendia também que para se preservar e conservar uma obra era necessário conhecer a sua história bem como a sua arqueologia. Viollet-le-Duc acreditava que as obras arquitetónicas deveriam adotar novas funções, de maneira a serem utilizadas de novo e não apenas serem objetos de contemplação.

“O restauro estilístico, enquanto solução de natureza filosófica para os problemas de projeto, permitiu a Viollet-le-Duc resolver formalmente uma questão que sempre considerou primordial: a imprescindibilidade da reutilização funcional dos monumentos, atribuindo-lhes utilizações concretas enquanto arquiteturas. Os monumentos deveriam resolver funções de utilidade económica e social, entendimento claramente incompatível com a valorização estética e simbólica da ruína, em estado de ruína, tão defendida e admirada pelos românticos, como Ruskin.”²³

Por oposição às teorias do restauro dos italianos e dos franceses, em Inglaterra, nomeadamente John Ruskin (1819-1900), defendia que o que realmente importa é a salvaguarda da herança arquitetónica. Obras que, para

²² Aguiar, José (2005), *Cor e cidade histórica, estudos cromáticos e conservação do património*, 2ª edição Porto: FAUP publicações, p. 41

²³ Aguiar, José (2005), *Cor e cidade histórica, estudos cromáticos e conservação do património*, 2ª edição Porto: FAUP publicações, p. 42

não perderem a sua autenticidade não devem ser “tocadas” no sentido de restauro, mas sim preservadas, *“Take proper care of your monuments, and you will not need to restore them”*. Ruskin propôs então a conservação estrita apoiada em operações básicas apenas de manutenção, reforços estruturais, reparações pontuais ou fixação de esculturas quando apresentassem risco de cair. Tudo o que fosse para além destas intervenções pontuais Ruskin repudiava.

“A maior e mais profícua contribuição de Ruskin foi a sustentação ideológica da conservação como metodologia de preservação patrimonial alternativa ao restauro. O seu pensamento marcará indelevelmente a história das ideias da salvaguarda do património no século XX, suscitando a acesa polémica sobre a dialética Conservação versus Restauro, a qual, passado quase um século e meio, ressurge ciclicamente.”²⁴

4.1.2| Restauro

O restauro consiste em dar novamente eficiência a qualquer produto da atividade humana, seja ele de carácter industrial ou artístico. O produto da atividade humana de carácter industrial pressupõe objetivamente a reparação ou a restituição de um estado anterior, conferindo-lhe novamente funcionalidade. A diferença para o produto da atividade humana de carácter artístico reside na diversidade, qualidade e sensibilidade das operações a serem efetuadas sendo que, a prioridade nestes casos não é restabelecer a função, mas sim prolongar o testemunho ao longo do tempo.

Para melhor compreender o conceito de restauro é necessário que se explique o conceito de obra de arte. O autor Cesare Brandi refere que a “obra de arte” é algo que muitos indivíduos singulares reconhecem como produto especial da atividade humana, que permanece igual ao longo dos tempos, mas que seja recriado sistematicamente.

“Essa é, a característica peculiar da obra de arte, quando não questionada na sua essência e no processo criativo

²⁴ ²⁴ Aguiar, José (2005), *Cor e cidade histórica, estudos cromáticos e conservação do património*, 2ª edição Porto: FAUP publicações, p. 43

que a produziu, mas quando começa a fazer parte do mundo, do particular ser no mundo de cada indivíduo.”²⁵

Sendo a obra de arte um produto especial da atividade humana, segundo Brandi, está implícito que o que condiciona o restauro é a obra de arte e não o contrário, uma vez que o objetivo é a transmissão das principais características da obra de arte para o futuro.

Os elementos que compõem a obra de arte vão desde a sua materialidade, historicidade (momentos em que a obra de arte é produzida e reconhecida como tal), estética e a própria envolvente, que lhe dão um carácter de unidade que no momento do restauro não pode ser descurado.

“(...) a obra de arte, não constando de partes, ainda que fisicamente fracionada, deverá continuar a substituir potencialmente como um todo em cada um de seus fragmentos (...) infere-se que a “forma” de toda a obra de arte singular é indivisível (...) será necessário buscar desenvolver a unidade potencial originária que cada um dos fragmentos contém (...).”²⁶

Porém, na ausência de algum elemento que compõe a obra de arte, o restauro pode ser realizado com o objetivo de retratar a unidade originária.

Posto isto, o restauro tem alguns princípios que devem ser respeitados: a intervenção na obra de arte deve ser facilmente reconhecida, mas com o cuidado de respeitar a sua essência e autenticidade; deve facilitar eventuais intervenções futuras; evitar substituições através de corpos estranhos ou cópias e respeitar a relação entre a imagem final e a estrutura que sustenta a obra de arte.

Outro conceito que importa referir para melhor percepção do restauro é o conceito de ruína. Ruína é um testemunho da história humana com um aspeto bastante diverso e quase irreconhecível àquele que outrora foi, uma obra de arte que já não contém uma vitalidade implícita nem promove uma reintegração da unidade

²⁵ Brandi, Cesare. *Teoria da Restauração*, p.46

²⁶ Brandi, Cesare. *Teoria da Restauração*, p.46

potencial originária. O restauro atua no limite da ruína quando a obra de arte está prestes a cair no disforme.

O restauro não deve ser apenas utilizado no limite acima descrito, devendo procurar-se ao máximo preservar as características da obra de arte utilizando métodos de restauração preventiva.

Para o estudo de caso apresentado é importante salientar o restauro no sentido em que existem elementos, tais como edifícios e monumentos com grau elevado de importância, que necessitam de ser preservados e preservados para o futuro como testemunhos da atividade humana.

4.1.3| Reabilitação

Atualmente a ideia de reabilitação assenta na recuperação e qualificação geral de áreas ou edificado degradado, sendo este, histórico ou não, em vários aspetos, físicos e morfológicos, que fomentem a revitalização funcional e socioeconómica. Pode-se considerar esta definição bastante inovadora e apresenta um passado relativamente recente.

O conceito de reabilitação tem sido alvo de diversos estudos e teorias. Em que consiste realmente a reabilitação? O que distingue certos edifícios para que sejam considerados aptos para reabilitar e não apenas demolir e construir algo novo? Durante muito tempo apenas o edificado ao qual se atribuía um importante valor histórico e cultural foi “merecedor” de cuidados de preservação e reabilitação, *“(...) surge uma atitude sistemática de classificação e discriminação; o que é considerado monumento histórico é submetido a um cuidado especial (...), o outro património, eventualmente mais corrente, é reutilizado de forma muito despreocupada como sucede a grande número de edifícios das ordens conventuais e religiosas (...)”*.²⁷

O autor Maurice Halbwachs defende que, no fundo aquilo que define o valor patrimonial de um objeto são as grandes comunidades, tal facto é verificável na seguinte afirmação em *Memória Coletiva*: *“As pedras e os*

²⁷ Aguiar, José; Cabrita, A. M. Reis; Appleton, João, (1998), *Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais*, Laboratório nacional de engenharia civil, p. 6

materiais não vos resistirão. Mas os grupos resistirão (...). Para que essa resistência se manifeste, é preciso que emane de um grupo (...) é inevitável que as transformações de uma cidade e a simples demolição de uma casa incomodem alguns indivíduos em seus hábitos (...) Esses pesares ou mal-estares individuais, não têm efeito, porque não dizem respeito à coletividade. Um grupo (...) não se contesta em manifestar que sofre, em indignar-se e protestar na hora.”²⁸

É difícil observar a transformação dos locais que vemos como fixos e inalteráveis, e quando acontece há que ter a sensibilidade e o bom senso de conservar certos elementos que sejam considerados pela sociedade importantes marcos de memória. No entanto esses elementos têm de se adaptar às épocas mais modernas, para tal é necessário conceder-lhes novos usos. Reabilitar consiste em criar uma vida nova para determinado elemento, conservando a sua própria identidade. É desta maneira que é possível preservar a identidade de um lugar deixando-o em “liberdade” para evoluir no futuro.

“Imbuídos de uma mensagem do passado, os monumentos históricos perduram até aos nossos dias como testemunhas vivas das tradições de várias gerações. Os povos tornam-se cada vez mais conscientes da unidade dos valores humanos e consideram os monumentos antigos como património comum. A responsabilidade coletiva de os proteger para as gerações futuras é reconhecida. É nosso dever mantê-los com a riqueza da sua autenticidade. É essencial que os princípios básicos da preservação e o restauro de antigos edifícios assentem num acordo de âmbito internacional, a partir do qual cada país se responsabilize pela sua aplicação no quadro das suas próprias culturas e tradições (Carta de Veneza, sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios).”²⁹

²⁸ Halbwachs, Maurice, (1950), *A Memória Coletiva*, p 137

²⁹ Carta de Veneza, Carta Internacional sobre a conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, Veneza, 1964.

4.1.4| Revitalização

O conceito de revitalizar pressupõe em conferir mais vitalidade ou vigor a determinado elemento. Tende a ser associado ao crescimento. Neste caso específico a revitalização surge em consequência da reabilitação de determinados elementos, em grande escala, as vias de comunicação da Vila do Pinhão, reestruturando as condições de acesso e proporcionando melhor qualidade de vida aos residentes e aos visitantes, e em pequena escala a reconversão do edifício da Casa do Douro num complexo turístico, atrativo, capaz de aumentar os níveis de empregabilidade no local e de dar resposta às necessidades dos que desejam conhecer a região. A ideia de conferir vitalidade a pontos estratégicos de maneira a que a população se “entusiasmasse” não é nova no mundo nem na região do Douro. O mesmo aconteceu no programa “Aldeias Vinhateiras” em que se estruturou um plano de investimento de maneira a combater o êxodo rural e se potencializasse a economia e crescimento das aldeias. Os resultados não foram os esperados e pode-se dizer que tenham ficado muito aquém das expectativas. As falhas foram analisadas e estudadas de maneira evitar que se voltem a repetir futuramente. Aponta-se que a principal lacuna tenha sido a falta de comunicação entre os projetistas, ou entidades competentes, e a população residente. O exemplo das “Aldeias Vinhateiras” mostra o que não se deve fazer, mas não pode ser encarado como alarmante para que não se voltem a realizar investimentos semelhantes, uma vez que também foram verificados progressos. Por outro lado, um caso de sucesso é a rede das “Aldeias de Xisto”, constituída por vinte sete aldeias localizadas na região centro interior. São também um exemplo de investimento em locais marcadamente rurais, mas que acabou por se revelar bastante prospero e trazer progresso e crescimento à região do centro interior. Esta rede atrai um número bastante significativo de visitantes conferindo vitalidade e renovação a estes locais.

Portanto a ideia de revitalizar pontos específicos através de intervenções arquitetónicas, quando racionais e ponderadas podem possibilitar uma nova vitalidade ao

local e região, evitando assim a perda de vilas com grande potencial turístico. É também possível que estas intervenções acabem por incentivar os habitantes a reformular as suas próprias habitações e comércio de maneira a dar resposta ao aumento dos visitantes, possibilitando um crescimento socioeconómico. No fundo a revitalização é como “uma lufada de ar fresco” que tem potencial para transformar uma vila marcada pelo tempo.

CAPÍTULO III. TURISMO DE NATUREZA

1| CONTEXTUALIZAÇÃO

Como o objeto de estudo da presente dissertação de Projeto Final de Mestrado se situa num local com potencial para o turismo é então importante fazer uma breve abordagem ao conceito.

O conceito de turismo é definido por um conjunto de atividades que um indivíduo pratica fora do seu meio habitual por um período inferior a um ano. Normalmente inclui atividades de lazer e diversão. O turismo como o conhecemos atualmente desenvolveu-se no período da Revolução Industrial potencializando as deslocações por motivos de descanso, ócio, culturais e sociais. A atividade turística, mesmo sem definido o conceito, remonta aos tempos da Grécia Antiga, uma vez que as Olimpíadas “forçavam” a deslocação de milhares de pessoas.

Atualmente pode definir-se o turismo com base no interesse das pessoas em sair por um determinado período das suas rotinas e locais habituais, tendo como exemplo o turismo cultural, turismo religioso, turismo ecológico, turismo de consumo, turismo de formação, turismo gastronómico, turismo de natureza, turismo de aventura e de experiências, entre outros.

“Na natureza nunca eu descobriria um contorno feio ou repetido! Nunca duas folhas de hera, que, na verdura ou recorte, se assemelhassem! Na cidade, pelo contrário, cada casa repete servilmente a outra casa; todas as faces se reproduzem a mesma indiferença ou a mesma inquietação; as ideias têm todas o mesmo valor, o mesmo cunho, a mesma forma, como as libras; e até o que há mais pessoal e íntimo, a Ilusão, é em todos idêntica, e todas a respiram, e todos se perdem nela como no mesmo nevoeiro... A “mesmice” – eis o horror das Cidades!”³⁰

³⁰ De Queirós, José Maria Eça (janeiro de 2013) *A cidade e as Serras*, Porto: Livraria Chardron,

2| TURISMO DE NATUREZA EM PORTUGAL, CONCEITOS E NORMATIVAS

“O Turismo só é importante se servir a comunidade”³¹

2.1| Breve noção de sustentabilidade

A sustentabilidade é uma disciplina que “obriga” ao desenvolvimento de um sistema, em qualquer área, em que são utilizados os recursos e as aptidões naturais da pré-existência, sem que sejam explorados ao máximo e que, por consequente, chegar ao seu termino. Pressupõe também que, nesse sistema, sejam respeitados os interesses de todas as partes envolvidas, com o objetivo de um desenvolvimento próspero e ecológico.

A sustentabilidade aplicada à disciplina da arquitetura parte do princípio de que um projeto se respeite e que respeite o meio onde se insere. É também importante que sejam tomadas decisões de projeto e construtivas de modo a não utilizar as potencialidades pré-existentes como meio para chegar a um fim, mas sim como parte integrante da “equipa” com objetivos comuns. Esta abordagem integra-se no conceito de *win-win*, em que cada parte acaba por alcançar sucesso e prosperidade.

Na atualidade, é de bom senso estar atento e sensível ao meio envolvente e tomar decisões que promovam a sustentabilidade, sendo que pensar em arquitetura passa quase obrigatoriamente por pensar num projeto sustentável, que seja parte integrante de uma comunidade e que promova o desenvolvimento socioeconómico da região.

“Os indicadores de sustentabilidade são organizados de acordo com as dimensões ambientais, económica, social e institucional e tem a função de assinalar avanços e retrocessos, permitindo avaliar o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável, através do

³¹ Costa, Alexandre, (1999), “Património e Turismo e Desenvolvimento, Ciclo de Debates” – Livro de Atas, Lisboa, Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, abril de 2002, ISBN: 927-95339-3-8.

melhoramento da: produtividade económica; equidade social; desenvolvimento institucional e participativo; preservação das funções dos ecossistemas e da qualidade de vida.”³²

Esta é a definição do conceito geral de sustentabilidade. Este conceito aplicado à disciplina da arquitetura assenta nas mesmas bases, tendo como objetivos o funcionamento harmonioso da intervenção arquitetónica, passando pela utilização de materiais com mínimo impacto ambiental e económico.

2.2| Turismo Sustentável

O turismo é por norma, uma atividade um tanto “insensível” relativamente ao património cultural, arquitetónico e natural. As visitas em massa, por parte dos turistas a estes locais considerados especiais, que por vezes se encontram fragilizados pela ação do tempo ou por características próprias, acaba por impor um desgaste acrescido. Para combater esta ação, e de certo modo proteger o património, foram criadas diversas estratégias. Uma delas foi a criação da Carta Europeia de Turismo Sustentável.

“Com objetivo de pôr em prática as conclusões do referido relatório, a Federação dos Parques Regionais de França constituiu um grupo com representantes europeus de áreas protegidas, operadores turísticos e das ONGA, que redigiu a Carta, indo assim ao encontro das prioridades mundiais expressas nas recomendações da Agenda 21 (adotada na convenção do Rio, em 1992) e do 6º Programa de Ação Comunitária para o desenvolvimento sustentável.”³³

Esta certificação fomenta benefícios aos locais que por ela se regem, obtendo distinção a nível europeu, favorecendo a credibilidade, o desenvolvimento económico e social sempre respeitando sempre o meio ambiente envolvente.

³² Garcia, Ana Luísa, (2011) *O Turismo Sustentável como Instrumento de Desenvolvimento Económico: O Caso das Ilhas do Triângulo Açorianas*, Tese de Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais, no Instituto Superior de Economia e Gestão, p.73

³³ <http://www2.icnf.pt/portal/turnatur/ts/cets>

O objetivo carta acima referida passa por formar uma parceria entre as áreas protegidas e todos os elementos que possam ter um papel importante no desenvolvimento do turismo numa região, integrando os princípios do desenvolvimento sustentável.

Sendo que os princípios que devem ser tidos em conta para que o turismo tenha uma contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável do local de incidência, são: a solidariedade, o respeito mútuo, a participação ativa de todos os implicados sejam eles públicos ou privados ao nível local, regional e por vezes internacional e a proteção do património natural e cultural.

É também importante referir as bases da estratégia adotada no Turismo em Portugal. Esta assenta em valores como a defesa e preservação dos recursos pré-existentes quer sejam naturais, ambientais ou patrimoniais valorizando assim a paisagem, dar primazia aos aspetos acima enunciados de modo a que se promova um turismo sustentável e apostar na qualidade, diferenciação e competitividade da oferta fomentando um equilibrado desenvolvimento socioeconómico.

Iniciou-se em 2001, os movimentos que permitiam a adesão à Carta Europeia de Turismo Sustentável pelas Áreas Protegidas. Desde este ano até 2012 foram certificadas 107 áreas protegidas europeias em 13 países. Em Portugal apenas duas áreas foram certificadas desde 2002, o Parque Nacional da Peneda-Gerês e o Parque Natural da Serra de São Mamede, porém em 2009 na Suécia, foram propostas na conferencia anual da federação EUROPARC, o Parque Natural do Douro Internacional, o Parque Natural de Montesinho e o Parque Natural do Alvão.

“Esta certificação europeia é concedida aos parques que reúnam as condições necessárias para compatibilizar o desenvolvimento turístico e a preservação do património natural e cultural, através da aplicação de critérios da sustentabilidade nas atividades ligadas ao turismo e com

*a implicação de todos os agentes que operam nestes sectores.*³⁴

Estes são os conceitos gerais de turismo sustentável, promover o desenvolvimento da comunidade sem se sobrepor a nada, mas tendo-o em consideração e saber retirar partido das suas qualidades e vantagens, não sendo esquecido e marginalizado.

2.3| Turismo de Natureza

Entende-se que o turismo envolve necessariamente a deslocação, alojamento e atividades de milhões de visitantes que por sua vez resultam em efeitos económicos, paisagísticos, ecológicos e socioculturais.

O momento de tomada de consciência para os impactos nocivos do turismo no meio ambiente foi um importante passo no desenvolvimento do setor. Não estavam a ser considerados os recursos naturais, a biodiversidade, o equilíbrio do ecossistema nem o impacto na população residente e recetora do turismo. É necessário ter estes fatores em atenção no processo de desenvolvimento turístico, para que a evolução seja ecológica e não prejudicial.

A linha que separa o turismo e a natureza é particularmente ténue. Para que exista desenvolvimento turístico positivo é necessário que sejam realizados *upgrades*, que se melhore instalações e condições de acesso. No entanto não se pode descuidar o próprio “objeto” de turismo, neste caso específico, a natureza.

A disciplina da arquitetura vem, nesta situação, celebrar o “matrimónio” entre estes elementos, turismo e natureza. Se projetado com sensibilidade e respeito sustentáveis é possível ser alcançado um “casamento” harmonioso e vantajoso entre ambas as partes, proporcionando infraestruturas de apoio à estadia dos visitantes e uma clara orientação para as atividades a praticar.

Partindo do princípio de que o turismo na natureza pressupõe um turismo sustentável é de salientar que

³⁴ <http://www2.icnf.pt/portal/turnatur/ts/cetsap>

Portugal se distingue pelas suas características próprias, não só considerando as reservas naturais, mas também o património cultural, que lhe permite ser referido como um destino de qualidade e diferenciação para a prática de turismo de natureza.

“Importa salientar que cerca de 21% do território português é formado por Áreas Classificadas com fortes valores de biodiversidade a nível da fauna, flora e da qualidade paisagística e ambiental, dispondo de uma oferta de atividades de animação turística ajustadas aos diferentes segmentos do Turismo de Natureza.”³⁵

O turismo de natureza não se cinge apenas às atividades na natureza propriamente ditas. Este engloba um conjunto mais abrangente de serviços, tais como alojamento, gastronomia, bom acolhimento, conforto em geral. Para que exista harmonia entre turismo e natureza, é imperativo que os seguintes interesses sejam conciliados: os interesses da população recetora, melhorar a qualidade de vida e obter mais-valias com a prática do turismo; os interesses dos visitantes, satisfação com a viagem; os interesses ambientais do destino turístico, respeito e preservação do local; e por fim a rentabilização e evolução da economia para os operadores e profissionais.

³⁵ <http://www2.icnf.pt/portal/turnatur/tn>

CAPÍTULO IV. SUSTENTABILIDADE

1| CONTEXTUALIZAÇÃO

As alterações climáticas são recorrentes na história do planeta Terra, porém foram sentidas de uma forma mais amena e controlada. Desde a era da industrialização que os ataques realizados ao meio ambiente se intensificaram. Ao longo dos anos a exploração sem limites dos recursos naturais levaram a que, atualmente se observe, com uma intensidade mais elevada as mudanças climatéricas.

Os alertas ecológicos estão à vista, verões extramente quentes e secos cada vez mais tardios, catástrofes naturais cada vez mais frequentes, degelo dos glaciares aumentando o nível dos oceanos, infindáveis alterações provocadas pelo desgaste da camada de ozono e pelo uso descontrolado dos recursos naturais.

É dever da comunidade começar a consciencializar-se do sério impacto que tem no meio ambiente e de que é necessário realizar mudanças significativas para que seja possível fazer uma redução e aumentar esperança de vida do planeta.

A arquitetura e a construção são umas das indústrias responsáveis por uma enorme quantidade de emissões de gases com efeito estufa devido ao gasto energético e pelos desperdícios de elementos construtivos não recicláveis.

Sendo que é importante ser sensível ao conceito de arquitetura sustentável e promover as boas práticas ambientais, para que possa existir um planeta saudável e próspero para as gerações vindouras.

2| ARQUITETURA SUSTENTÁVEL EM PORTUGAL, CONCEITOS E NORMATIVAS

2.1| Breve noção de arquitetura sustentável

A arquitetura sustentável não deve ser vista como um estilo arquitetónico, mas sim reconhecida como uma espécie de linguagem construtiva, que visa atenuar o impacto ambiental por parte do edificado. Este conceito pode ser visto como um desafio *win-win* em que promove o bem-estar, conforto e maior qualidade de vida dos utilizadores respeitando o meio ambiente, conduzindo a boas praticas e reduzindo a “pegada ecológica” do edificado.

Um edifício sustentável tem como característica ser eficiente, reduzindo assim as necessidades externas, por exemplo um bom sistema de ventilação natural reduz significativamente a utilização de ar condicionado, reduzindo assim drasticamente os gastos energéticos. Na sua construção são utilizados recursos renováveis e endógenos que, sendo utilizados racionalmente acabam por reduzir significativamente os desperdícios, durante a obra e também no fim de vida.

Para que se considere uma construção sustentável, os materiais escolhidos devem ser ponderados por estes cinco critérios: redução, sendo que deve ser apenas utilizados materiais imprescindíveis; reutilização, verificar se os materiais escolhidos podem ser posteriormente reutilizados; reciclagem; recuperação, no caso de edificações existentes se é possível recuperar os materiais ao invés de os substituir; e eliminação responsável.

Esta dissertação de projeto Final de Mestrado tem como um dos mais importantes objetivos preservar e conservar o património cultural e arquitetónico. Para que esta preservação da memória seja viável, é importante que o edificado sofra uma transformação em prol do desenvolvimento sustentável, isto porque as pré-existências não respondem de forma fácil às necessidades quotidianas atuais. Essas transformações passam pela escolha adequada de materiais ecológicos e soluções que promovam a eficiência do edificado.

2.1.1| Os materiais

Como foi já referido, para ser possível promover um projeto considerado sustentável é necessário reduzir os gastos energéticos e os desperdícios. Além de ser importante priorizar materiais construtivos recicláveis e ecológicos, é preciso também ter em atenção os gastos necessários ao seu transporte, fazendo escolhas com consciência, dando primazia a materiais autóctones. O ideal será a escolha de materiais que possam ser completamente recicláveis ao ponto em que já não exista qualquer desperdício. A longevidade desses mesmos materiais também deve ser incluída na equação, uma vez que quanto maior for o tempo de vida, menor será a necessidade de substituição.

Os materiais escolhidos devem garantir as seguintes características: promover qualidade do ar interior; promover um excelente desempenho energético-ambiental; minimizar o impacto ambiental; origem dos materiais tendo em conta o impacto do transporte dos mesmos. Outro elemento que deve ser tido em consideração no momento da escolha dos materiais são as condições climáticas da região de modo a que seja possível dar resposta aos níveis de conforto dos utilizadores e, mais uma vez, reduzir os níveis dos gastos enérgicos que são necessários para atingir esse conforto nas diferentes estações do ano.

2.1.2| Breve abordagem à sustentabilidade na reabilitação

Promover a sustentabilidade num projeto de reabilitação é quase sempre um desafio, porém necessário. As pré-existências, independentemente do ano de construção, tiveram como objetivo responder às necessidades da época, que inevitavelmente e progressivamente acabam por se tornar desadequadas para a atualidade. É possível utilizar as mesmas estratégias de uma construção nova num projeto de reabilitação, porém é necessário ter em conta as suas próprias características e condicionantes. Dependendo da alteração do programa, ou não, a complexidade difere, sendo que é menos complexa no caso de apenas se realizar alterações ao nível da eficiência da pré-existência, sem alteração de usos, e mais complexa caso exista e se verifique a alteração da funcionalidade. Em ambas a

situação é necessário a melhoria do desempenho energético, gestão da água e dos resíduos e reaproveitamento dos materiais de construção.

CAPÍTULO V. O VINHO

1| CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste capítulo procura-se enquadrar o contributo do Enoturismo para o desenvolvimento das regiões do interior, através da breve referência histórica da produção de vinho no nosso país, e da importância que atualmente exerce.

Portugal é um país com grande abundância de regiões vitivinícolas, onde se destacam as localizadas na zona norte, sobretudo no interior e em que o Douro, por via do Vinho do Porto, assume natural relevância, principalmente localizadas no Norte interior. Por este motivo o vinho e a sua produção são elementos de elevada importância para o desenvolvimento do turismo e da economia local e nacional. Além da importância ao nível do turismo a produção de vinho tem uma relação direta com a paisagem do Douro. O património natural do Douro foi moldado em função da produção do vinho e esta evidência constitui uma das suas principais características e singularidades, como já foi anteriormente referido e como é possível verificar-se nas figuras 32 e 33.



Figura 32 – Paisagem Vila de Pinhão ((fotografia de autor, 2018)



Figura 33 – Paisagem Vila de Pinhão (fotografia de autor, 2018)

2| BREVE HISTÓRIA DO VINHO

Desde a antiguidade que as uvas foram cultivadas em Portugal. O cultivo das uvas e a produção do vinho na região do Douro remonta à época em que os Romanos ocuparam as terras portuguesas, no século II AC. Os tempos que se seguiram à instauração do reino de Portugal, em 1143 foram de prosperidade para a cultura do Vinho. No entanto o conhecido Vinho do Porto apenas surgiu com este nome no século XVII.

Este produto não era apenas explorando por portugueses. Os ingleses e os escoceses sempre tiveram, e têm atualmente, um grande número de parcelas de terras nesta região. A comercialização do Vinho do Porto trouxe um forte desenvolvimento para a região envolvente do Douro, os exportadores concentravam-se maioritariamente no Porto, fazendo o transporte do vinho pelo rio Douro (figura 34). Foi assim que o vinho adotou o nome da cidade que o exportava para o estrangeiro, apesar de ser produzido a mais de 80km da costa.



Figura 34 – Quinta dos Canais, 1890 (fotografia de autor desconhecido)

Os anos que se seguiram trouxeram não só a prosperidade da comercialização do Vinho do Porto. Na década de 1750 verificou-se uma acentuada queda na procura do vinho produzido na região do Douro e um excesso de produção do mesmo, causado por ações fraudulentas. É neste contexto que Marquês de Pombal, na altura Ministro de Estado de Portugal, decide intervir. Entre as soluções para o controlo deste comércio esteve a criação de uma empresa para regulação estatal, a Companhia Geral da Agricultura, atualmente conhecida por Real Companhia, mas, entretanto, esvaziada dos poderes originais, e a demarcação dos limites da área vitivinícola do vinho do Porto. Estas ações deram origem a uma nova época de prosperidade do Vinho do Porto e foi criada a primeira região demarcada do mundo.

A entrada de um novo século, XVIII, trouxe para o Vinho do Porto uma série de práticas que o transformariam no grande vinho fortificado que atualmente conhecemos. O vinho passou a ser guardado em *stock* por mais tempo tornando-o mais doce e aromático.



Figura 35 – Barco Rabelo (fotografia de casa Alvão, coleção do instituto dos vinhos do douro e do porto, i.p.)



Figura 36 – Quinta do Tua, 1905 (fotografia de autor desconhecido)

Durante muito tempo o transporte do vinho realizou-se nas águas do rio Douro, que sofreu alterações para que se tornasse navegável, potencializando a criação das mais importantes quintas de produção de vinho (figura 35). As embarcações que realizavam a descida e subida do rio eram denominadas como barcos Rabelos (figura 36). Estas embarcações tinham na sua construção especificações para poderem navegar no rio Douro. Na altura, muito antes da construção das barragens que hoje conhecemos e que “amansaram” o rio, o Douro era um curso de água rápido e perigoso. Só apenas em 1887 é que surgiu o caminho-de-ferro ao longo do Douro, o que significava que as embarcações já não eram a única maneira de transportar vinho. À medida que o transporte terrestre sofreu melhorias, nomeadamente a criação de linhas férreas (figura 37), o barco Rabelo deixou de ser tão utilizado, estimando-se que o último barco fez a travessia em 1964. Atualmente o transporte ferroviário já não contribui para a produção do vinho que é sobretudo escoado por via rodoviária.

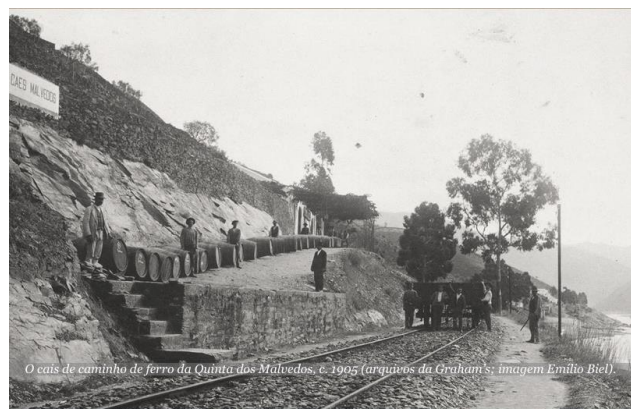


Figura 37 – O cais de caminho de ferro da Quinta de Malvedos ,1905

2.1| O vinho na atualidade

A experiência à volta da degustação do vinho tornou-se atualmente muito mais do que uma simples prova. Todo o processo, desde a apanha da uva até à maneira de como o produto final chega ao consumidor é hoje em dia ritualizado tendo como base as vivências de outros tempos na região, o que é admirado e procurado por todo o mundo. Esta procura leva a que sejam erguidos por todo o país projetos de arquitetura de nomes como Frederico Vieira de Campos (Quinta do Vallado), João Loureiro (Quinta do Bomfim), Siza Vieira (Armazém da Quinta do Portal) os três no Douro, Álvaro Siza Vieira, (Adega Mayor em Campo Maior) e Frederico Valsassina (Herdade do Freixo) também no Alentejo.

Quinta do Vallado



Figura 38 – Quinta do Vallado, 2019 (fotografia de quinta do Vallado)

A Quinta do Vallado situa-se em Vilarinho dos Freires, Peso da Régua e é uma das mais antigas quintas do Douro Vinhateiro, remonta ao ano de 1716 e pertenceu à icónica Dona Antónia Adelaide Ferreira. O projeto de arquitetura para o novo Hotel Vínico insere-se, tal como foi proposto para a nova adega, numa estratégia que concilia a necessidade de expansão das instalações da Quinta com a integração na paisagem, para que no seu conjunto, o impacto seja mínimo (figuras 38 e 39).



Figura 39 – Quinta do Vallado, 2019 (fotografia de quinta do Vallado)

Quinta do Bomfim

A Quinta no Bomfim situa-se na vila do Pinhão, o local escolhido para a intervenção do projeto Final de Mestrado, e pertence à família Symington há quatro gerações. O projeto para esta Quinta teve como objetivo para além da produção de vinho, receber visitas e ser central para um conjunto de funções de apoio aos visitantes. Como alguns edifícios estavam redundantes foi proposto, mais do que reabilitar ou construir novo, conferir uma nova unidade à Quinta, obrigando, portanto, a um trabalho de paisagem (figuras 40 e 41).



Figura 40 – Quinta do Bomfim, 2019 (fotografia de quinta do Bomfim)



Figura 41 – Quinta do Bomfim, 2019 (fotografia de quinta do Bomfim)

Armazém da Quinta do Portal

A Quinta do Portal localiza-se em Celeirós do Douro, Sabrosa. O projeto para o armazém de envelhecimento e estágio de vinhos por Siza Vieira foi vencedor da edição 2010/2011 do Prémio de Arquitetura do Douro. Esta obra é constituída por quatro níveis e enquadra-se notavelmente na paisagem duriense, respeitando o seu icónico valor patrimonial.

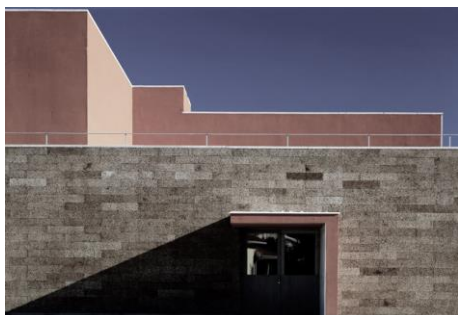


Figura 42 – Armazém Quinta do Portal (fotografia de Quinta do Portal)

“O armazém de estágio e envelhecimento de Vinhos da Quinta do Portal insere-se num complexo anteriormente construído, uma unidade agrícola que domina e é dominada pela paisagem – vinha a perder de vista. É incontestável que no essencial e quando se mantém ativa, a agricultura faz a paisagem. É essa a razão primeira da beleza do Douro. É por natureza um edifício disciplinado. São as próprias necessidades funcionais, espaciais e térmicas que lhe determinam a expressão. Surge isolado no espaço: disciplina extensível ao território.”³⁶ (figuras 42 e 43).



Figura 43 – Armazém Quinta do Portal (fotografia de Quinta do Portal)

³⁶ Porto, 18 de Novembro 2008, Álvaro Siza

Adega Mayor

A Adega Mayor situa-se no sul do país, Campo Maior, Portalegre e ao contrário dos exemplos anteriores é um projeto que foi realizado de raiz. No entanto obedece às mesmas regras de respeito pela paisagem envolvente e à cultura do local. É essencialmente um edifício para a produção e armazenamento do vinho, uma adega, e com todas as funções de apoio. O que torna este projeto distinto de outros é o facto do arquiteto, Álvaro Siza Vieira utilizar técnicas de construção que permitem criar as condições necessárias à produção e armazenamento do vinho sem ter colocado a adega no subsolo (figuras 44 e 45.)



Figura 44 – Adega Mayor (fotografia de autor, 2017)



Figura 45 – Adega Mayor (fotografia de autor, 2017)

Herdade do Freixo



Figura 46 – Herdade do Freixo (fotografia de autor, 2017)

Esta Herdade localiza-se também no Alentejo, em Redondo e como o exemplo anterior é um projeto totalmente novo, mas respeitando o desenho da paisagem envolvente. É também uma adega, com as respetivas funções de produção e armazenamento de vinho. Todo o edifício se desenvolve no subsolo, no entanto a luz natural é abundante pois é obtida através de “chaminés” e claraboias, localizadas estrategicamente para que a luz não interfira na qualidade do vinho (figura 29).

Estes projetos são apenas alguns exemplos de obras atuais que têm como objetivo enfatizar a cultura do vinho, transpor para os visitantes todos os elementos necessários para que lhes seja apresentado um produto de máxima qualidade e promover a conexão do turista à realidade etnográfica, mas também da lavoura que caracteriza cada região.



Figura 47 – Herdade do Freixo (fotografia de autor, 2017)

**CAPÍTULO VI. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS
ARQUITETÓNICAS**

1| CONTEXTUALIZAÇÃO

Para enquadramento do objeto deste estudo foram analisadas algumas referências arquitetônicas após uma abordagem teórica ao tema, tendo sido considerado essencial a contextualização das mesmas a nível prático, através desta análise. Os dois temas principais a abordar serão a requalificação de armazéns ferroviários e a habitação, tendo sempre em consideração o programa definido para o trabalho final de mestrado “*(re) desenhar o interior, reconversão das antigas Casas do Douro num complexo turístico*”.

Assim optou-se por analisar alguns casos no nosso país, mas também fora dele, nomeadamente os Armazéns da Estação Ferroviária de Peso da Régua, o projeto de reabilitação das Caves Graham's, o Sio silo studentboliger e Lumipod.

A possibilidade de entender novas obras de requalificação/reabilitação permitiram uma enorme aprendizagem para o desenvolvimento de todo o trabalho.

A premissa para a seleção das referências arquitetônicas foi a de que a qualidade da obra deveria ser evidente. Nos casos de estudo analisados o programa não é a questão mais relevante, mas sim as estratégias utilizadas para a criação de novos ambientes e atmosferas.

2| CASOS DE ESTUDO

2.1| Armazéns da Estação Ferroviárias de Peso da Régua, 2008

A 14 de Julho de 1879 chegou o primeiro comboio à estação ferroviária de Peso da Régua (figura 48). Na placa colocada na fachada do edifício principal pode ler-se “O caminho-de-ferro foi uma revolução”. Trás-os-Montes Douro Litoral e Beira Alta ficaram ligadas por um meio de transporte coletivo que se destinava não só ao transporte de pessoas como também à circulação e distribuição de produto que seriam aqui depois comercializados, produtos cultivados nos seus terrenos, com especial destaque para os vinícolas, como já foi referido anteriormente neste trabalho final de mestrado.

Devido à necessidade de armazenamento destes produtos, foi construído um armazém de madeira que apresentava apenas um único volume. Com 194m de comprimento por 6,5m de largura. Esta volumetria é alicerçada numa base com menos de 1m de altura e as fachadas assumem um ritmo ripado que as cobre até uma altura de aproximadamente 3m (figura 49).

Como referido anteriormente, sendo este volume destinado à chegada e armazenamento de bens produzidos e comercializados nesta faixa de território, o armazém foi, a nível estrutural, adaptado a esta finalidade, assim sendo. O alçado Norte é, por isso, confinante a uma das linhas do caminho-de-ferro. Quer para o lado da linha férrea quer para o lado da rua, são abertas vinte e duas portas que facilitam o carregamento mais célebre e direto dos produtos transportados quer nas composições quer nos veículos que os faziam chegar ao local pelo caminho que o demarca do lado exterior.

Esta estrutura de planta retangular, acompanha o traçado da linha férrea dando-lhe uma certa curvatura. O suporte da cobertura é feito em viga de asnas e o balanceamento do telhado ultrapassa visivelmente o alinhamento com as suas fachadas (figura 50).

Continuando a linha de caminho-de-ferro ativa, mas não havendo já mercadorias a entrar e a sair destes armazéns há mais de 20 anos, em 2008 é dada uma nova



Figura 48 – Estação do Peso da Régua, 2008 (fotografia SIPA)



Figura 49 – Armazém ferroviário da Régua, 2008 (fotografia SIPA)



Figura 50 – Armazém ferroviário da Régua, 2008 (fotografia SIPA)

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS

vida a uma das partes deste armazém onde é inaugurado um restaurante com cerca de 205m².

Coube a Manuel Gouveia e Edgar Gouveia, impulsionar a recuperação e requalificação integral do espaço. As suas esplanadas à porta de cada restaurante chamam quem queira ficar a contemplar o Douro do outro lado da marginal.

Os novos armazéns dispõem de duas belas esplanadas, a referida anteriormente e uma outra nas traseiras. Se nos encontrarmos no antigo vagão de transporte de carvão, temos diante de nós o caminho-de-ferro e à nossa esquerda a estação de comboios.

A nível interior toda a intervenção realizada visou, ao máximo, potenciar a pré-existência. O ponto mais importante seria manter a integridade da fachada e recuperar todas as madeiras interiores ao nível da cobertura. Os armazéns apresentam dois andares em mezanino e toda a estrutura e mobiliário são executados em madeira. O piso inferior é dedicado à garrafeira e bar onde encontramos sempre presente os elementos em madeira e ferro e o piso superior é reservado ao restaurante (figuras 51 a 53).



Figura 51– Armazém ferroviário da Régua (fotografia de autor, 2019)



Figura 52 – Armazém ferroviário da Régua (fotografia de autor, 2019)

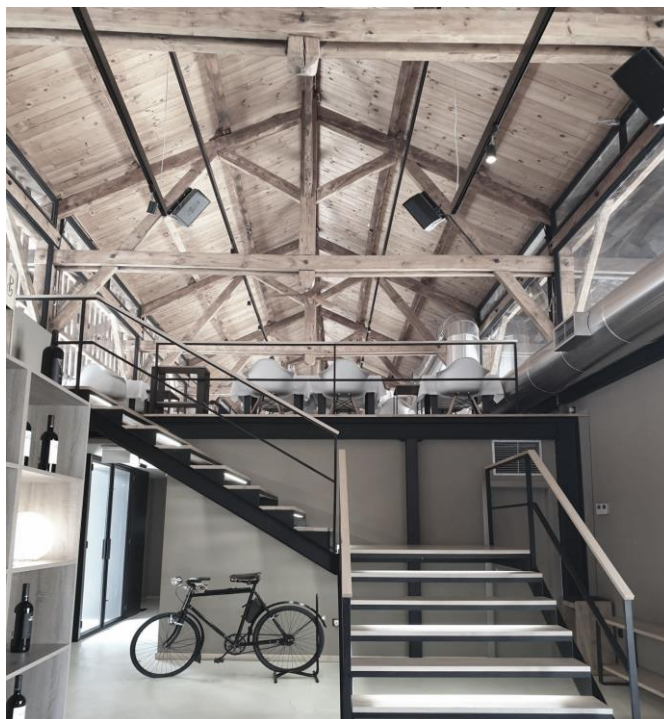


Figura 53 – Armazém ferroviário da Régua (fotografia de autor, 2019)

À semelhança deste exemplo, diversos outros espaços foram abrindo neste cais de mercadoria ao abrigo de uma concessão do espaço atribuída à autarquia. Atualmente existem nesta zona quatro restaurantes e duas lojas de venda de produtos da região gerando uma nova zona de interesse na atividade turística e noturna da cidade.

2.2| Reabilitação das Caves Graham's, 2011

O armazém GRAHAM'S foi construído em 1890 como armazém de envelhecimento dos vinhos do Porto da marca. Possui uma vista magnífica sobre o rio Douro, a zona histórica da cidade e a Ponte D. Luís.

Durante o século XX sofreu diversas intervenções a nível de infraestruturas, por forma a responder aos avanços da época, mas, tais operações, não foram realizadas da melhor forma. Foi também introduzido no pavimento betão armado, um erro grave que poderia comprometer todo o envelhecimento de vinho.

Para colmatar as lacunas existentes, o projeto de reabilitação possibilitou novos usos ao edifício, melhora os usos existentes adaptando-o às novas exigências, salvaguardando o existente de forma coerente e respeitando a principal atividade desenvolvida no local.

O novo programa *“permite que o edifício seja visitado através de um circuito único, desde a entrada/receção para visitas até ao seu fim, o restaurante, passando pelo armazém de envelhecimento, salas de provas, loja e wine bar.”*³⁷

O principal objetivo do projeto foi assegurar a funcionalidade do armazém de envelhecimento de vinho e, em paralelo, criar novos espaços complementares e renovar os espaços abertos aos visitantes (figura 36). Pretendeu-se com esta intervenção também eliminar e corrigir as sucessivas camadas de infraestruturas decorrentes dos avanços do século XX. Todas as infraestruturas foram reestruturadas criando novos caminhos sob o pavimento. O pavimento em betão foi

³⁷ <http://habitarportugal.org/PT/projecto/reabilitacao-das-caves-grahams-1890-armazem-de-envelhecimento-de-vinho-do-porto-centro-de-visitas-e-restaurantel/>

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS

retirado e substituído pelo saibro que originalmente existia, de forma a valorizar os elementos fundadores do edifício e a sua pré-existência.

Do ponto de vista arquitetónico existe uma dualidade interessante entre a zona de armazém e a zona do restaurante ao nível da intervenção. A criação do restaurante teve a intenção de ligar a gastronomia e o vinho, o vinho para ser apresentado deverá ter uma forte ligação à refeição. Após a visita guiada através do *Lodge* os visitantes chegam à sala de degustação, onde podem apreciar uma grande variedade de vinho do Porto, para além de descontraírem. O “*Vintage Room*” é uma sala tranquila e confortável, para que os visitantes mais exigentes possam degustar os mais exclusivos *Port*. Encontrando-se neste espaço, o visitante é guiado à nova loja, esta encontra-se no mais antigo dos edifícios.

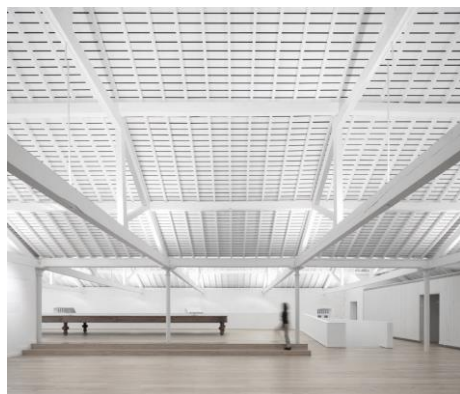


Figura 54 – Entrada e recepção, 2019 (fotografia de FG+SG)



Figura 55 – Restaurante, 2019 (fotografia de FG+SG)



Figura 56 – Vista do armazém para a loja, 2019 (fotografia de FG+SG)



Figura 57 – Sala de provas, 2019 (fotografia de FG+SG)

“Ao sair da loja, o visitante é apresentado ao novo restaurante, cuja ambiência é dada pelo próprio Lodge: de um lado, são dispostas mesas, de onde é possível visualizar as intermináveis fileiras de ‘pipes’ (separadas do restaurante por uma discreta tela de metal e vidro).

*Do lado oposto, a corpulência das paredes de granito do Lodge. Grandes colunas de aço originais suportam as vigas e a cobertura feita de madeira Riga. O restaurante ainda dispõe de uma área externa: o terraço da fachada principal do Lodge. Dali se pode ter uma das melhores vistas de Porto e Gaia, aproveitando-se da posição privilegiada de Graham’s Lodge (diferente de outros Port Lodge, que são construídos ao longo de rios)”.*³⁸ (figura 37).

A nível estrutural o restaurante apresenta as vigas de madeira de pinho originais, suportadas por pilares em ferro que datam de 1890 e pelas espessas paredes em alvenaria.

³⁸ <https://www.archdaily.com.br/br/01-127477/reabilitacao-de-grahams-1890-lodge-slash-luis-loureiro-plus-p-06-nil-nuno-gusmao>

2.3| Sio silo studentboliger, 2001



Figura 58 – Sio Silo, 2001 (fotografia de HRTB)

Este projeto foi desenvolvido pelo grupo de arquitetos HRTB, Sio Silos resulta numa residência para estudantes nos antigos silos de armazenamento de milho da empresa Nedre Foss em Oslo (entre os anos 50 e 90).

Este complexo estudantil foi inaugurado em 2000 e em 2002 recebeu o Prémio de arquitetura de Oslo (figura 58).

O projeto tinha com objetivo a conversão do edifício de armazenamento em 226 apartamentos para estudantes divididos pelos seus 19 andares. O edifício apresenta e filas com 7 cilindros, 21 no total, ligados entre si através de uma torre que reúne todos os acessos e os espaços de utilização comum, dispõe de um corredor central que possibilita o acesso aos quartos. No final deste mesmo corredor encontramos uma escada de emergência de acesso ao exterior.

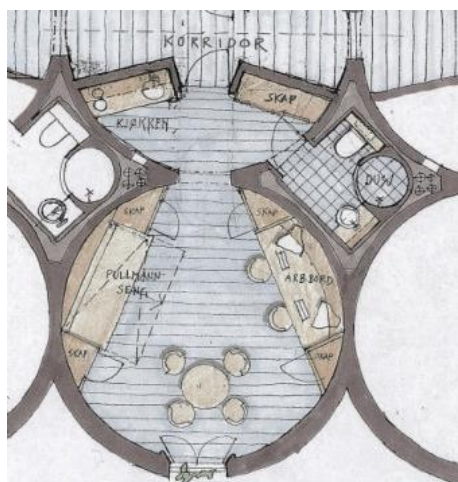


Figura 59 – Esquízo Sio Silo (fotografia de HRTB)

No último piso, a 53m da soleira, encontram-se também zonas comuns, uma lavandaria e um terraço que oferece vistas excepcionais sobre Oslo.

Os quartos, todos T0 (figura 59), englobam todas as funções necessárias e essenciais à habitabilidade do espaço. Contem cozinha, uma pequena instalação sanitária e um espaço de dormir/trabalhar/lazer que detém uma mesa para refeições, uma secretaria, roupeiros de apoio e um sofá cama rebatível que possibilita a amplificação do espaço.

Por apresentarem forma cilíndrica, o projeto para estes apartamentos assume plantas circulares (figura 60 e 61). Esta particularidade oferece ao espaço diversas soluções funcionais, projetando mobiliário adaptável aos usos de cada zona (quarto/sala/instalação sanitária e cozinha).

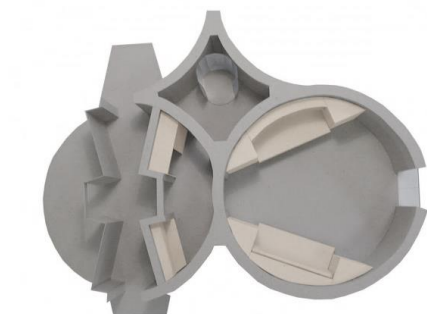


Figura 60 – Maquete habitação, Sio Silo (fotografia de HRTB)

Todo o trabalho desenvolvido pelo grupo HRTB foi auxiliado pelos designers de interiores Lykke Frydenlund e Ingrid Lovsatd que trabalharam na organização funcional de todos os apartamentos.

A maior parte da estrutura original foi deixada intacta e o exterior apresenta o recorte de novos vãos protegidos com painéis brilhantes de vidro colorido, conferindo maior leveza às fachadas em betão. Foi Lykke Fryenlund que idealizou o esquema de cores horizontal no exterior de cada andar, o que confere a cada um a sua própria identidade.



Figura 61 – Habitação Sio Silo, 2001 (fotografia de HRTB)

2.4| Lumipod, 2019

Esta unidade de habitação minimalista que explora o contato com a natureza, foi projetada e divulgada pela empresa francesa Lumicene. O principal objetivo destas estruturas, é serem instaladas em locais isolados de forma a que o utilizador do espaço consiga, não só observar, mas também vivenciar paisagens e ambientes naturais (figura 64).

A característica mais marcante do projeto é a sua semicircular com vidro curvo e caixilhos em alumínio que deslizam por forma a permitir que o espaço interior seja transformado em espaço exterior. Esta janela assume 5m de diâmetro e é composta por 6 painéis que deslizam através de duas calhas, como referido anteriormente. O filtro entre interior e exterior é feito através de cortinas opacadas que correm num varão curvo por toda a superfície de vidro (figura 62 e 63). O vidro utilizado é o primeiro vidro bioclimático utilizado no mercado. Proporciona ao espaço conforto e iluminação natural enquanto cria um habitar que consome muito pouca energia.

Este quarto de 17m² detém uma divisão servida de uma instalação sanitária. Ao dividir o módulo em duas partes, o tardoz integra o equipamento sanitário.



Figura 62 – Habitação Lumipod, 2019 (fotografia de Eric Baldwin)



Figura 63 – Habitação Lumipod, 2019 (fotografia de Eric Baldwin)



Figura 64 – Habitação Lumipod, 2019 (fotografia de Eric Baldwin)

A nível estrutural, toda a estrutura pré-fabricada é realizada em aço por forma a garantir o nível de rigidez e segurança exigido pela enorme janela. Como referido anteriormente, Lumipod consiste apenas num quarto assente em 4 sapatas de fundação de forma a minimizar ao máximo o seu impacto no local da instalação.

Toda a parede externa que assume uma curvatura é em estrutura de madeira e o seu isolamento é realizado com 15cm de lã de rocha e uma capa impermeável. O piso e cobertura são isolados com 5cm de poliestireno e 20cm de lã de rocha.

Todos os interiores foram pensados de forma a conferir ao espaço a sensação de quarto de hotel no meio da natureza (figura 65). A porta de entrada é, tal como o enorme vão, curva. A cama rebatível está integrada num móvel estilo nicho e aparenta estar suspensa. À direita da cama encontramos um guarda-roupa/ arrumos de apoio ao quarto e, à esquerda apresenta-se a instalação sanitária.



Figura 65 – Habitação Lumipod, 2019 (fotografia de Eric Baldwin)

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS

Para a perfeita harmonia com a natureza, todos os materiais utilizados são simples e ásperos. O revestimento exterior é em madeira queimada e, todo o interior é também revestido a madeira quer no pavimento quer nas paredes interiores.

A instalação sanitária assume um revestimento cerâmico de tons escuros por forma a contrastar com o teto em madeira clara.

CAPÍTULO VII. PROGRAMA

1| CONTEXTUALIZAÇÃO

O local escolhido para a intervenção é a vila do Pinhão no concelho de Alijó.

O programa tem como pressupostos:

Fazer uma análise dos elementos que necessitam de intervenção.

Revitalizar a principal rua desta vila, Rua António Manuel Saraiva, que carece de problemas de mobilidade e estacionamento, tentando de forma “discreta” impulsionar a reabilitação do núcleo habitacional que a acompanha.

Reabilitar sustentavelmente o edifício da Casa do Douro, fazendo do mesmo um elemento que possa ser usufruído pela comunidade e potenciais visitantes. Este edifício localiza-se nas imediações da linha férrea revelando assim imenso potencial urbano. Remonta ao ano de 1930 e foi erguido como uma entidade defensora dos produtores locais de vinhos e dos direitos dos trabalhadores.

Reabilitar e revitalizar certos elementos estratégicos de forma a mitigar o êxodo rural e contribuir para o crescimento económico e qualidade de vida à população.

2| ANÁLISE E DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A Casa do Douro é localizada na Vila de Pinhão, entre a estação de comboios e a zona ribeirinha do rio Douro.

A funcionalidade original deste edifício encontra-se praticamente inativa, serviu ainda de habitação comum durante alguns anos após a desativação da instituição vinhateira, mas acabou por ser abandonado e deixado ao encontro das adversidades climatéricas e do tempo. Encontra-se devoluto e em risco de demolição.

A edificação escolhida é composta por um edifício principal que, servia como habitação e escritório ao detentor da função da organização da lavoura duriense e também de um conjunto de cubas e armazéns para reter o vinho produzido na região envolvente.

Localizado estrategicamente perto da estação de comboios e do rio, para facilitar a entrada e saída das pipas de vinho, tem um grande potencial de ser utilizado como elemento conetor entre a parte a norte da linha férrea e a parte sul, adjacente ao rio Douro. Resolvendo com qualidade o atravessamento entre as duas partes (figura 66).

Sendo que este edifício da Casa do Douro é de peculiares características arquitetónicas e tem um impacto significativo na paisagem e na Vila de Pinhão entende-se que é um edifício de urgente intervenção.

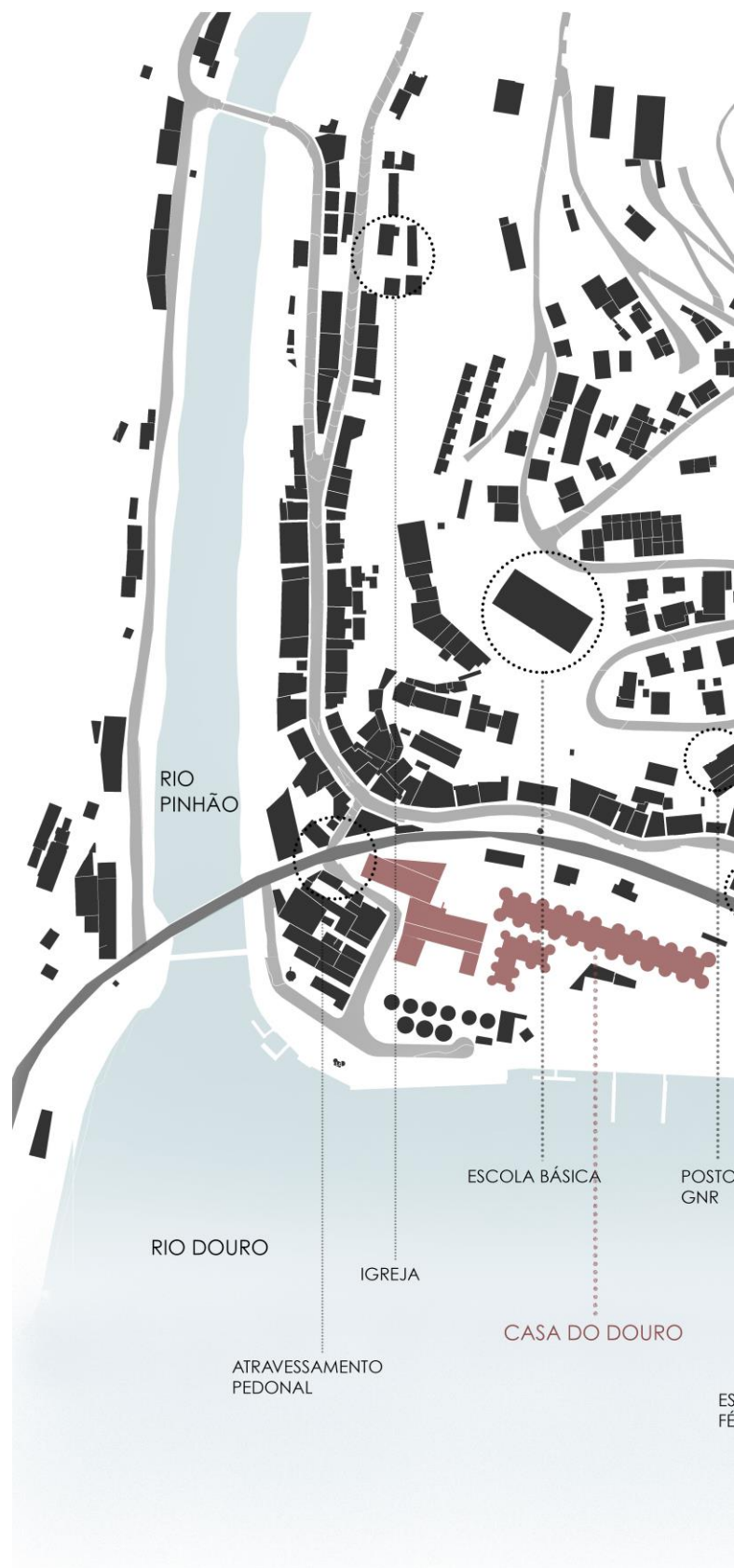
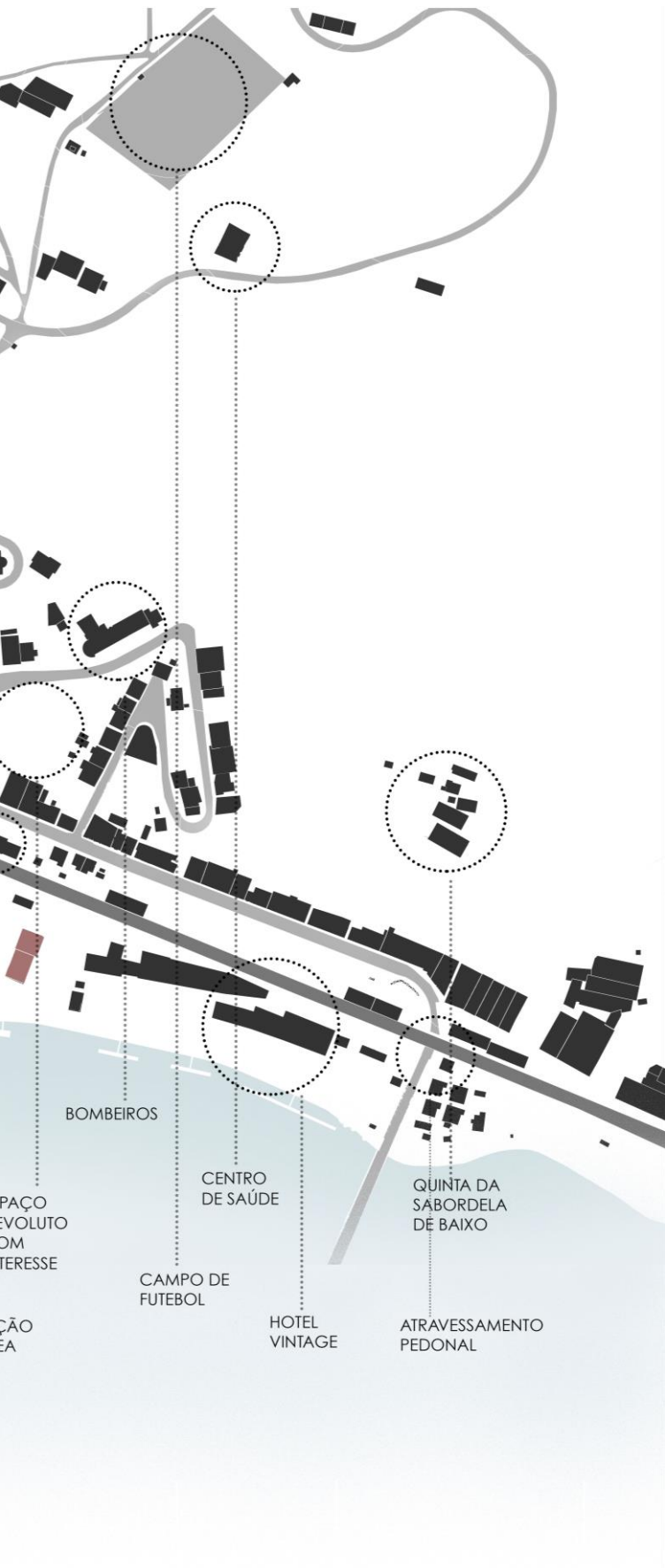


Figura 66 – Planta esquemática de análise da pré-existência

(RE)DESENHAR EM PATRIMÓNIO CULTURAL DA HUMANIDADE
Reconversão e Reabilitação de antigas Casas do Douro para um complexo turístico



3| COMPLEXO TURÍSTICO

O tema escolhido para abordar na proposta final de mestrado foi de *(Re)Desenhar o interior* de um edifício pertencente à Casa do Douro, localizado no alto Douro vinhateiro, mais especificamente uma vila situada no seu centro geográfico, o Pinhão.

Por se tratar de um espaço de grande dimensão, a proposta para a organização do complexo turístico a criar assenta em três partes de maior importância.



Figura 67 – Planta de conjunto

(RE)DESENHAR EM PATRIMÓNIO CULTURAL DA HUMANIDADE
Reconversão e Reabilitação de antigas Casas do Douro para um complexo turístico

O edifício principal da Casa do Douro, que se propõe funcionar como receção, apoio logístico, restaurante, *lounge* e sala de pequenos-almoços.

O aglomerado de cubas que se propõe funcionar como alojamento, sendo no total quarenta e quatro, com três tipologias diferentes.

Como apoio dos alojamentos a oeste da casa principal é proposto um edifício totalmente novo que serve como espaço polivalente e de refeições (figura 67).



Foi mantida a estrutura original da casa principal, demolindo apenas em casos pontuais elementos que a descaracterizam, tais como divisórias interiores e uma casa de apoio a barcos.

Ao nível exterior foi necessário encontrar uma solução que agisse como conector destes três elementos principais e é possível verificar a preocupação de respeitar o património cultural utilizando elementos paisagísticos próprios do local.

Uma vez que a linha férrea atravessa a vila e condiciona o acesso à beira do rio Douro foi importante que a intervenção servisse de “ponte”. Sendo assim, foi projetada uma escadaria e um sistema de rampas que proporcionassem esse objetivo, bem como uma praça que conferisse dinâmica à intervenção.

3.1| Casa principal

A casa principal desenvolve-se em quatro níveis verticais (figura 68).

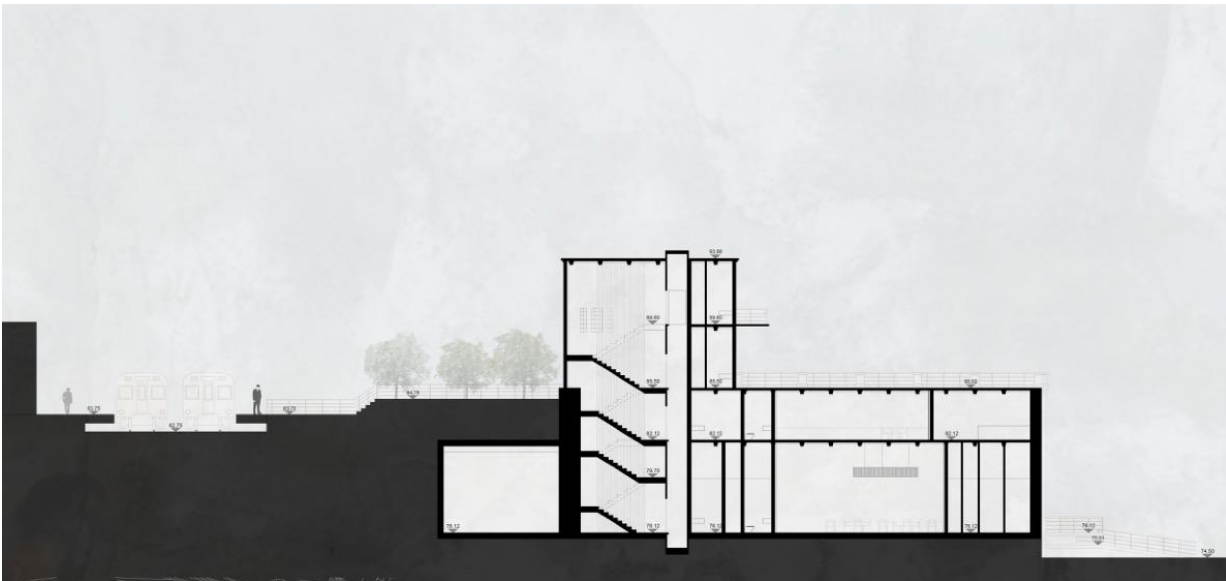


Figura 68 – Corte longitudinal, casa principal

No nível zero, a cota mais próxima do rio Douro, encontram-se três compartimentos, mais a sul encontra-se uma cozinha bem como todos os elementos de apoio a esta funcionalidade. O tronco principal funciona em *open space* restaurante, espaço de estar, recepção e distribuição vertical, elevador e escadas. Os dois compartimentos mais a norte funcionam como elementos

técnicos de apoio ao hotel bem como balneários para o *staff*. Todo o nível zero consegue ser percorrido interiormente, mas existem três entradas distintas, uma mais norte para *staff*, uma central para utilizadores do hotel e uma mais a sul também para *staff*. Existe também um pequeno núcleo de instalações sanitárias adaptadas a mobilidade condicionada (figuras 69 e 70).

Ao nível da materialidade foi escolhido um tema orgânico apostando em cores neutras e suaves. É utilizado o micro cimento no pavimento e paredes, ripados de madeira bem como outros elementos pontuais no mesmo material. Iluminação ambiente e confortável.

Para os locais mais técnicos foram utilizados materiais resistentes e ecológicos que servissem o propósito funcional. Não foram restauradas quaisquer materialidades da pré-existência uma vez que se encontravam num avançado estado de degradação.

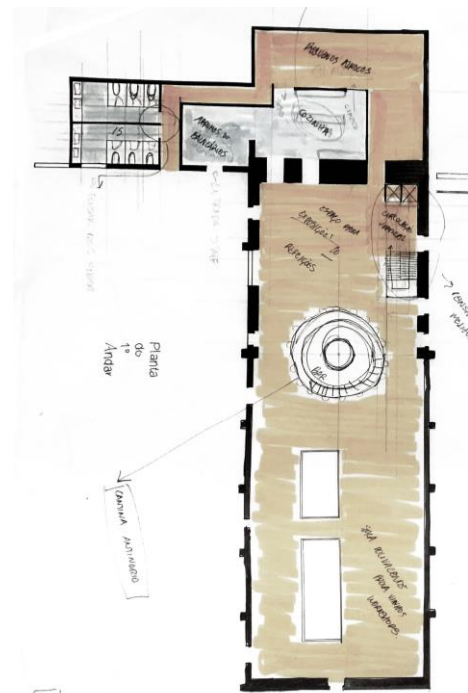
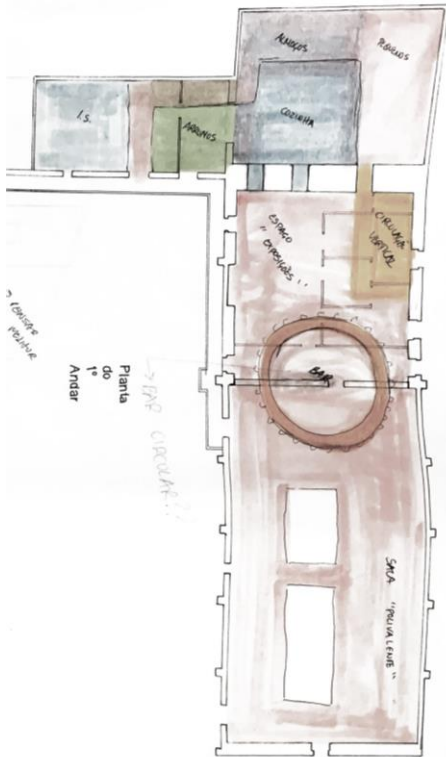


Figura 69 – Esquízo planta nível 0 casa principal, primeiras abordagens



Figura 70 – Planta nível 0, casa principal, funções



Para o nível um, o acesso faz-se através do sistema distributivo vertical e através de um acesso exterior. É dividido em dois núcleos, um técnico de apoio e outro em *open space* funcionando como a continuação do restaurante que poderá ser utilizado também como sala polivalente. O espaço aberto permite esta flexibilidade e capacidade de se ajustar a uma grande variedade de usos. Mantém-se o registo de materialidade e decoração do nível abaixo. O acesso a este nível pode ser efetuado não só pelo sistema distributivo vertical (escadas e elevador) mas também por uma escadaria em caracol central. (figuras 71 e 72).

Ambos os níveis zero e um encontram-se na parte do edifício que serviu de armazém no passado.

Figura 71 – Esquízo planta nível 1 casa principal, primeiras abordagens



Figura 72 – Planta nível 1, casa principal, funções

O nível dois tem acesso pelo lado norte adjacente à linha férrea funcionando também como segunda entrada principal. Este nível dispõe de uma outra receção e espaço de estar. É neste nível que existe o acesso a um amplo espaço exterior que pode ser usado para eventos como pequenos espetáculos, copos de água, *sunsets*, entre outros (figura 73).



Figura 73 – Planta nível 1, casa principal, funções

Por fim o terceiro nível que no passado funcionava como a parte habitacional do edifício principal, propõe-se que funcione agora como bar ou sala de pequenos almoços (figura 74). Este piso difere um pouco na materialidade, é proposto um pavimento mosaico a preto e branco e um revestimento nas paredes em mosaico preto, mas mantendo a linguagem do resto do edifício nos apontamentos de madeira, ripados, e na decoração.

O aspeto exterior da casa foi mantido na totalidade, sendo que a cor predominante é o amarelo típico da região. Todas as portas e janelas foram restauradas e mantidas com a cor original, o verde. Apenas foram substituídos os guarda-corpos e demolidos anexos que foram acrescentados à construção original. Não foram mantidas quaisquer divisórias interiores.

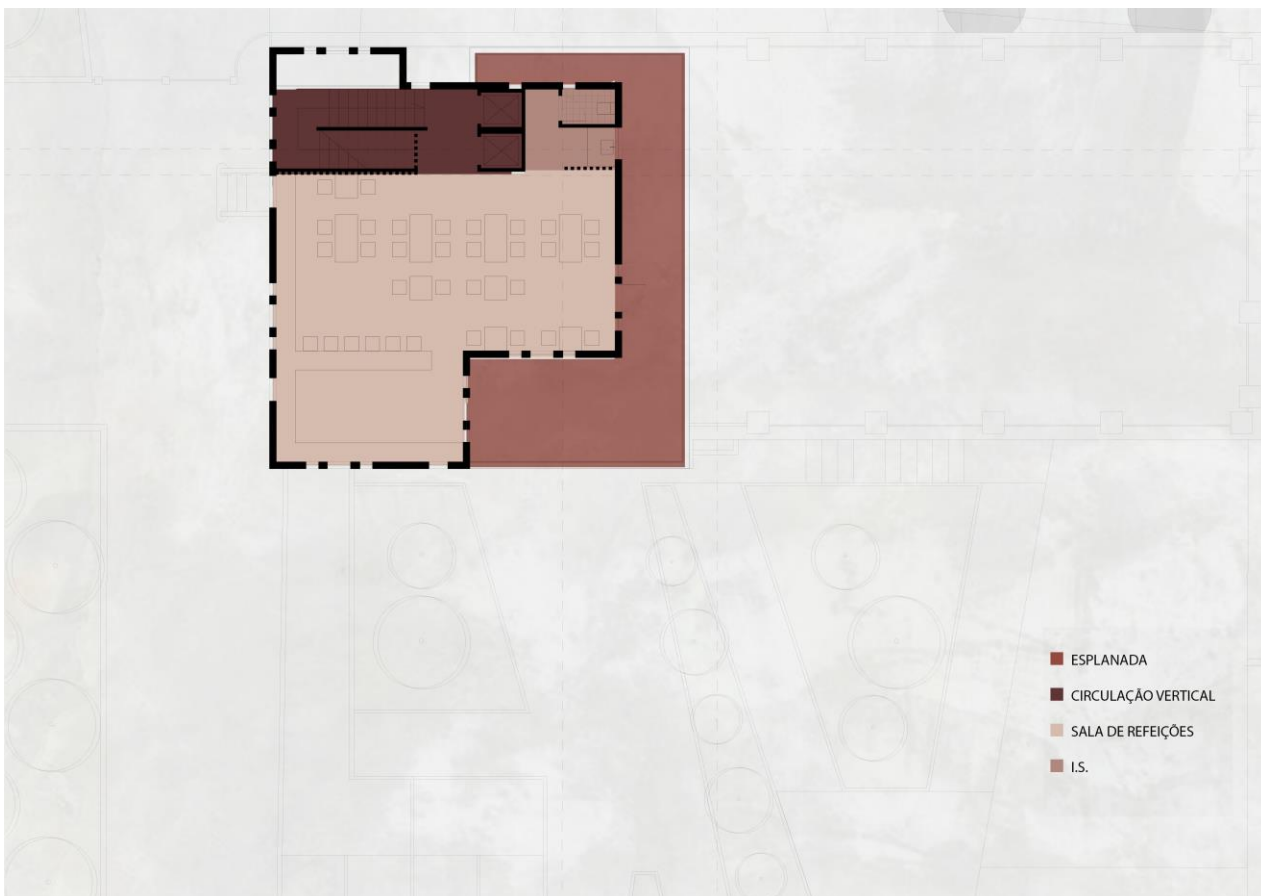


Figura 74 – Planta nível 3, casa principal, funções

3.2| Alojamentos

Propõe-se que os alojamentos funcionem nas antigas cubas de vinho. Trata-se de grandes edificadas em betão oco por dentro onde era armazenado o vinho. O acesso a estas cubas realizava-se por uma espécie de corredor fechado. Deste sistema é aproveitado apenas a estrutura exterior das cubas, o corredor é substituído por uma plataforma em madeira e um sistema de pérgulas. As habitações são divididas em três núcleos, apenas um não funciona com esta plataforma de acesso, sendo a entrada ao nível térreo.

São propostas três organizações diferentes para o interior dos quartos sendo que variam na distribuição e na dimensão, segundo as tipologias T1 ou T2. Estas tipologias sofrem pequenas alterações ao nível da dimensão, de modo a que se adaptem ao tamanho de cada cuba (figuras 75 e 76).

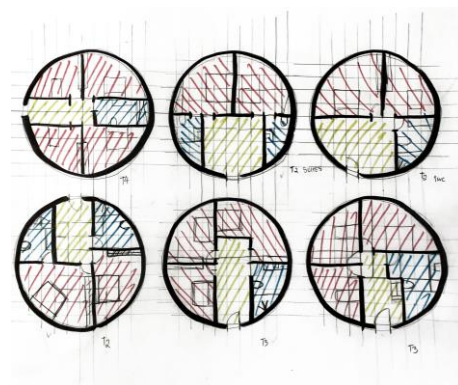


Figura 75 – Esquiço, primeiras abordagens ao desenho do interior das habitações

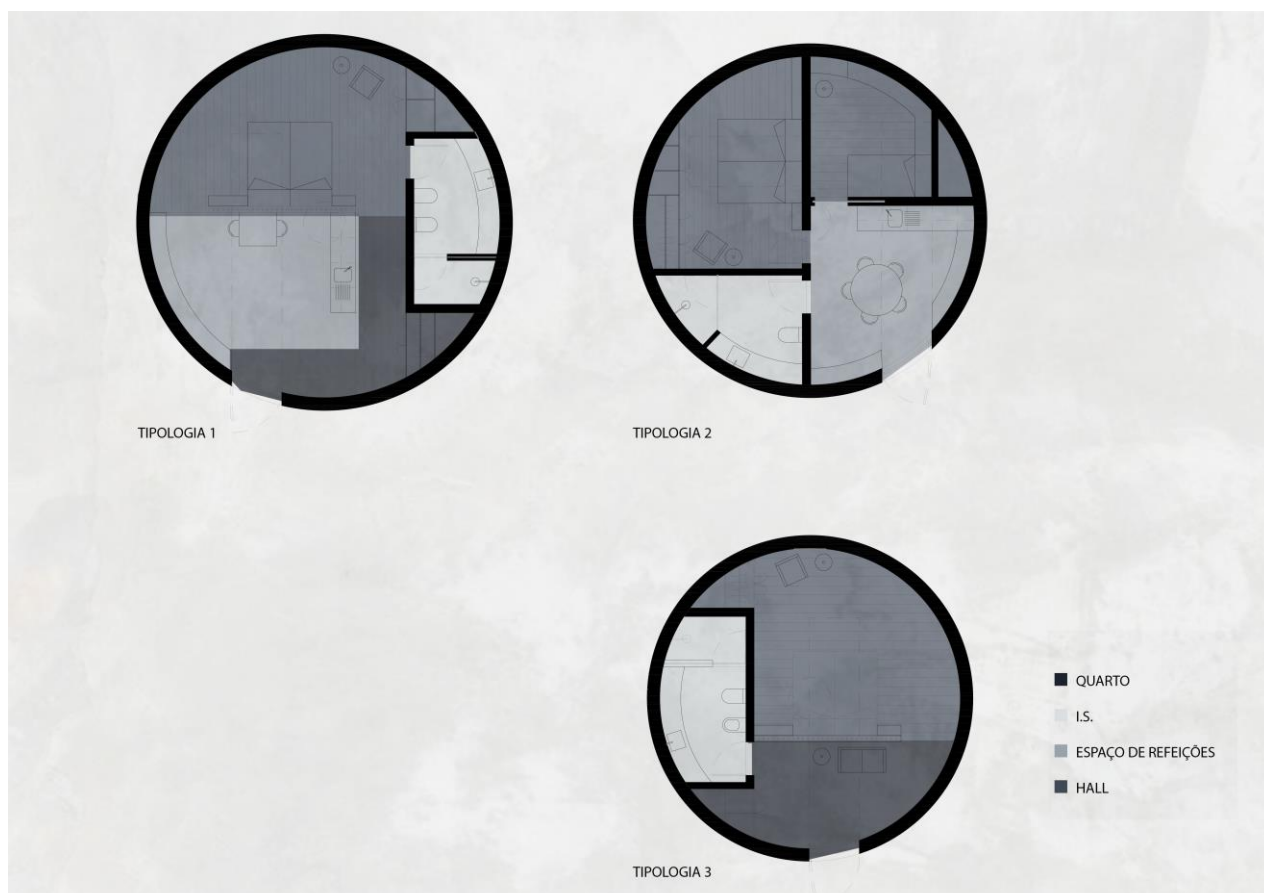


Figura 76 – Tipologias habitações

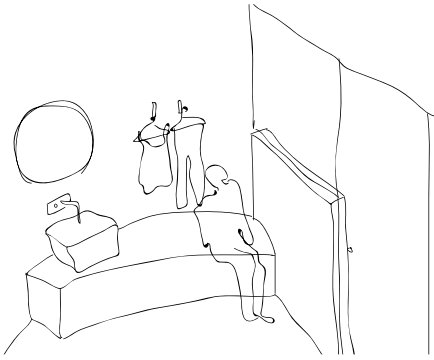


Figura 77 – Desenho em perspectiva, primeiras abordagens ao desenho do interior das habitações

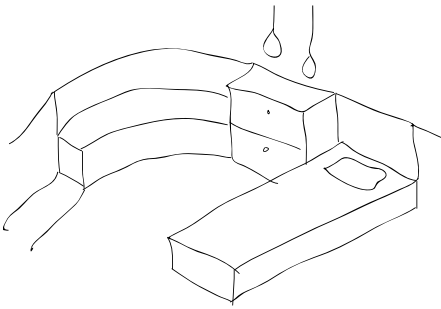


Figura 78 – Desenho em perspectiva, primeiras abordagens ao desenho do interior das habitações

As cubas eram, por motivos logísticos de proteção da qualidade do vinho, totalmente opacas à luz, para contrariar esta característica é proposto um rasgo que permite a privacidade, mas ao mesmo tempo ventilação e luz natural.

O desenho do interior assumiu a sua identidade própria, o facto de ser uma superfície curva. A disposição das divisões e o próprio mobiliário foi adaptado e condicionado por esta característica singular (figuras 77 a 79). Quanto à escolha da materialidade, foi importante respeitar a pré-existência e recorrer visualmente a elementos que evoquem a cultura do vinho. Foram então selecionados três materiais que predominam, o betão (e derivados, micro-cimento), a madeira maciça de carvalho e os metais

Existem na totalidade 44 quartos servidos com espaço de dormir e instalação sanitária, os maiores oferecem também um espaço de refeições.

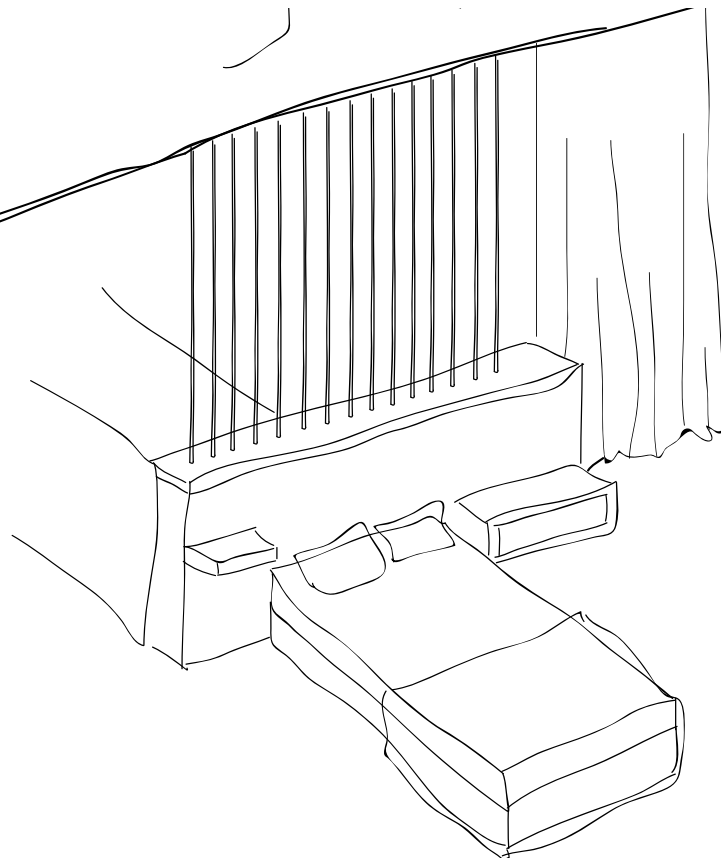


Figura 79 – Desenho em perspectiva, primeiras abordagens ao desenho do interior das habitações

3.3| Edificação nova

É proposto um edifício a oeste dos alojamentos, como elemento de apoio, servindo de espaço de pequenos-almoços, cafetaria e espaço polivalente.

O objeto é composto por dois níveis, um ao nível térreo e o segundo em sistema de mezanino. No nível térreo encontra-se o espaço de bar, espaço de refeições e instalação sanitária. O nível superior oferece a continuação do espaço de refeições bem como um local de estar mais descontraído. Existem também espaço de apoio ao *staff* com balneários e cacifos e um compartimento para arrumos (figuras 80 e 81).

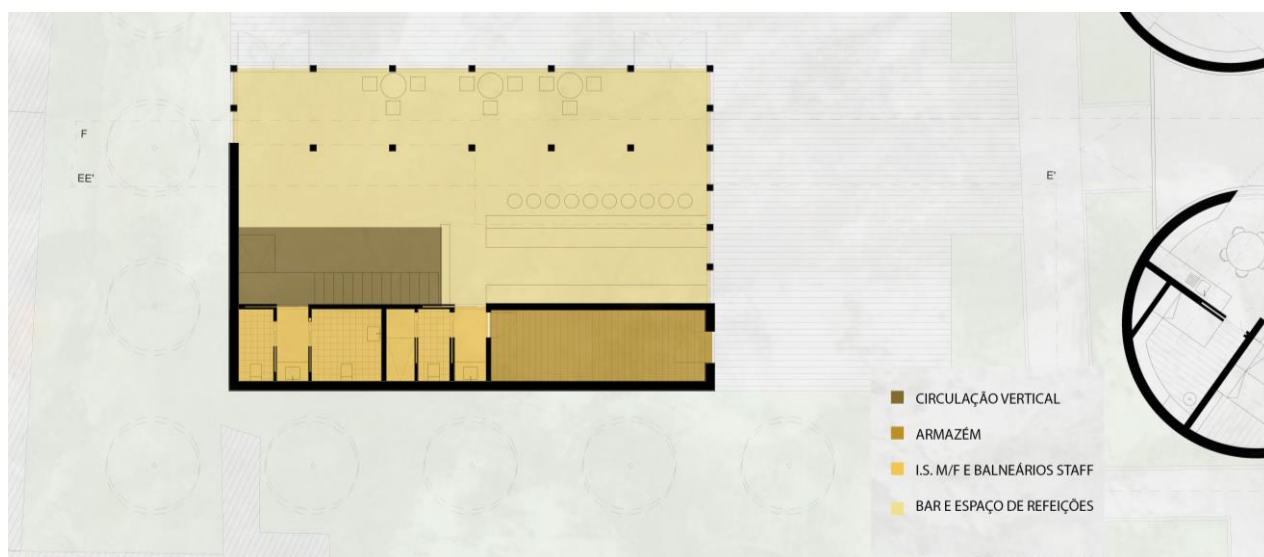


Figura 80 – Planta nível 0, edifício de apoio, funções

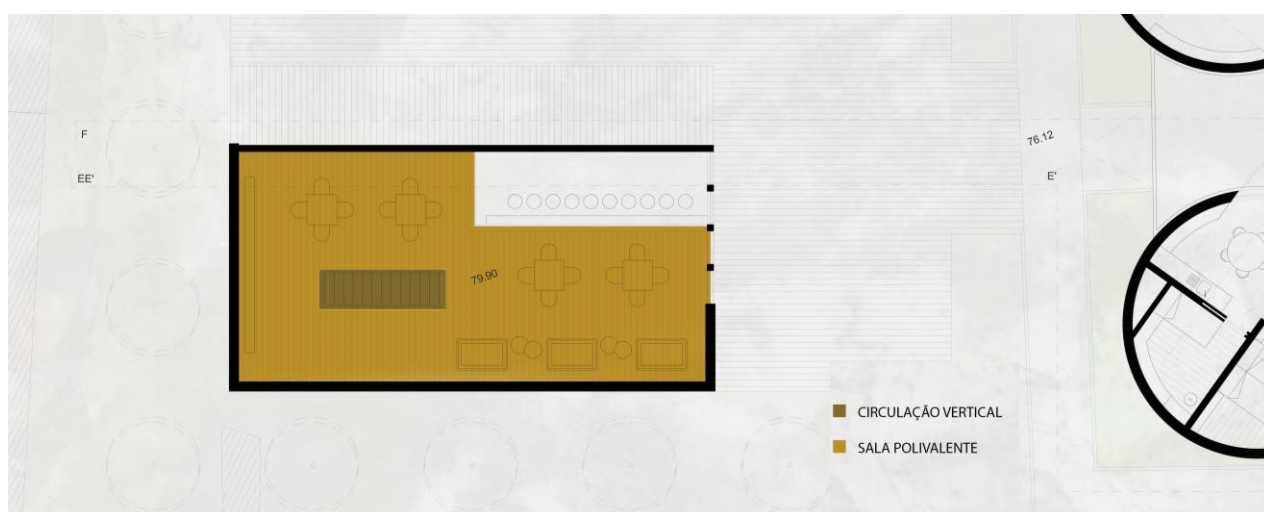


Figura 81 – Planta nível 1, edifício de apoio, funções



Figura 82 – Esquiço, primeiras abordagens edifício novo em planta



Figura 83 – Esquiço, primeiras abordagens edifício novo em planta

A estrutura arquitetónica de edifício foi inspirada nos antigos armazéns de apoio ao caminho-de-ferro, optando-se por um telhado de duas águas.

Os materiais escolhidos foram a madeira, o aço, o vidro e a pedra típica da região, o xisto.

A decoração escolhida mantém-se dentro do mesmo registo do edifício principal da Casa do Douro.

O ambiente circundante ao objeto oferece um espaço de estar exterior em esplanada, contém também elementos naturais, relvado, árvores e uma queda de água que acompanha o muro de xisto a norte do edifício (figuras 82 a 84).

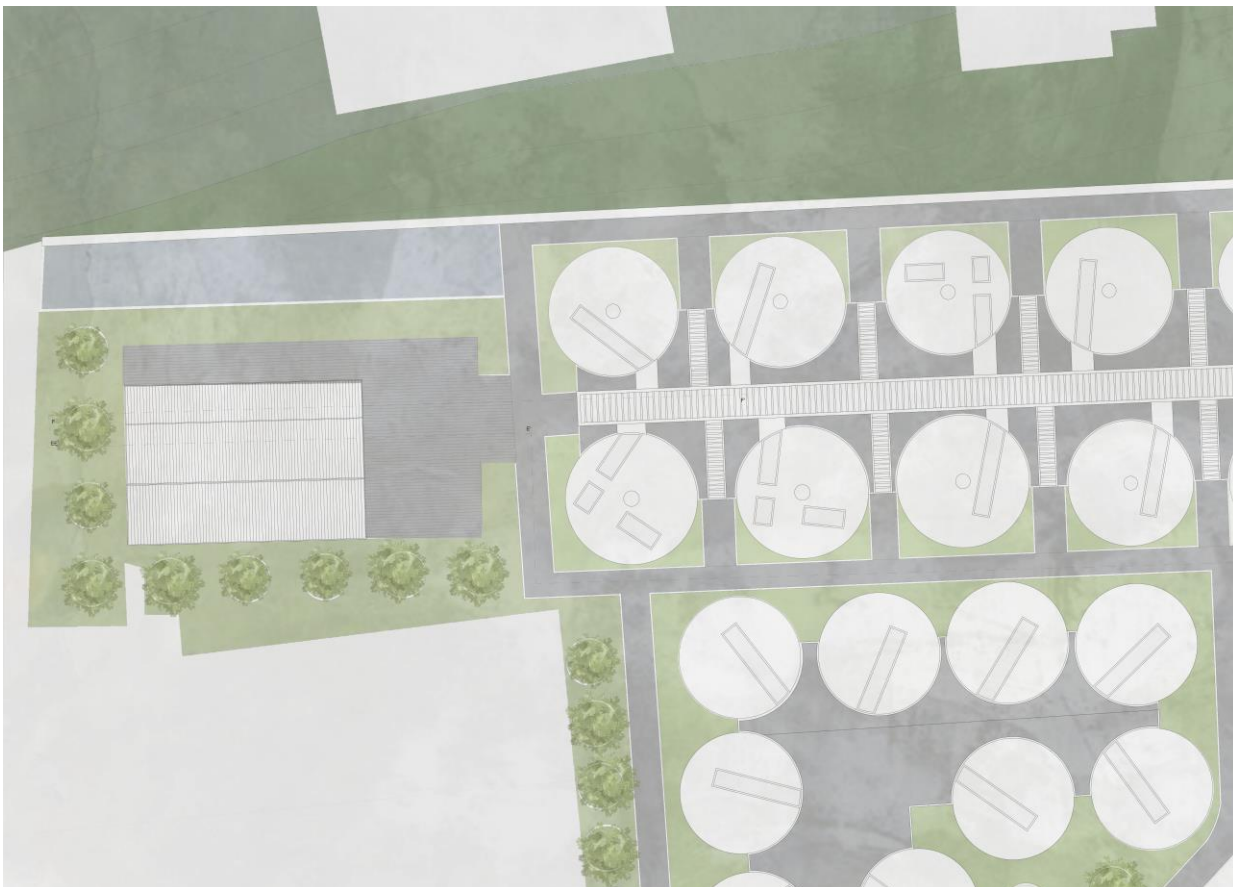


Figura 84 – Planta arranjos exteriores, edifício novo

3.4| Arranjos exteriores

O desenho do espaço exterior tem um papel fundamental no projeto, uma vez que serve de ligação entre a parte norte da vila e a parte sul. É importante também pois conecta os três núcleos principais do complexo turístico. A opção escolhida para esta ligação baseia-se em três elementos de pavimento, elementos naturais, paralelos típicos da vila e madeira.

Para vencer o acentuado desnível consequente da linha férrea foi mantido o sistema de rampas já existente, porém melhorado e proposto como opção à rampa uma escadaria. O atravessamento entre os desníveis é feito através de uma praça, que conjuga diferentes cotas e materiais num jogo de rampas e escadas. O desenho em planta foi inspirado nas próprias vinhas presentes na região. Termina com um pórtico de entrada no complexo (figuras 85 a 88).

O acesso aos alojamentos é feito por uma espécie de passadiço em cubo de pedra natural e pela plataforma de madeira protegida por um sistema de pérgulas.

Ao longo do complexo é possível verificar árvores de fruto típicas da região, laranjeiras, limoeiros, figueiras entre que outros que serviram o hotel. É também proposto na encosta da linha férrea uma modelação de terreno que faça lembrar os socalcos típicos da região.

No espaço que circunda a surge rasgado no xisto uma queda de água para proporcionar um ambiente agradável e acolhedor.

Este complexo é também servido por três locais que funcionam como parques de estacionamento, dois no interior do complexo e um outro mais próximo da estação de comboio, totalizando 53 lugares incluindo mobilidade reduzida.

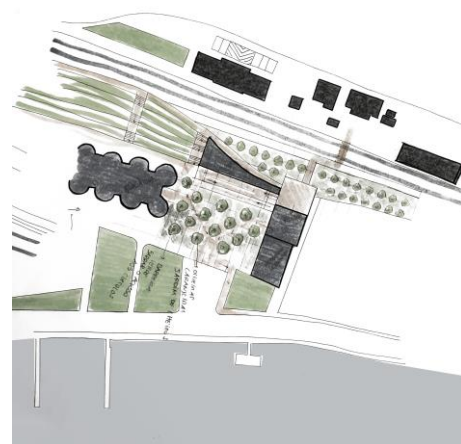


Figura 85 – Esquízo, primeiras abordagens praça principal

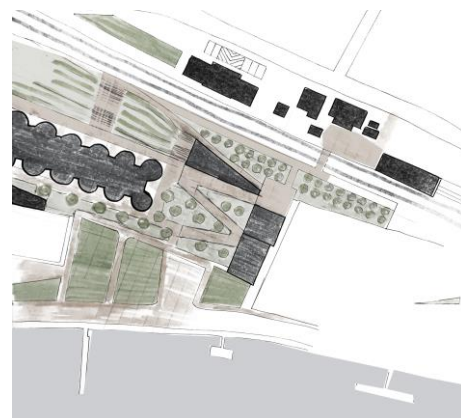


Figura 86 – Esquízo, primeiras abordagens praça principal

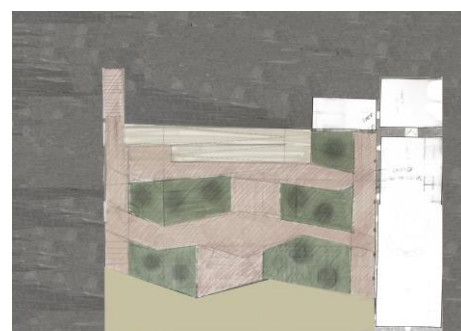
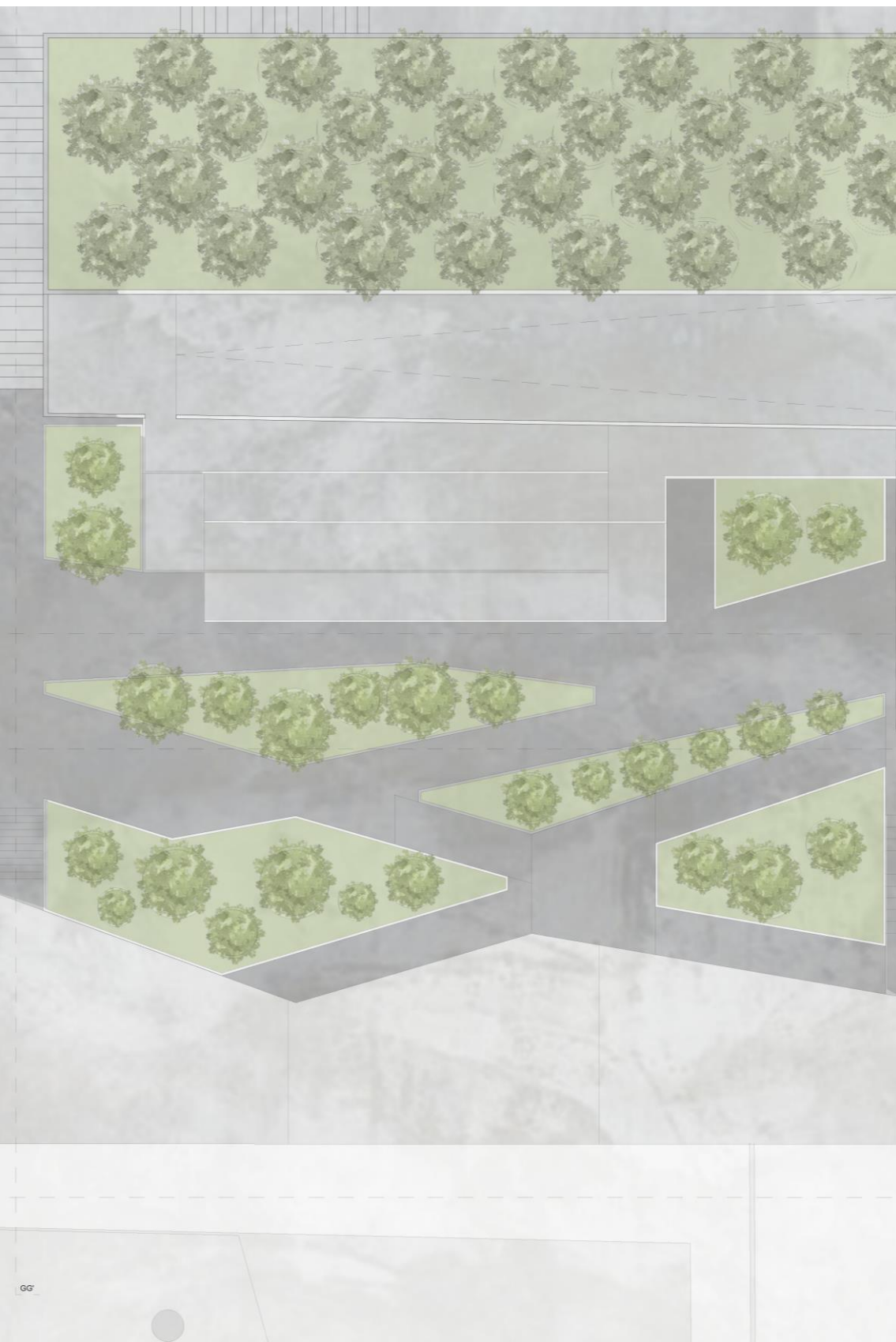


Figura 87 – Esquízo, primeiras abordagens praça principal



Figura 88 – Planta de arranjos exteriores, praça principal



CAPÍTULO VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1| Breve conclusão

A região do Douro é icónica, é a mais antiga região demarcada do mundo e é desde há muito motivo de inspiração para as mais diversas formas de arte, poetas, escritores, amantes de tão singular paisagem. Considerada e reconhecida por muitos uma obra de arte moldada pelas mãos do Homem, acabou por culminar no reconhecimento por parte da UNESCO como património cultural da humanidade. Estas características levam a que cada vez mais este local seja procurado por olhares curiosos de turistas que desejam ver mais, conhecer mais, encantarem-se mais, perderem-se nas encostas de tão bela região. Apesar desta procura o Norte do país tem sido cruelmente abandonado pelos que de lá são naturais, que partem em busca de melhor qualidade de vida, oportunidade de emprego e diversidade de serviços.

Durante muito tempo aplicaram-se medidas para fosse possível dar a conhecer ao mundo o Douro e tudo aquilo que esta região implica. Atualmente o trabalho é o contrário, oferecer condições para que o mundo consiga chegar ao Douro. O turismo, o vinho e a paisagem têm que ser fortes aliados para que seja possível a sustentabilidade da região. A arquitetura é uma disciplina que tem capacidade para realizar o casamento entre estas temáticas através de projetos que respeitem a identidade do local, mas também lhe confirmem características que respondam às exigências do século XXI.

Ao longo dos tempos temas como a reabilitação, sustentabilidade e património arquitetónico foram alvo de diversos debates e estão em constante mutação, levantando questões éticas sobre a melhor abordagem. Em *(Re)Desenhar em Paisagem Cultural da Humanidade, Reconversão e Reabilitação de antigas casas do Douro para um complexo turístico* estes temas são brevemente abordados pois estão diretamente ligados ao objeto de estudo e ao projeto em si. O objetivo destas reflexões é apresentar um projeto específico para um local tão delicado e sensível como o Douro.

Sendo a Casa do Douro uma identidade que acompanhou a história da região e do vinho foi o objeto de estudo escolhido deste projeto final de mestrado. Localizado estrategicamente adjacente à linha férrea e no centro da Vila do Pinhão este edificado encontra-se esquecido e desconectado da população, apesar de se verificar grande potencial para ser utilizado na resposta às necessidades turísticas da região e da própria vila.

O projeto assume-se como um elemento que abraça e respeita a identidade da região, mas que ao mesmo tempo apresenta soluções inovadoras e contemporâneas. Conjugando a memória da pré-existência e a liberdade artística.

Este trabalho, e conseqüente proposta de arquitetura surge como uma solução hipotética aos problemas que este território apresenta, numa tentativa de combater o êxodo para as grandes cidades e responder às necessidades turísticas que são cada vez maiores. Conta a história, mas acrescenta o seu próprio capítulo.

**CAPÍTULO IX. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS**

Obras Literárias

Abreu, E., Costa, L.P.C. (2002). *Turismo e Vinho – Um brinde ao Enoturismo*, in *Jornal Publituris*, nº. 813. p. 29.

Aguiar, José (2005), *Cor e cidade histórica, estudos cromáticos e conservação do património*, 2ª edição
Porto: FAUP publicações

Aguiar, José; Cabrita, A. M. Reis; Appleton, João, (1998), *Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais*, Laboratório nacional de engenharia civil

Almeida, Carlos A. Brochado, (2011) *História do Douro e do Vinho do Porto, História Antiga da Região Duriense*, Vol. I.

Bacherlad, Gaston, (2008) *A poética do espaço* Martins Fontes.

Brandi, Cesare. *Teoria da Restauração*

Cardoso, Isabel Lopes, (2013), *Paisagem e Património – Aproximações Pluridisciplinares*. Porto Dafne Editora.

Choay, Françoise, (2000), *A Alegria do património*, Lisboa: Edições 70, 4ª edição.

Custódio, Jorge. (2009), *Portugal 1910 – 2010 – 100 Anos de Património – Memória e Identidade*, Lisboa: IGESPAR.

De Queirós, José Maria Eça (janeiro de 2013) *A cidade e as Serras*, Porto: Livraria Chardron

Halbwachs, Maurice, (1950), *A Memória Coletiva*.

Jorge, J. G., (2007), *Lugares em Teoria, Col. Pensar Arquitetura*. Ed. Caleidoscópio, Lisboa 110 pp. | ISBN: 978-989-801-074-2.

Lobo, Maria Lucília da Saraiva, (2004), *A Alma do Douro, Pinhão*.

Neufert, Peter, *casa, apartamento, jardim*, 2ª edição, Editora Gustavo Gili, SL

Neves, José Manuel. (2017) *Portuguese Contemporary Wine Architecture*. (S.I.), Uzina Books.

Siza, Álvaro, (2009). *Imaginar a Evidência*, Lisboa: Edições 70.

Tirone, Livia, (novembro de 2007) *Construção Sustentável*, 1ª edição, editora Tirone Nunes Ida.

Zumthor, Peter, (2009). *Pensar a Arquitetura*, 2ª Edição Barcelona: edição Gustavo Gili.

Documentos, Doutoramentos e Teses de Mestrado

Carta de Veneza, Carta Internacional sobre a conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, Veneza, 1964.

Ciclo de Debates 2000 – Livro de atas (do seminário “Turismo e Natureza – Perspetivas de Intervenção”) (setembro 2002) | ISBN: 972 – 95339 – 5 – 4.

Conselho da Europa, (2000). Convenção Europeia da Paisagem (ETS nº 176). Relatório Explicativo de Estrasburgo. 5 pp.

Costa, Alexandre, (1999), “Património e Turismo e Desenvolvimento, Ciclo de Debates” – Livro de Atas, Lisboa, Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, abril de 2002, ISBN: 927-95339-3-8.

Estudo elaborado no âmbito do projeto de investigação “Habitação para o Futuro” com o apoio de fundos do FEDER concedidos através da Fundação para a Ciência e Tecnologia, (julho de 2010), “Sustentabilidade ambiental da habitação”.

Garcia, Ana Luísa, (2011) “O Turismo Sustentável como Instrumento de Desenvolvimento Económico: O Caso das Ilhas do Triângulo Açorianas”, Tese de Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais, no Instituto Superior de Economia e Gestão.

Paulo, Luísa, (2009), “A Reabilitação do Património como fator de Desenvolvimento Local: O modelo de

Aldeia Sustentável”, Tese de Doutoramento em Arquitetura na Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa.

Pires, R. (Coord.), (2014). “Relatório Estatístico de Emigração Portuguesa. Observatório da Emigração e Rede Migra Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL). 226 PP.

Rosa, I., Ribeiro, R. (2013). “O Desempenho da Paisagem enquanto Construção da Arquitetura de Tradição em Portugal”. In DoCo 2012 – Documentazione e Conservazione del Patrimonio Architettonico ed Urbano. Vol. 5. Bologna. P. 55-60 | ISSN 1828-5961 |

Rosa, I. (2008). “Tomar e zona monumental de Ajuda-Belém: dois projetos de salvaguarda, dois casos de estudo”. Disegnarecon. Vol. 1, n. 2 (2008) – Conservazione del Patrimonio Architettonico e Urbano a cura di Roberto Mingucci e Mario Centofanti, Bologna. 7 pp. | ISSN: 18285961 |

Rosmaninho, L., (2014). Evolução de Paradigma: do Edifício Inteligente ao Edifício Vivo: Princípios Ecológicos e Ambientais para a Arquitetura Sustentável, Doutoramento em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Serrão, A (Coord.), (2011), “Filosofia da Paisagem. Uma Antologia.” Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Lisboa. 502 pp.| ISBN: 978-972-8531-96-6

Artigos e Revistas

Cristóvão, Artur, (2010), “Aldeias Vinhateiras: Requalificação Urbana, Turismo e Desenvolvimento Local no Douro”, in Pasos, vol.8, nº4, pp. 519-528.

Gazeta Rural, (2016) nº269, 30 de abril.

Sites

<http://www.taylor.pt/pt/o-que-e-o-vinho-do-porto/historia/>. Acedido em 9 de dezembro de 2017

<http://conceito.de/turismo>. Acedido em 9 de dezembro de 2017

<http://conceito.de/revitalizar>
Acedido em 9 de dezembro de 2017

<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sessão%2013/115A.pdf>
Acedido em 4 de abril de 2018

<http://www.quintadovallado.com/?idioma=pt>
Acedido em 5 de abril de 2018

<https://www.symington.com/news/quinta-do-bomfim>.
Acedido em 5 de abril de 2018

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9537.pdf>
Acedido em 10 de abril de 2018

<http://www2.icnf.pt/portal/turnatur/ts>
Acedido em 14 de maio de 2019

<https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/alto-douro-vinhateiro>
Acedido em 6 de setembro de 2019

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>
Acedido em 18 de setembro de 2019

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SI.PA.aspx?id=6823
Acedido em 25 de setembro de 2019

http://lifestyle.publico.pt/viagens/344404_o-turismo-a-margem-dos-carris
Acedido em 25 de setembro de 2019

<https://jpn.up.pt/2015/05/29/estacoes-ferroviarias-criam-novos-negocios/>
Acedido em 25 de setembro de 2019

<http://habitarportugal.org/PT/projecto/reabilitacao-das-caves-grahams-1890-armazem-de-envelhecimento-de-vinho-do-porto-centro-de-visitas-e-restaurant/>
Acedido em 1 de outubro de 2019

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<https://www.archdaily.com.br/br/01-127477/reabilitacao-de-grahams-1890-lodge-slash-luis-loureiro-plus-p-06-nil-nuno-gusmao>

Acedido em 1 de outubro de 2019

<https://lifecooler.com/artigo/atividades/caves-1890-da-graham-s/403808>

Acedido em 3 de outubro de 2019

<http://www.portoenorte.pt/pt/o-que-fazer/caves-vinho-do-porto-graham-s/>

Acedido em 3 de outubro de 2019

<http://www.atitude-mag.com/pt/porto/2015-04-14-caves-grahams/>

Acedido em 3 de outubro de 2019

<https://www.lumi-pod.com/en/>

Acedido em 4 de outubro de 2019

https://www.archdaily.com.br/br/916638/lumicene-desenvolve-unidade-habitacional-pre-fabricada-que-explora-o-contato-com-a-paisagem?ad_source=search&ad_medium=search_result_all

Acedido em 4 de outubro de 2019

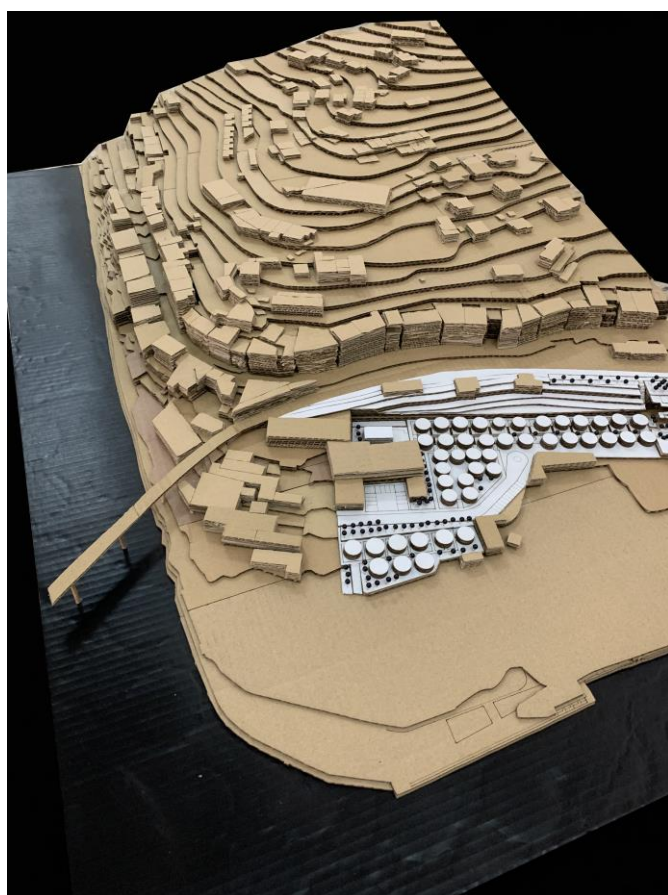
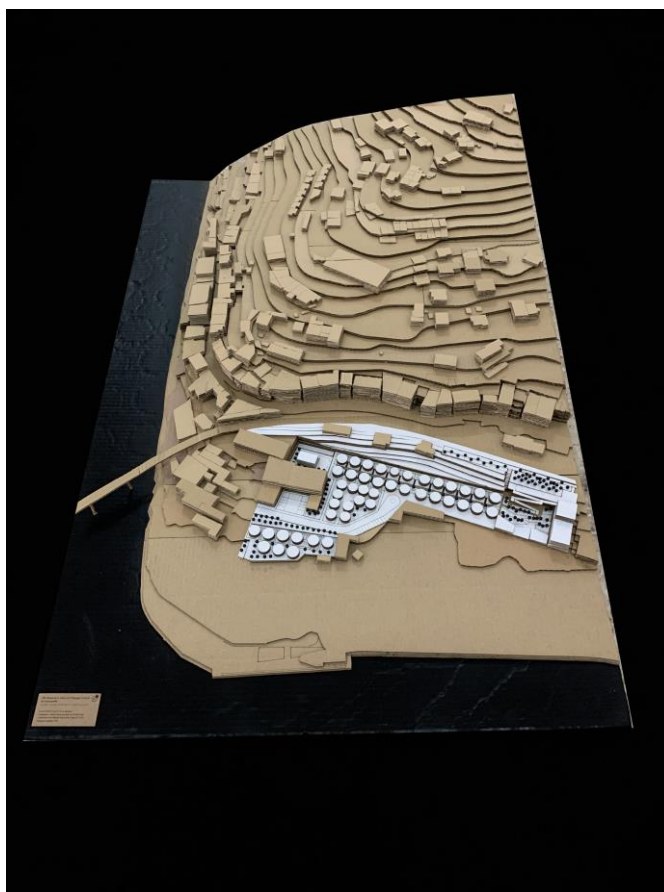
<https://www.contemporist.com/lumicene/>

Acedido em 4 de outubro de 2019

<https://www.urdesignmag.com/architecture/2019/05/08/lumicene-lumipod/>

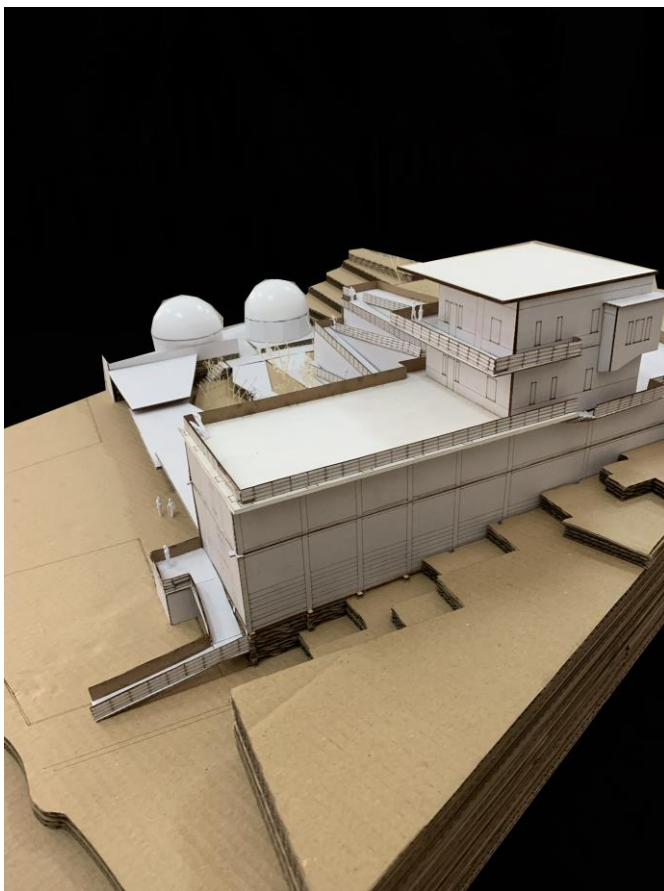
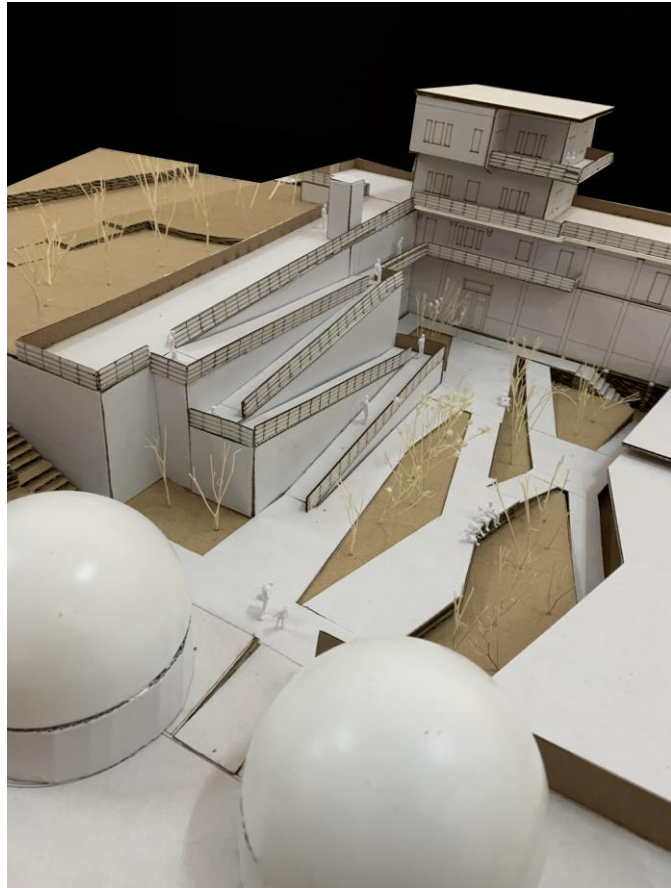
Acedido em 4 de outubro de 2019

CAPÍTULO X. ANEXOS

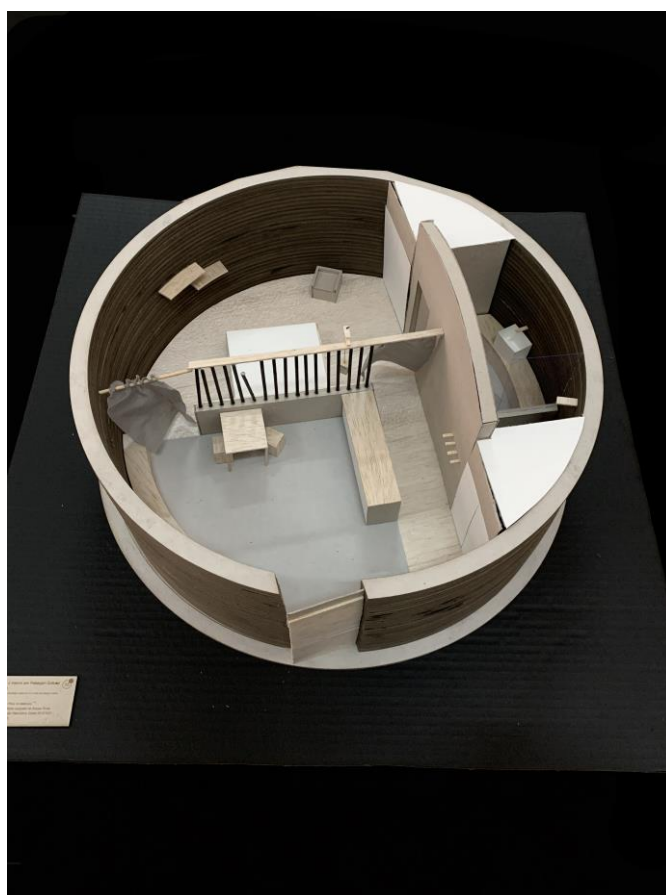


(RE)DESENHAR EM PATRIMÓNIO CULTURAL DA HUMANIDADE
Reconversão e Reabilitação de antigas Casas do Douro para um complexo turístico





(RE)DESENHAR EM PATRIMÓNIO CULTURAL DA HUMANIDADE
Reconversão e Reabilitação de antigas Casas do Douro para um complexo turístico



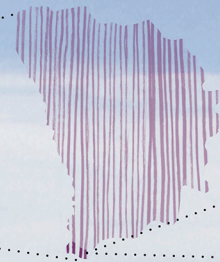




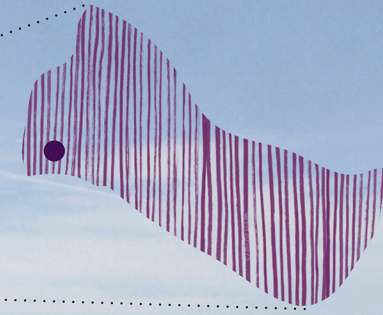
PORTUGAL



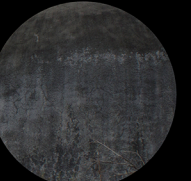
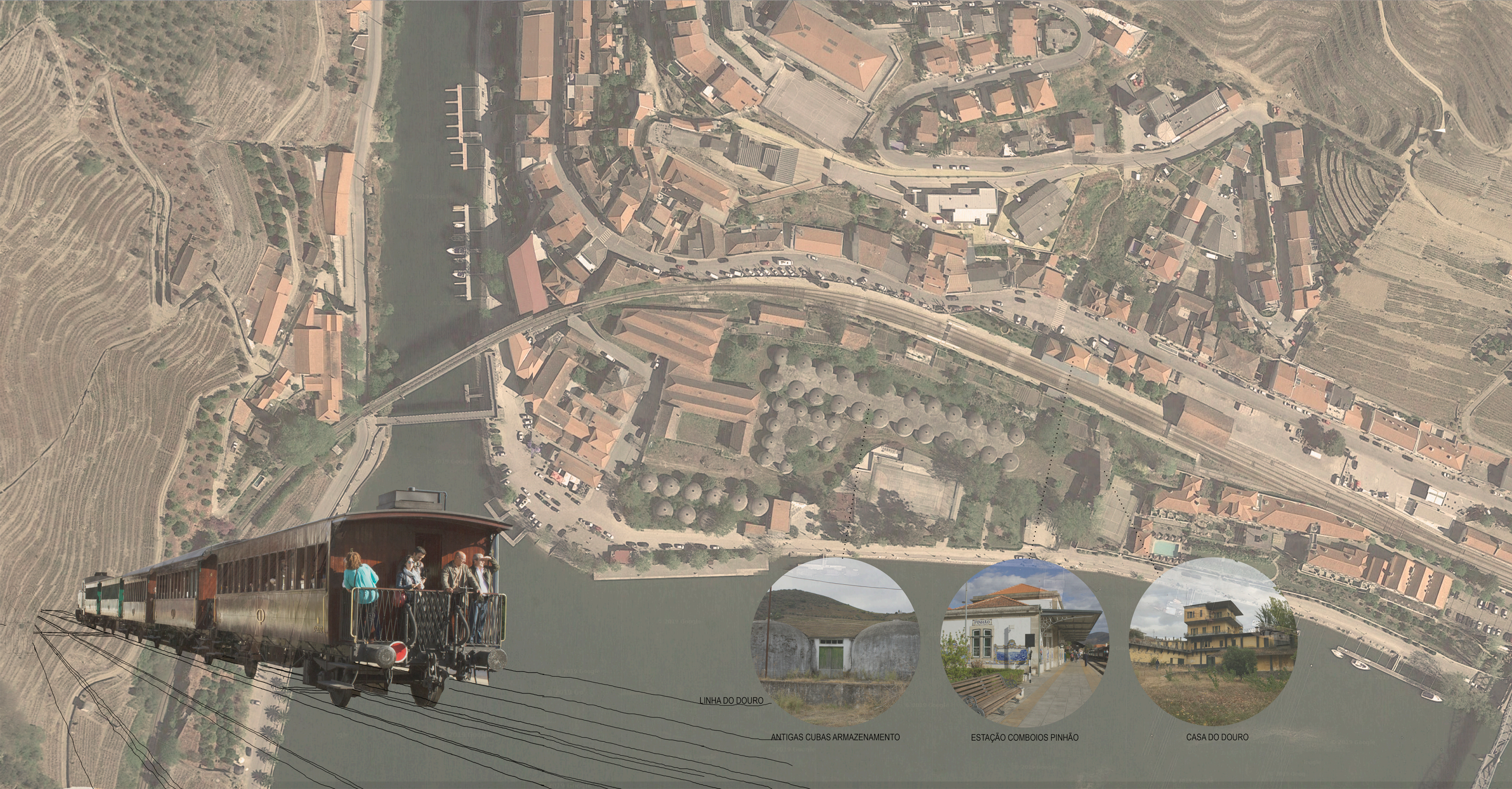
VILA REAL



ALIJÓ



PINHÃO



PROJETO FINAL DE MESTRADO
ANO LETIVO 2019/2020

a l u n a

AIDA RAQUEL MADUREIRA
COSTA

o r i e n t a d o r

ISABEL MARIA AUGUSTO DE
SOUSA ROSA



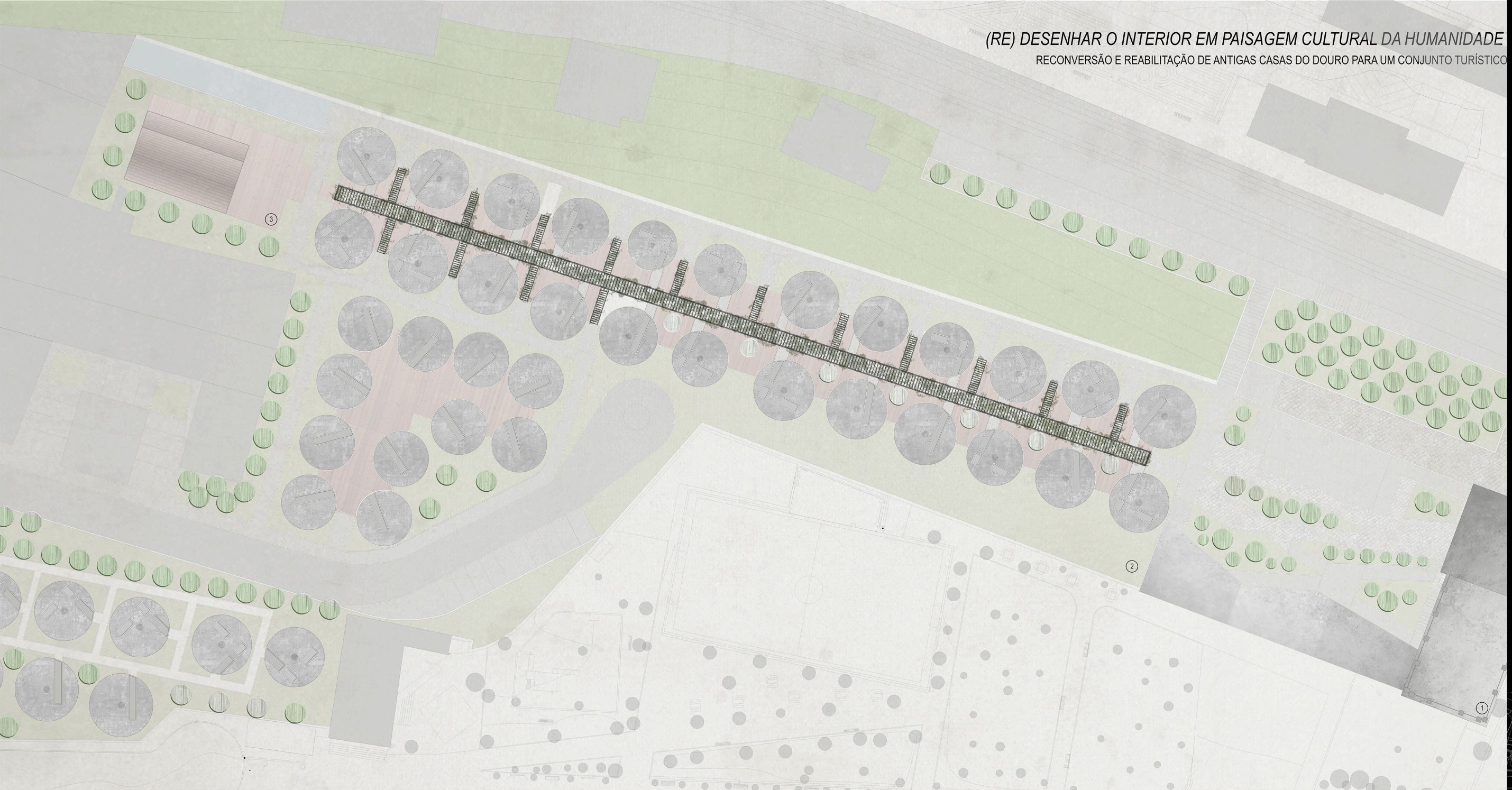
LINHA DO DOURO



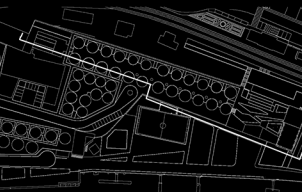
ESTAÇÃO COMBOIOS PINHÃO



CASA DO DOURO



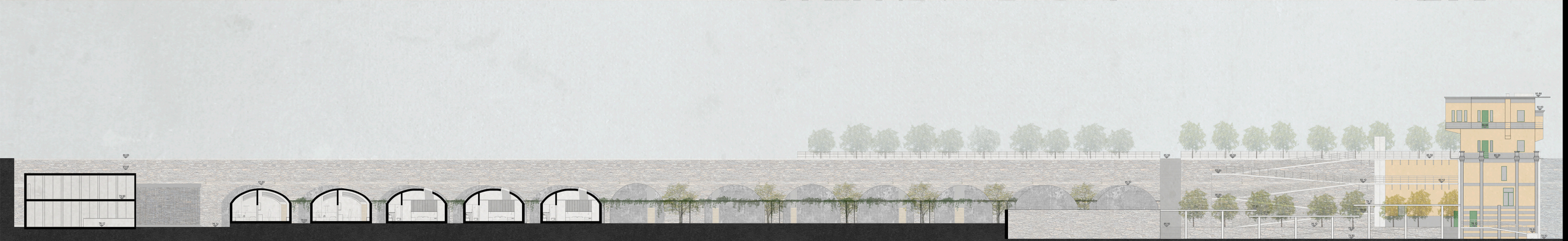
LEGENDA PROGRAMA
1- Edifício Principal
2- Habitação
3- Construção



ESCALA 1:200
PLANTA DE COBERTURA
ALÇADO SUL

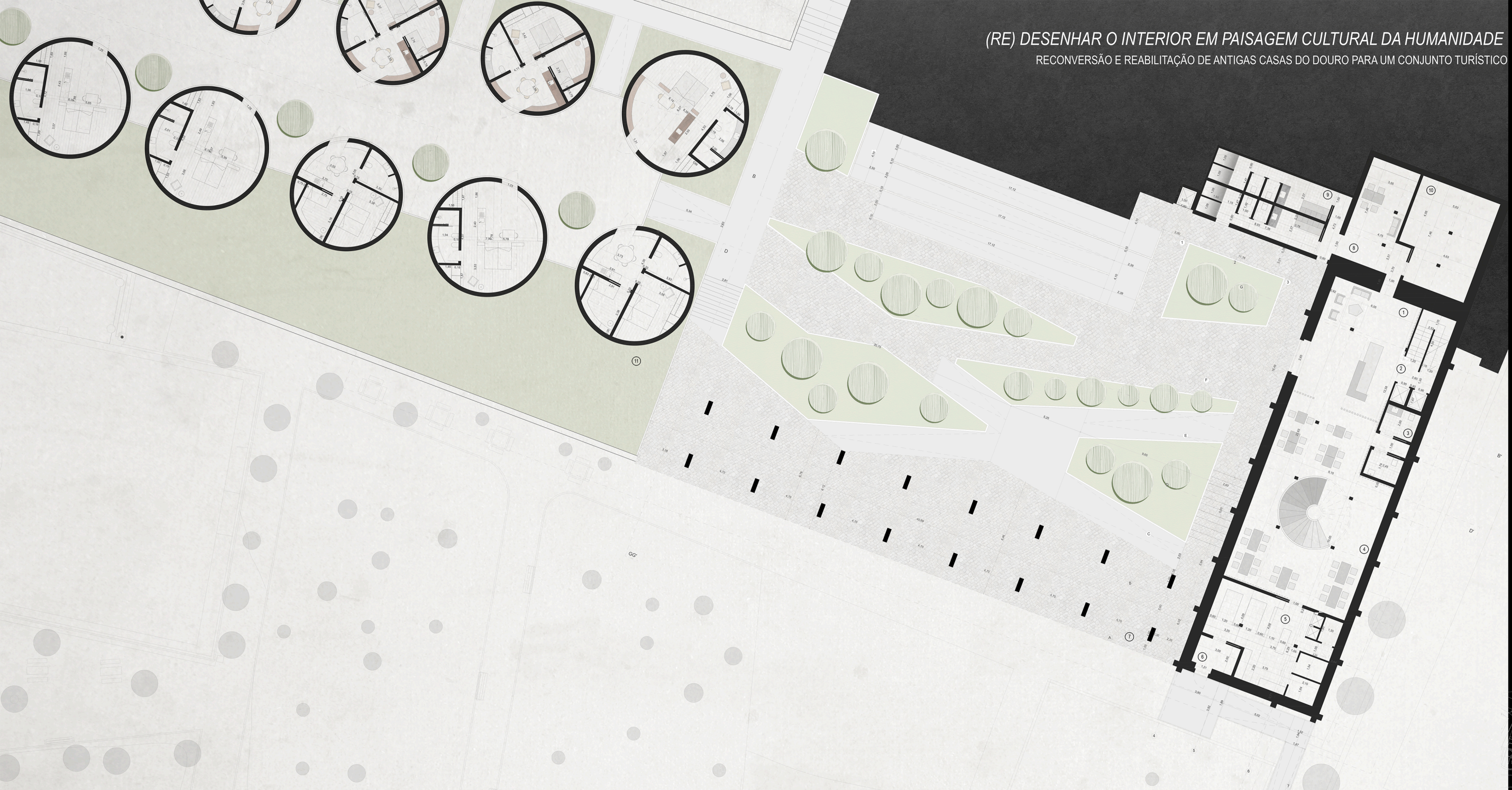
PROJETO FINAL DE MESTRADO
ANO LETIVO 2019/2020

a l u n a
AIDA RAQUEL MADUREIRA
COSTA
o r i e n t a d o r
ISABEL MARIA AUGUSTO DE
SOUSA ROSA

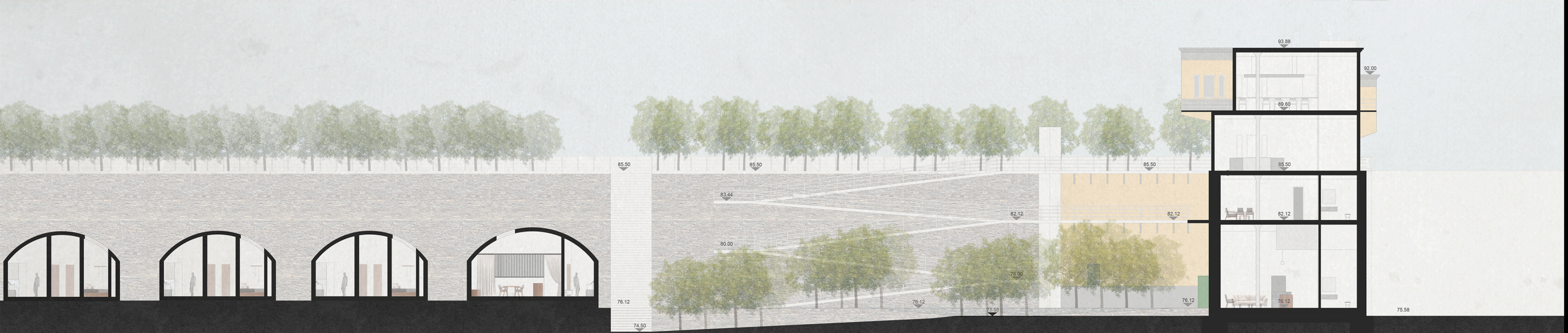
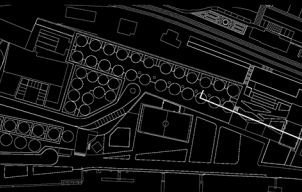


FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
MIARQINT&REAB

(RE) DESENHAR O INTERIOR EM PAISAGEM CULTURAL DA HUMANIDADE
 RECONVERSÃO E REABILITAÇÃO DE ANTIGAS CASAS DO DOURO PARA UM CONJUNTO TURÍSTICO



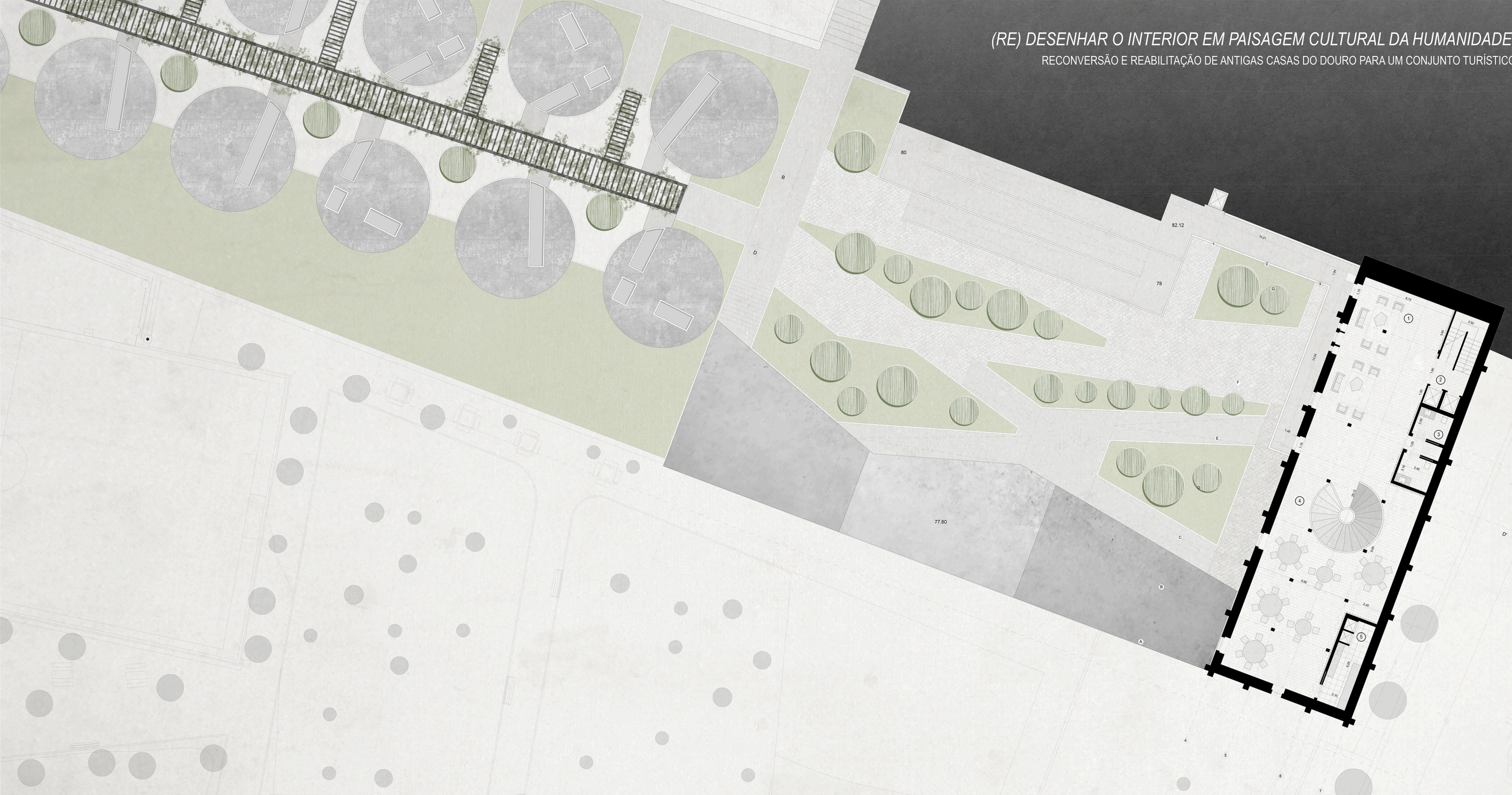
- LEGENDA - PROGRAMA
- 1. Recepção
 - 2. Circulação vertical
 - 3. I.S.
 - 4. Restaurante
 - 5. Cozinha
 - 6. Zona cargas e descargas
 - 7. Praça
 - 8. Cope funcionários
 - 9. Banheiros femininos e masculinos
 - 10. Zona técnica
 - 11. Habitação



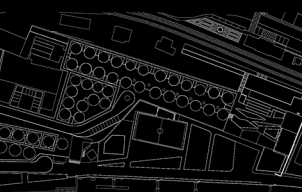
ESCALA 1:100
 PLANTA PISO TERREO
 CORTE AA

PROJETO FINAL DE MESTRADO
 ANO LETIVO 2019/2020
a i l u n a
 AIDA RAQUEL MADUREIRA COSTA
 orientador
 ISABEL MARIA AUGUSTO DE SOUSA ROSA





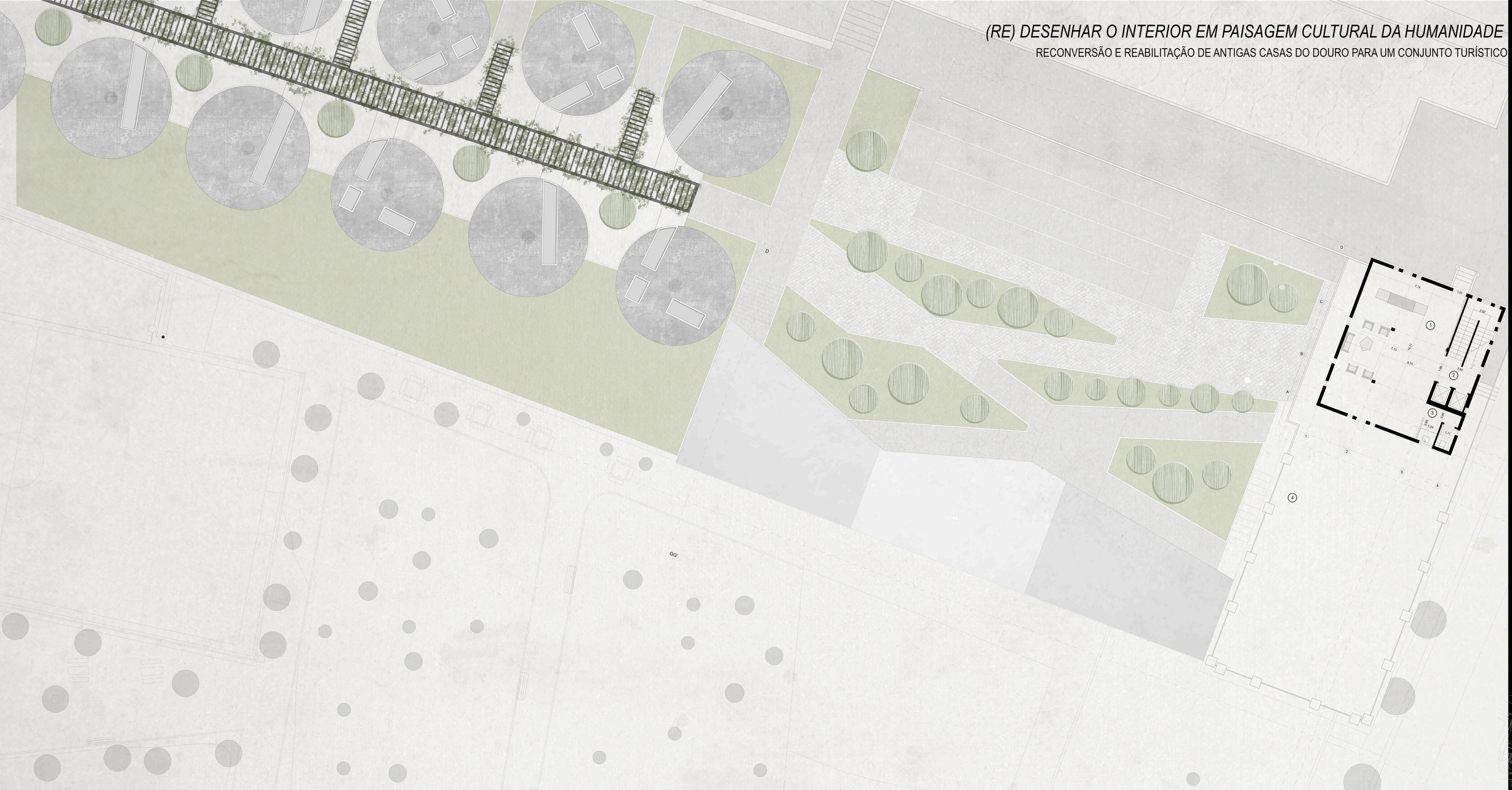
LEGENDA - PROGRAMA
 1. Espaço de estar
 2. Circulação vertical
 3. I.S.
 4. Restaurante
 5. Copa



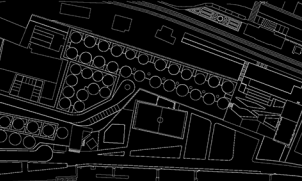
ESCALA 100
 PLANTA PISO 1
 ALÇADO OESTE

PROJETO FINAL DE MESTRADO
 ANO LETIVO 2019/2020
 a l u n a
 AIDA RAQUEL MADUREIRA
 COSTA
 o r i e n t a d o r
 ISABEL MARIA AUGUSTO DE
 SOUSA ROSA

FACULDADE DE ARQUITETURA
 UNIVERSIDADE DE LISBOA
 MIARQINT&REAB



LEGENDA PROGRAMA
 1. Recepção
 2. Circulação vertical
 3. I.S.
 4. Espaço exterior polivalente



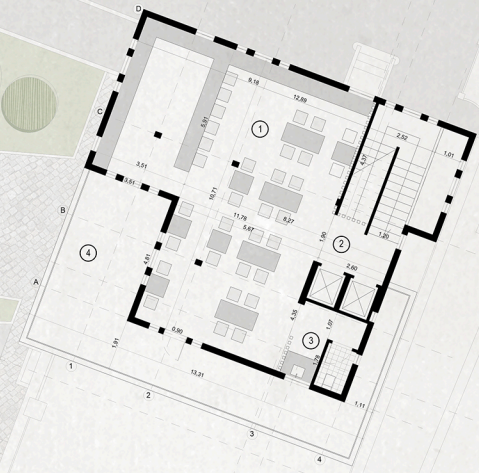
ESCALA 1:100
 PLANTA PISO 2
 ALÇADO ESTE

PROJETO FINAL DE MESTRADO
 ANO LETIVO 2019/2020

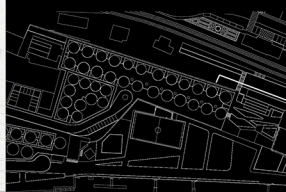
a l u n a
 AIDA RAQUEL MADUREIRA COSTA
 orientador
 ISABEL MARIA AUGUSTO DE SOUSA ROSA

FACULDADE DE ARQUITETURA
 UNIVERSIDADE DE LISBOA
MIARQINT&REAB

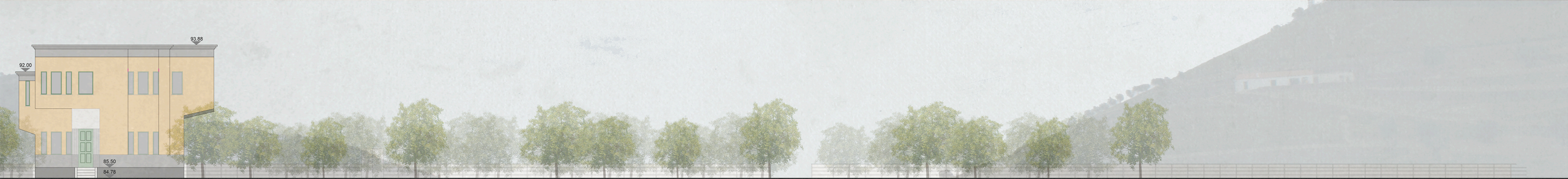




LEGENDA, PROGRAMA
1. Cafeteria
2. Circulação vertical
3. I.S.
4. Esplanada



ESCALA: 1:100
PLANTA PISO 3
ALÇADO NORTE



ANO LETIVO 2019/2020

a l u n a
AIDA RAQUEL MADUREIRA
COSTA
o r i e n t a d o r
ISABEL MARIA AUGUSTO DE
SOUSA ROSA



LEGENDA. PROGRAMA
1. Habitação
2. Cafeteria
3. Arrumos
4. I.S.
5. Bar
6. Banheários funcionários feminino e masculino
7. Estacionamento

ESCALA: 1:100
PLANTA PISO TÉRREO
CORTE CC

PROJETO FINAL DE MESTRADO
ANO LETIVO 2019/2020

a l u n a
AIDA RAQUEL MADUREIRA
COSTA

o r i e n t a d o r
ISABEL MARIA AUGUSTO DE
SOUSA ROSA



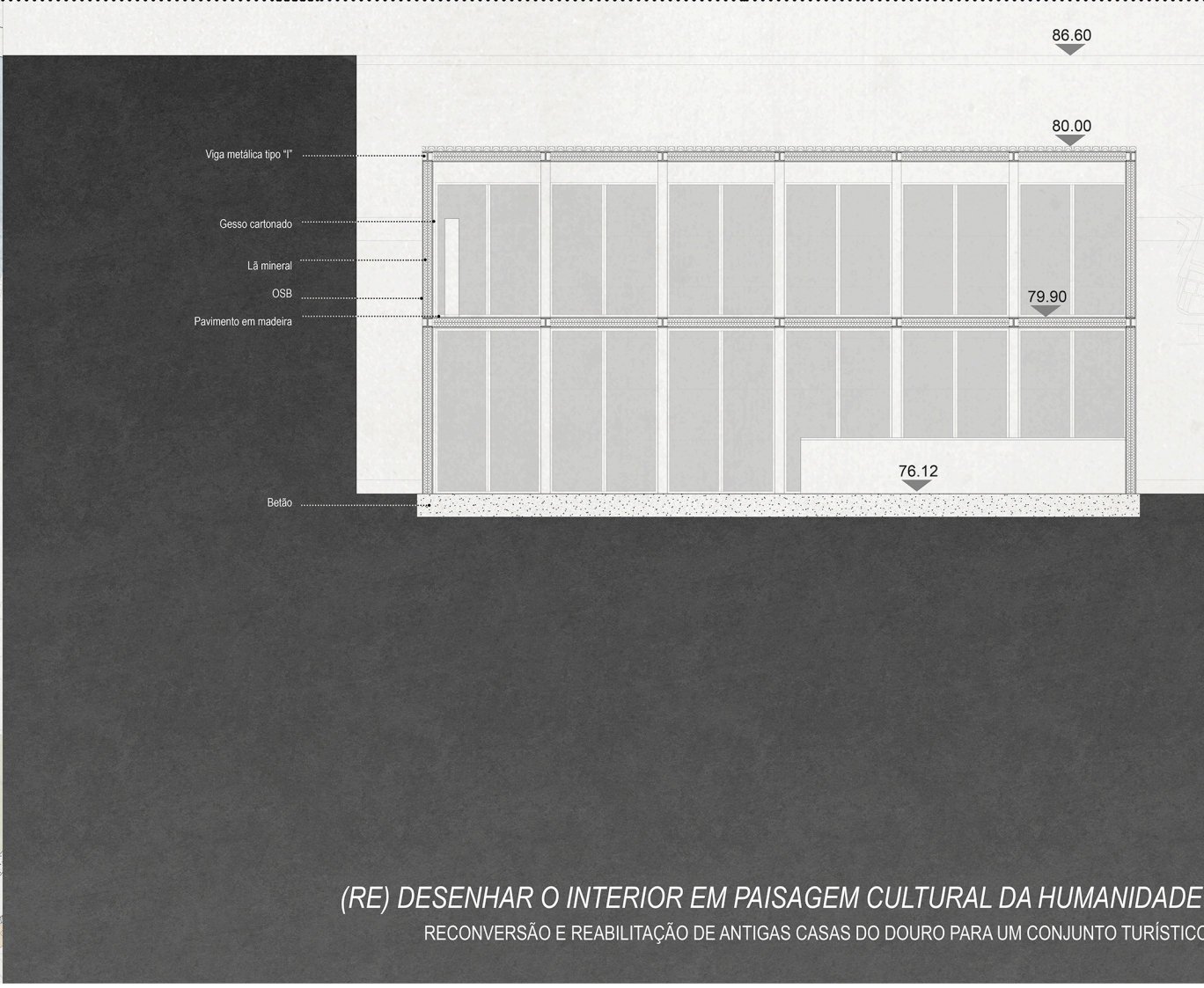
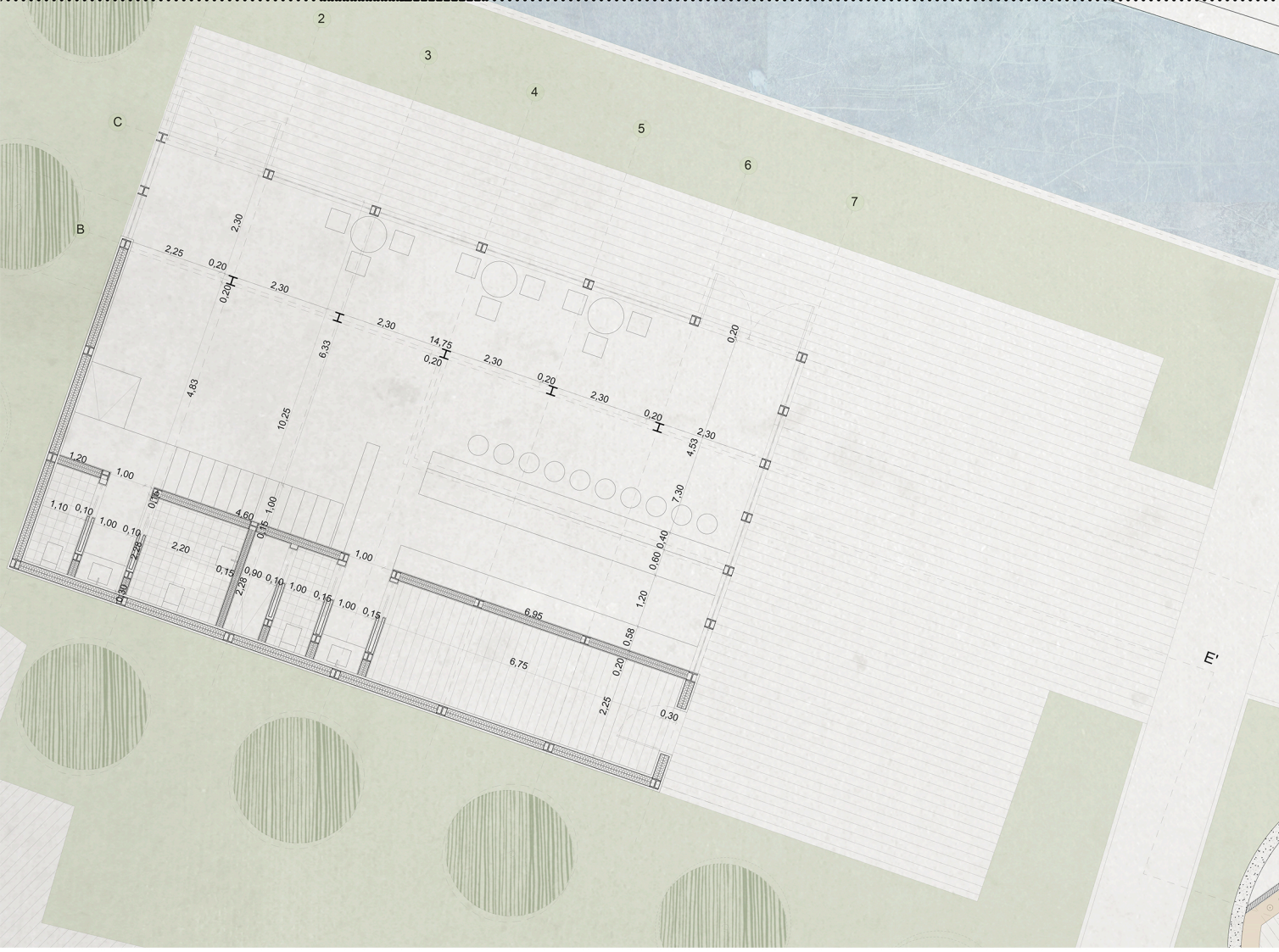
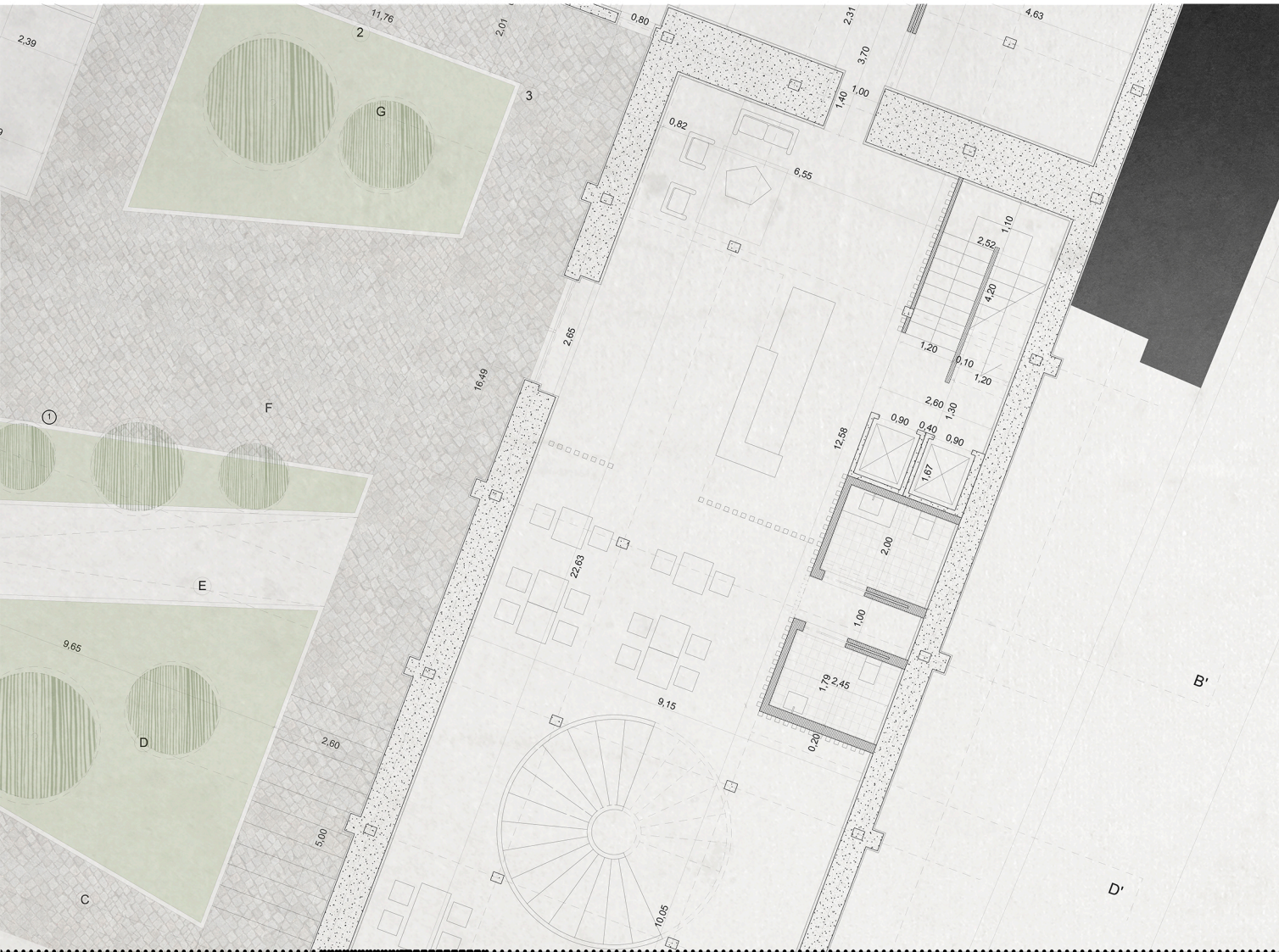
- LEGENDA. PROGRAMA
1. Habitação
 2. Cafeteria
 3. Arrumos
 4. I.S.
 5. Bar
 6. Banheários funcionários feminino e masculino
 7. Estacionamento

ESCALA 1:100
PLANTA PISO TÉRREO
CORTE CC

PROJETO FINAL DE MESTRADO
ANO LETIVO 2019/2020

a l u n a
AIDA RAQUEL MADUREIRA
COSTA

o r i e n t a d o r
ISABEL MARIA AUGUSTO DE
SOUSA ROSA





Casa do Douro

- Revestimento
- Reboco térmico
- Alvenaria
- Mosaico hidráulico
- Revestimento parede em azulejo
- Reboco térmico
- Revestimento pavimento em azulejo
- Betão
- Tecto falso

ESCALA: 50
 PLANTA PISO TÉRREO
 CORTES HH E II

PROJETO FINAL DE MESTRADO
 ANO LETIVO 2019/2020

a l u n a
 AIDA RAQUEL MADUREIRA
 COSTA

o r i e n t a d o r
 ISABEL MARIA AUGUSTO DE
 SOUSA ROSA

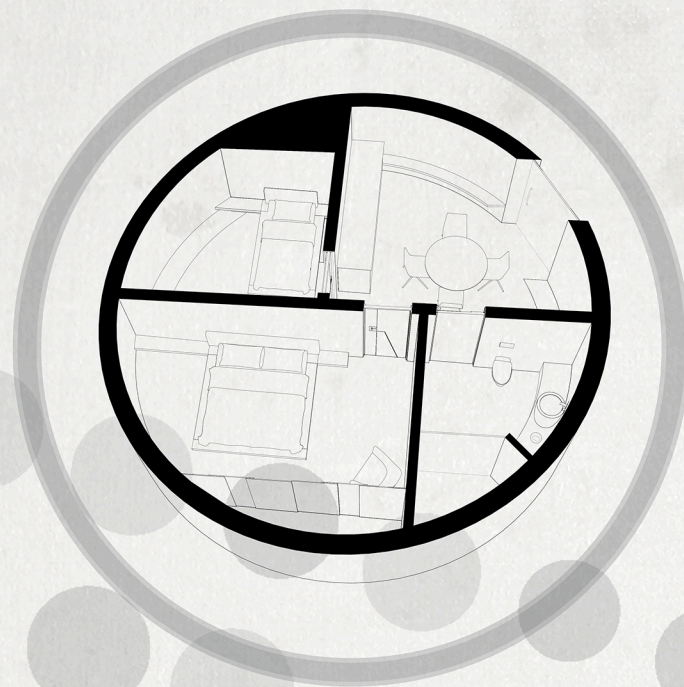
FACULDADE DE ARQUITETURA
 UNIVERSIDADE DE LISBOA
MIARQINT&REAB



Casa do Douro



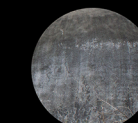
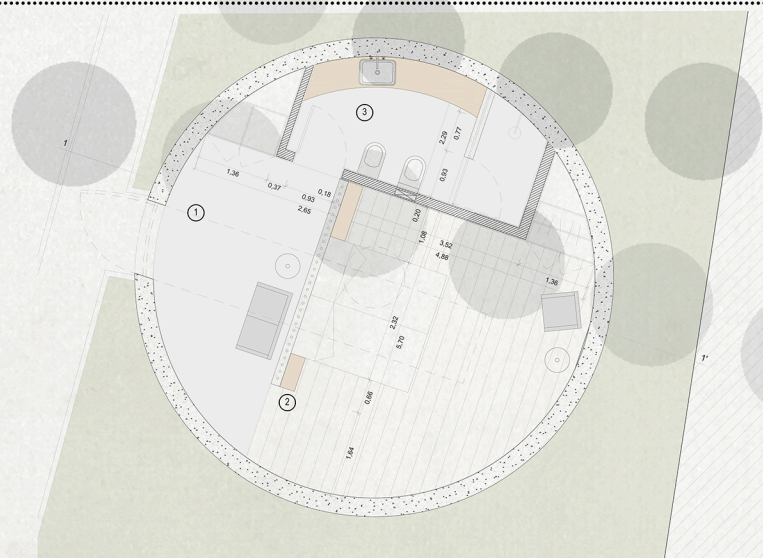
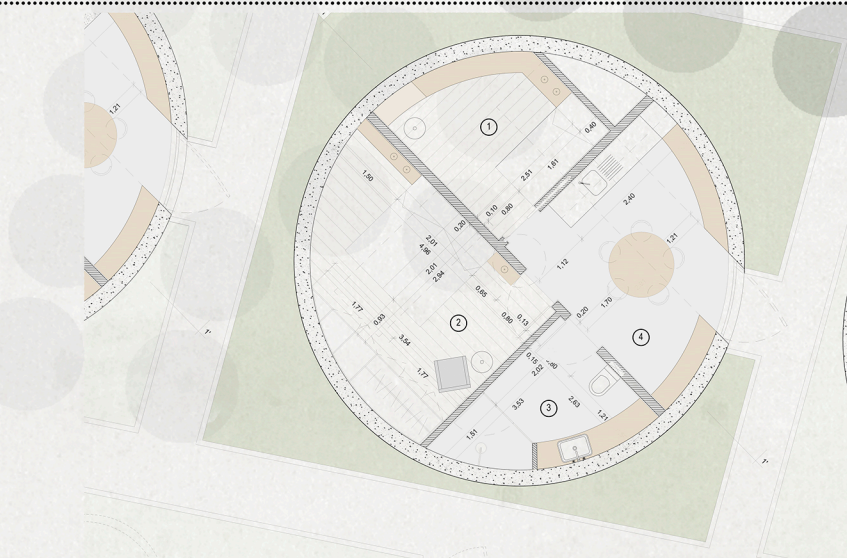
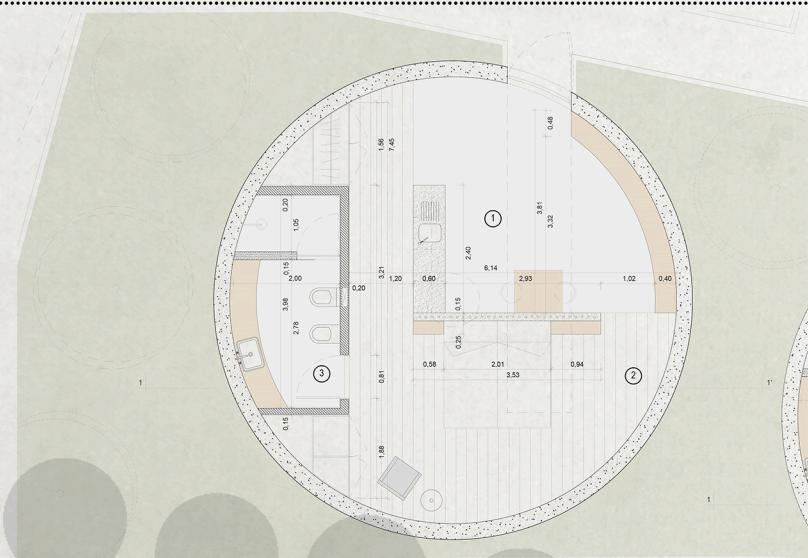
TIPOLOGIA 1



TIPOLOGIA 2



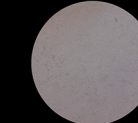
TIPOLOGIA 3



Betão



Madeira Carvalho



Microcimento



Ferro



Madeira hidrófuga

LEGENDA - PROGRAMA

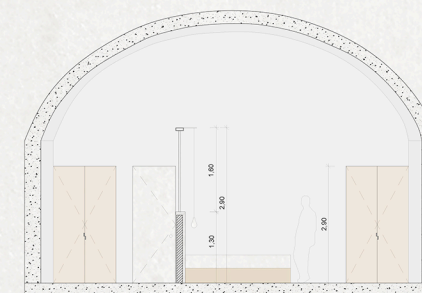
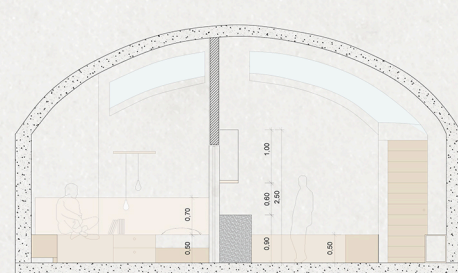
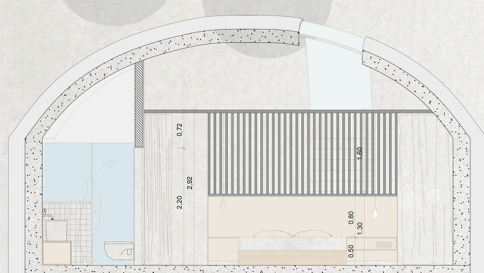
- 1. Quarto
- 2. Espaço de estar apoio
- 3. I.S.
- 4. Quarto

O complexo turístico conta com 44 alojamentos de 3 tipologias.

Tipologia 1: 16 habitações
 Tipologia 2: 17 habitações
 Tipologia 3: 11 habitações



ESCALA 1:50
TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO



PROJETO FINAL DE MESTRADO
ANO LETIVO 2019/2020

a l u n a
 AIDA RAQUEL MADUREIRA COSTA
 orientador
 ISABEL MARIA AUGUSTO DE SOUSA ROSA







TIPOLOGIA 1



TIPOLOGIA 1



TIPOLOGIA 2



TIPOLOGIA 2



TIPOLOGIA 3



TIPOLOGIA 3